

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

KATIUSCIA MARIA LAZARIN

FANÁTICOS, REBELDES E CABOCLOS:
DISCURSOS E INVENÇÕES SOBRE DIFERENTES SUJEITOS
NA HISTORIOGRAFIA DO CONTESTADO. (1916-2003)

FLORIANÓPOLIS, MARÇO DE 2005

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

KATIUSCIA MARIA LAZARIN

FANÁTICOS, REBELDES E CABOCLOS:
DISCURSOS E INVENÇÕES SOBRE DIFERENTES SUJEITOS
NA HISTORIOGRAFIA DO CONTESTADO. (1916-2003)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, para obtenção do título de Mestre em História Cultural, sob a orientação da Professora Dra. Cristina Scheibe Wolff e co-orientação do Professor Dr. Paulo Pinheiro Machado.

FLORIANÓPOLIS, MARÇO DE 2005

***FANÁTICOS, REBELDES E CABOCLOS:*
DISCURSOS E INVENÇÕES SOBRE DIFERENTES SUJEITOS
NA HISTORIOGRAFIA DO CONTESTADO. (1916-2003)**

KATIUSCIA MARIA LAZARIN

Esta dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final para obtenção do título de
MESTRE EM HISTÓRIA CULTURAL

Banca Examinadora

Prof. Dr. Paulo Pinheiro Machado – co-orientador – UFSC

Prof^a. Dr^a. Márcia Regina Capelari Naxara – UNESP

Prof. Dr. Luiz Felipe Falcão – UDESC

Prof^a. Dr^a. Maria de Fátima Fontes Piazza – suplente – UFSC

Prof^a. Dr^a. Cynthia Machado Campos
Coordenadora do PPGH/UFSC

Florianópolis, 22 de março de 2005.

Sou contra todas as sintaxes: palavras em liberdade, cores em liberdade, homens em liberdade... em torno de mim falava-se demais. A voz das verdades absolutas. Da sintaxe perfeita. O silêncio foi o meu jeito de falar, protestar. Com o silêncio desarticulado, é minha arma... eu fazia os meus versinhos no escondido, ninguém os lia, nem eu. Deuses e semideuses em torno de mim: capitães de indústria, escritores que vendem milhares e milhões de exemplares num ano só. Um mar de palavras sem nenhuma verdade. A verdade está nos meus versos, que já esqueci e que não leio...

SCHÜLER, Donaldo. *Império Caboclo*

Sumário

Resumo	06
Abstract	07
Agradecimentos	08
Introdução	09
1. “No calor da hora” – Os testemunhos oculares	19
1.1. Os militares	19
1.1.1. A essência e a verdade na busca por uma gênese	22
1.1.2. O ideal civilizador	31
1.1.3. As representações do <i>Sertão</i> e de seus habitantes	38
1.2. Os Franciscanos	48
2. A “redescoberta” da Guerra Sertaneja do Contestado entre histórias e relações sociais	55
2.1. O silêncio e o retorno do “recalcado” histórico	55
2.2. Ecos em Santa Catarina: Aujor Ávila da Luz e Oswaldo Rodrigues Cabral – uma disputa disciplinar	59
2.3. A visão sociológica: messianismo e milenarismo	72
3. A visibilização do fato histórico entre transformações e permanências – as décadas de 1980 e 1990	85
3.1. As diversas imagens produzidas sobre o Contestado criando sujeitos múltiplos.	85
3.1.1. O caboclo	89
3.1.2. O fanático e o jagunço	95
3.1.3. As vítimas e os heróis	103
3.1.4. A invenção do Homem do Contestado	106
3.1.5. Os trabalhadores e os sem terra	111
3.2. Os “vencidos” e “excluídos” são postos a lembrar e falar: as novas tendências historiográficas	118
Considerações Finais	132
Fontes	135
Bibliografia geral	141

Resumo

Este trabalho não pretende ser apenas mais um estudo sobre a Guerra Sertaneja do Contestado; não é intenção, de modo algum, acrescentar mais uma interpretação ao acontecido ou oferecer uma análise de algum aspecto que passou despercebido a estudos anteriores. A intenção é utilizar os trabalhos, pesquisas e publicações sobre este acontecimento histórico como fontes para investigar as representações forjadas sobre os sertanejos que participaram da Guerra. Esta investigação procura perceber em que medida essas representações receberam novos significados e foram utilizadas, ao longo do século, pelos discursos presentes nesses textos para construir e fortalecer todo um imaginário social sobre a Guerra e sobre aqueles que dela participaram combatendo as Forças Legais.

Palavras-chave: Contestado, discursos, sujeitos.

Abstract

This work does not intend to be only plus a study on the *Sertaneja* War of the *Contestado*; it is not intention, by no means, to add plus an interpretation to the happened or to offer an analysis of some aspect that passed unobserved the previous studies. The intention is to use the works, research and publications on this historical event as sources to investigate the representations forged on the sertanejos that had participated of the War. This inquiry looks for to perceive where measured these representations has received news significations and has been used, to the long one of the century, for the speeches present in these texts to construct and to fortify a social imaginary on the War and whoever had participated fighting the Legal Forces.

Key-words: Contestado, dicourses, subject.

Agradecimentos

Inúmeras são as pessoas que passaram pela minha vida neste últimos anos e de algum modo contribuíram para a realização deste trabalho. Nomeá-las, uma a uma, seria inviável e mais, injusto, devido aos prováveis esquecimentos da memória. Portanto se alguém não for citado aqui sinta-se, mesmo assim, homenageado.

Agradeço primeiramente a Cristina Scheibe Wolff, orientadora e amiga, que “comprou” minhas idéias e acreditou em meu potencial me incentivando incansavelmente mesmo de longe.

Ao Paulo Pinheiro Machado por aceitar a co-orientação deste trabalho, pelas conversas sempre instigantes e esclarecedoras e, claro, pela paciência.

Aos professores que aceitaram compor as bancas de qualificação e de defesa, Luis Felipe Falcão, Maria de Fátima F. Piazza e Márcia Regina C. Naxara, pelas orientações e sugestões sempre bem-vindas.

À CAPES por proporcionar a bolsa integral que permitiu a dedicação exclusiva à pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação em História.

Aos amigos que deixei em Curitiba pela emoção sempre revigorante dos reencontros e aos colegas da graduação e do mestrado que dividiram comigo suas angústias e conhecimentos.

À Susana Cesco, “doutoranda batalhadora” por sempre me lembrar que companheirismo e amizade não é só dividir momentos felizes. A minha gratidão será sempre eterna por tudo.

À minha família pelo amor, pela imensa paciência, pelo apoio moral e financeiro e sobretudo por entender as mudanças radicais que me fizeram abraçar a História e estar aqui hoje. E claro ao Tito!

À Virgínia por ser uma sogra fora dos “padrões” e pela hospedagem nos finais de semana!

Ao João por todo amor, cumplicidade, amizade e incentivo nos momentos mais difíceis, esta dissertação é dedicada a ele.

Introdução

Entre os anos de 1912 e 1916, para usar uma periodização oficial, aconteceu o movimento social que ficou conhecido como a “Guerra do Contestado”. Foi assim chamado por estar a população envolvida ocupando uma região que, na mesma época, vinha sendo disputada judicialmente pelos estados do Paraná e Santa Catarina.

A questão de limites entre os dois estados desenrolava-se desde a segunda metade do século XIX quando a Província do Paraná foi desmembrada da Província de São Paulo em 1853 e achava-se com direito à região. A “Guerra do Contestado”, contudo, não foi causada diretamente pela deflagração do combate entre as forças militares dos dois estados pela posse da área. Foi, antes, como já mencionado, um movimento social, no qual a população sertaneja¹ da região rebelou-se contra a ordem vigente, no interior de um complexo contexto social, econômico e político que deu margem às mais variadas leituras e interpretações.² Considero, portanto, mais adequado utilizar a expressão “Guerra Sertaneja do Contestado”.³

Vários são os motivos atribuídos à eclosão da Guerra Sertaneja do Contestado. Alguns consideram, simplesmente, que tudo aconteceu em virtude da questão de limites entre os estados do Paraná e Santa Catarina e do fanatismo dos moradores do local, muitas vezes explicado como sendo resultante da composição étnica e da

¹ Estou considerando, neste trabalho, que a população sertaneja da região era constituída de indivíduos os quais eram chamados na época de *caboclos*. Essa denominação, aparentemente, exclui os imigrantes europeus e seus descendentes que, mesmo em número reduzido, também escolheram viver nas *Cidades Santas* e foram, juntamente com os *caboclos*, alvos de preconceitos e julgamentos. Dizia-se que se *acaboclizaram*. Portanto, utilizo o termo *sertanejo* numa tentativa de considerar, neste estudo – não importando a etnia - todos os habitantes da região que participaram desse movimento social.

² SERPA, Élio Cantalício. *A guerra do Contestado (1912 – 1916)*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999, p. 11

³ Considero esta expressão, como foi empregada por Maurício Vinhas de Queiroz, mais adequada por indiretamente fazer referência a outras guerras e movimentos sertanejos como Pedra Bonita, Muckers, Canudos, Caldeirão, onde as esperanças místicas, os problemas em relação à posse de terras e a resistência aos representantes do poder local, também precipitaram movimentos sociais de semelhante natureza. QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Messianismo e conflito social: a guerra sertaneja do Contestado, 1912-1916*. 3.ed. São Paulo: Ática, 1981.

ignorância de boa parte da população. Para outros, no entanto, a guerra é expressão de múltiplos fatores dentre os quais se destaca a penetração das relações capitalistas no campo, com a construção da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande do Sul por empresas norte-americanas e conseqüentes concessões de terras ao longo da ferrovia feitas pelo Governo brasileiro para que essas empresas explorassem a madeira e posteriormente realizassem a colonização das áreas desmatadas. O que resultou na expulsão de inúmeras famílias de posseiros que ocupavam a região, bem como a diminuição do poder local dos coronéis. Essa nova realidade provocou uma reordenação das relações sociais gerando um clima de tensão e produzindo uma sensação de estranhamento e desorientação entre a população. Isso tudo foi somado a antigas disputas políticas dos chefetes locais, à exploração econômica tradicional e à relativa ausência da Igreja que permitiu ao catolicismo popular crescer e assumir papel primordial na vida religiosa daquelas pessoas.

Seja quais forem as causas e seja qual for o significado atribuído ao movimento, se sabe que na região contestada, durante quatro anos, aproximadamente 20 mil pessoas se rebelaram contra a ordem vigente e 6 mil homens das tropas legais do governo foram deslocados à região. Segundo fontes oficiais do exército 3 mil vidas foram perdidas, número que apesar de discutível – chega-se a cogitar em 12 mil mortos – serve para nos dar uma idéia da magnitude do acontecimento. Números que serviram a Ivone Gallo de justificativa inicial para a *“inclusão de mais uma, entre as incontáveis interpretações da guerra, pois, quanto mais se diz sobre os acontecimentos naqueles sertões, mais falta, ainda, ser dito”*.⁴

A grandiosidade do movimento, os protagonistas, os diversos sentidos expressos na luta, dão a este fato sua significação e importância histórica. Isso tudo contribui para que cada vez mais pesquisadores, amadores ou acadêmicos, se debrucem sobre os documentos e busquem novas interpretações e novos enfoques; escritores e romancistas escolham o Contestado como cenário e tema de suas obras.

É preciso deixar claro que este trabalho não pretende ser apenas mais um estudo sobre a Guerra Sertaneja do Contestado; não é minha intenção, de modo

⁴ GALLO, Ivone C. D’Avila. *O Contestado, o sonho do milênio igualitário*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1999, p. 11

algum, acrescentar mais uma interpretação ao acontecido ou oferecer uma análise de algum aspecto que tenha passado despercebido a estudos anteriores. O que pretendo é utilizar os trabalhos, pesquisas e publicações sobre este acontecimento histórico como fontes para investigar as representações forjadas sobre os sertanejos que participaram da Guerra. Esta investigação procura perceber em que medida estas representações foram resignificadas e utilizadas, ao longo do século, pelos discursos presentes nestas obras para construir e fortalecer todo um imaginário social sobre a Guerra e sobre aqueles que dela participaram. De acordo com o folclorista Euclides Felipe:

Extensa é a bibliografia que versa sobre o MOVIMENTO DO CONTESTADO e diversas são as óticas pelas quais é examinado: desde a fantasiosa que afirma serem os 'jagunços' ingênuos como crianças, fanáticos obstinados, selvagens e rudes como animais, até a formal acusação de puro banditismo. – No começo, nada disso... e no fim, de tudo um pouco.⁵

Esta última frase retrata bem o imaginário criado em torno dos atores sociais da Guerra Sertaneja do Contestado. Em cada um dos textos escritos sobre o assunto os sertanejos foram marcados com epítetos que criaram diversos sujeitos. Esta multiplicidade de marcas encontra-se misturada em várias das obras mais recentes, e aquele sertanejo, hoje, como sujeito retórico, parece carregar em si um pouco de todas elas. Estas marcas auxiliam a perpetuar no imaginário social catarinense e nacional, principalmente entre os habitantes da região que foi palco dos acontecimentos em questão, uma certa representação preconceituosa dos indivíduos os quais se convencionou denominar “caboclos”. Afinal é a origem étnica da maioria daquelas pessoas, senão a característica mais utilizada para descrevê-los, a que

⁵ FELIPPE, Euclides J. *O último Jagunço: folclore na história do Contestado*. Curitiba: Universidade do Contestado, 1995, p. 09

aparece na maioria das vezes para explicar a presença das outras. Na concepção de alguns autores, mesmo atualmente, os sertanejos são descritos como aqueles que tendiam facilmente para o fanatismo e para a loucura porque eram mestiços. Um preconceito racial que insiste em inscrever as marcas das diferenças sociais e culturais no corpo dos indivíduos naturalizando-as e tornando-as a-históricas. Assim, “caboclo” no interior do Estado de Santa Catarina deixou de ser somente um indicativo de que uma pessoa é descendente de índios e brancos para assumir uma conotação muito mais complexa.

A colonização do interior incentivada pela elite política do Estado acentuou a definição de identidades étnicas num processo onde os antigos posseiros foram progressivamente “empurrados” tanto para locais mais distantes e isolados quanto para determinados lugares sociais. Estes lugares, com frequência, inferiores na hierarquia das novas relações capitalistas que passam a predominar nas áreas colonizadas. Estes posseiros são nomeados pelos colonos “de origem” (assim se auto-identificam os europeus ou seus descendentes) de “caboclos” e esta palavra além de indicar a divisão do trabalho, marca todo um modo de vida tradicional estigmatizado por falta de higiene, promiscuidade, casamentos e separações frequentes, o mau uso do dinheiro, etc. Os membros deste grupo, por sua vez, acabam por construir sua identidade étnica em oposição aos “gringos” e se auto-identificam como “brasileiros” por considerarem uma forma “respeitável” de ser tratado. Com o passar do tempo, alguns membros “de origem” acabam se voltando para os ofícios considerados “de caboclo” ou não prosperam como deveriam. Quando isso acontece, eles também acabam excluídos do grupo por terem se “acaboclado”. É quando o estigma sobre os “brasileiros” cresce, pois as designações passam para “os caboclos, mas caboclos mesmo”, chegando ao extremo da desqualificação com o rótulo de “índio” ou “negro”.⁶ Além disso, “caboclo” ainda é sinônimo de preguiça, pobreza, pessoa

⁶ Arlene Renk mostra como esta construção étnica ocorreu no processo de colonização do Oeste catarinense, privilegiando na análise as relações entre os colonos “italianos” e os “ervateiros” que ocuparam a área que abrange os municípios de Vargeão e Ponte Serrada. Mas não há porque não estender esta realidade para todas as regiões do estado onde as Companhias Colonizadoras estabeleceram as colônias, ignorando as posses estabelecidas pelos “brasileiros”, o que resultou na expropriação dessa população, dispersando-a e desestruturando seu modo de vida tradicional. Ver: RENK, Arlene. *A luta da erva: um único ofício étnico no oeste catarinense*. Chapecó: Grifos, 1997.

pouco confiável, arredio, “bicho do mato”, e quando se utiliza o nome como xingamento é a suposta herança da natureza indígena ou negra que sobressai.

A carga de preconceito sobre a designação “caboclo”, numa área próxima a cidade catarinense de Lages, foi estudada pelo antropólogo Geraldo Locks.⁷ Ele procurou identificar e caracterizar sócio-culturalmente os agricultores familiares do município de São José do Cerrito no Planalto Serrano Catarinense denominados de “caboclos” ou “brasileiros”. Locks apresenta uma reflexão em torno da identidade social destes brasileiros através da expressão étnica, e seu trabalho é interessante por mostrar que ao mesmo tempo em que esses indivíduos se reconhecem como mestiços há uma veemente recusa da categoria “caboclo” e toda sua carga de significados.

A recusa da categoria “caboclo” não surpreende quando percebemos que associada a ela aparecem designações como “ignorantes”, “preguiçosos”, “fanáticos”, “loucos”, “jagunços”, “criminosos”, “facínoras”, “desajustados sociais”, “marginais”. Designações que infestam as páginas e páginas dos escritos sobre a Guerra Sertaneja do Contestado e que constroem sujeitos abjetos, cuja imagem é utilizada para marcar posições sociais de determinados indivíduos até a atualidade de modo eficaz e indiscutível porque naturalizada.

Quando o termo não é recusado, é, no entanto, alvo de resignificações. Em um vídeo realizado pela equipe do LÁPIS,⁸ sobre o trabalhador lageano, os entrevistados se dizem “caboclos” porque miscigenados, mas ao definir o que seria um “caboclo” marcam seu caráter de trabalhador, “daquele que não recusa trabalho”, faz de tudo para sobreviver e suja suas mãos no lugar dos “almofadinhas”. Ou então a designação começa a ser assumida por alguns de maneira a demonstrar orgulho do que se é, “caboclo é valente”, “não desiste nunca da luta”, mostrando assim as tentativas em redefinir novas identidades utilizando os mesmos discursos que os excluem, ou tentam submetê-los a um lugar social qualquer.

⁷ LOCKS, Geraldo. *Identidade dos agricultores familiares brasileiros de São José do Cerrito – SC*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. Florianópolis: UFSC, 1998.

⁸ Vídeo: “Vida Laboriada”, produzida pela equipe do LÁPIS – Laboratório de Pesquisa da Imagem e do Som da Universidade Federal de Santa Catarina,

Este trabalho é uma tentativa de historicizar estes conceitos que, por um lado, empurram determinados sujeitos e modos de vida para as margens da sociedade, condenados indefinidamente a serem educados e formados para corresponder ao que deles se espera. Por outro lado, estes mesmos conceitos são resignificados e apropriados em novas táticas e estratégias de luta por mudanças e na conquista de melhores condições de vida. Em suma, é a historicização de todo um imaginário que se constrói em torno da diferença, que se sustenta na própria leitura das sociedades e das culturas.⁹ Para tanto, tomarei estas representações como matrizes dos discursos e de práticas¹⁰ que até hoje constroem hierarquias, estereótipos e preconceitos, que forjam uma memória de exclusão e auxiliam a legitimar, de certa maneira, lugares sociais destinados aos que até hoje são chamados “caboclos”, seja por sua origem étnica, seja por seu modo de vida. Esses discursos sobre os “caboclos” são tomados aqui também como práticas, procedimentos de poder e de exclusão, pois como afirma Foucault, “(...) o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”.¹¹

Por se tratar de tema complexo que traz à discussão diversos conceitos e a necessidade de diversas categorias de análise, escolhi, para facilitar não só a compreensão da discussão como também tornar viável sua construção, utilizar uma divisão cronológica dos capítulos para orientar meu trabalho. Separei a produção historiográfica sobre o Contestado em três “fases”: a primeira compreende as obras publicadas entre 1916 e 1950; a segunda as obras publicadas entre 1950 e 1974; e por fim a terceira fase compreende as obras publicadas entre os anos de 1980 e 2003. Um risco assumido na medida em que as obras escritas em cada uma delas nem sempre seguem a mesma orientação metodológica e teórica. Exemplo significativo é a obra de Duglas Teixeira Monteiro que embora publicada em 1974 poderia ser analisada

⁹ MONTES, Maria Lúcia. Raça e Identidade: entre o espelho, a invenção e a ideologia. In: SCHWARCZ, Lilia e QUEIROZ, Renato da Silva (orgs). *Raça e diversidade*. São Paulo: Edusp, 1996. P.53

¹⁰ CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, Rio de Janeiro: Bertrand, s/d, p. 18

¹¹ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 5.ed. São Paulo: Loyola, 1999, p.10

entre as obras mais recentes produzidas pela academia. Contudo, os riscos proporcionaram justamente a possibilidade de perceber como na História as idéias não evoluem de forma tão linear e progressiva, sendo constante os retornos, as permanências e o jogo ativo do diálogo entre o passado e o presente.

O primeiro capítulo apresenta os discursos produzidos sobre a Guerra Sertaneja do Contestado por contemporâneos, dentre estes serão utilizados os escritos dos militares e dos freis franciscanos que participaram ativamente dos acontecimentos. Nessa discussão será possível perceber que os sertanejos são predominantemente construídos como sujeitos que precisam ser urgentemente tutelados pelos poderes públicos, isso dentro do ideal civilizador e progressista do exército e dentro do plano catequizador da Igreja Católica. Os discursos em questão também são fortemente marcados por uma ambigüidade que permite a seus autores criticar as relações sociais injustas que presenciam ao mesmo tempo em que “estigmatizam” aqueles “pobres ignorantes abandonados pelo Estado” também como “bárbaros”, “criminosos”, “fanáticos”, legitimando as ações de força tomadas para acabar com os “redutos”.

No segundo capítulo se encontra, depois de um relativo esquecimento e silêncio de quase trinta anos, os livros publicados nas décadas de 1950 e 1960 por dois membros do Instituto Histórico e Geográfico Catarinense. Aujor Ávila da Luz e Oswaldo Rodrigues Cabral travaram uma verdadeira disputa por espaço dentro do cenário intelectual e cultural do Estado e os discursos que cada qual produziu sobre a Guerra Sertaneja do Contestado foram sendo utilizados como argumentos para um debate onde se digladiaram visões de mundo e disciplinas. Surgiram desta disputa sujeitos pintados com outras cores que aquelas dos contemporâneos, sujeitos marcados para novos lugares sociais dentro do cotidiano vivido pelos autores em questão. Ainda neste capítulo serão utilizados trabalhos de sociólogos, publicados durante as décadas de 1950 e 1970, os quais estavam imbuídos da necessidade em dar a devida importância ao acontecimento que consideravam esquecido e subestimado pela História do país. São trabalhos que, mesmo privilegiando o coletivo e deixando em segundo plano os indivíduos, reacenderam o interesse, a nível nacional, sobre a Guerra Sertaneja do Contestado, e deflagraram uma ampla discussão em torno deste

acontecimento, da sua relação com a sociedade e com os demais movimentos sociais no Brasil. Por fim, estes trabalhos mesmo sendo produzidos na área da sociologia – e sobretudo por esta razão – fornecem material de valor incontestável para a historiografia dos movimentos sociais no Brasil, principalmente sobre o Contestado e, por esse motivo, são até hoje analisados e utilizados como fontes imprescindíveis por aqueles que escrevem sobre o assunto.

O terceiro capítulo, por fim, traz os trabalhos que tomaram forma no início da década de 1980 até os dias de hoje. A análise destes trabalhos mostra, em primeiro lugar, as maneiras pelas quais foi possível a construção de um sujeito “multifacetado” e paradoxal que assumiu em algumas obras várias das designações construídas anteriormente e outras novas que foram surgindo com o passar dos anos, seja devido a influência de novos atores sociais como os “sem-terra”, seja pela influência de campanhas políticas como aquela lançada por Esperidião Amim em 1982.¹² Em segundo lugar, foi possível constatar as transformações ocorridas nas visões sobre a Guerra Sertaneja do Contestado e dos que dela participaram a partir da influência das mudanças epistemológicas ocorridas no interior das disciplinas acadêmicas nas duas últimas décadas do século XX. Esses trabalhos vêm apontar novos rumos para a compreensão do passado e de nossa sociedade.

Fontes

Procurei analisar o maior número possível de obras publicadas sobre a guerra do Contestado durante o século XX e primeiros anos desse século, inclusive as literárias. A intenção de trabalhar com todo o período serve para formar um quadro geral das permanências e das mudanças que ocorreram na maneira de descrever os habitantes da região contestada que participaram do Movimento.

¹² Na sua “Carta dos catarinenses”, Esperidião Amim Helou Filho tinha como proposta para a Cultura em seu governo do Estado (1983 – 1986), o compromisso de “preservar a Identidade Catarinense”. Uma das coisas a se fazer era “preservar a memória cultural”, sendo que para isso, colocava-se como alguns dos itens a realizar-se ‘implantar o Museu do Contestado’ e ‘Apoiar a pesquisa, a divulgação de livros e as manifestações folclóricas que digam respeito `aquele episódio’. *CADERNOS DA CULTURA CATARINENSE. Aspectos do Contestado*. Florianópolis. Ano I, n.00, jul./set., 1984, p.02

Entretanto, a análise completa e aprofundada no grande número de estudos e publicações sobre a Guerra Sertaneja do Contestado tornaria inviável esta pesquisa pois demandaria um tempo maior que aquele estipulado pelos programas de pós-graduação para sua execução. No entanto, acredito que para os objetivos propostos será suficiente uma escolha dos títulos que mais sobressaíram em cada época, escolha que seguiu os seguintes critérios: 1. As obras mais citadas em publicações posteriores, o que permitirá perceber as influências, permanências, apropriações de determinados enfoques e abordagens até a atualidade; 2. Obras de fácil localização, disponíveis nas escolas e bibliotecas públicas ao alcance do público leitor comum; 3. Obras não tão conhecidas mas que porventura apresentem alguma abordagem diferente ou inovadora. Os demais títulos localizados mesmo não recebendo um estudo mais detalhado serão utilizados para construir um panorama das influências e das abordagens mais utilizadas ou reproduzidas.

Este é um trabalho de crítica historiográfica e deve, antes de ter um fim, oferecer novos caminhos de investigação, nos quais ele mesmo será, posteriormente alvo de análise. É uma tentativa de realizar o que Michel de Certeau considera “*o estudo da escrita como prática histórica*”.¹³ Este historiador considera que a moderna historiografia apresenta um aspecto de fabricação e não mais de leitura ou de interpretação, ponto de vista que permitiu perceber que os procedimentos próprios ao “fazer história” são um problema político e trazer à tona a questão do sujeito até então reprimida ao nível da ficção ou do silêncio pela lei de uma escrita “científica”.¹⁴

Arrisco ir além deste ponto de vista e considerar que os atos de ler e interpretar são parte constituinte do ato de fabricar. Neste estudo específico, considero que as preocupações com o ato da leitura são absolutamente relevantes a partir do momento em que me posiciono como leitora das publicações sobre o Contestado sobretudo quando considero essas obras, em parte, resultado das leituras feitas em relação a uma construção realizada pelos contemporâneos e participantes do que aconteceu nos sertões de Santa Catarina na época. Leituras que com o passar dos

¹³ CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p.10.

¹⁴ CERTEAU, Michel de. *Op. cit.*, p.11

anos reproduzem antigos olhares mas também os resignificam e constroem novos vieses interpretativos.

As preocupações com minha posição inicial de leitora de leituras de outros me levaram a pensar o problema da tensão existente entre a constatação atual de que “as leituras são plurais”;¹⁵ ou seja, constroem diferentes sentidos dos textos. Fato que leva à procura infundável e inglória por uma interpretação supostamente correta do texto. Esta procura sem fim pode, muitas vezes, impor uma certa interpretação ou uma determinada maneira de ler que terminam sendo consideradas as únicas corretas. Portanto, tento não cair na ilusão de defender a minha interpretação como a única possível. Ilusão esta que Roger Chartier denomina de “*projeção universalista do ato de leitura*”,¹⁶ procurando assim ter consciência de que as situações de leitura variam historicamente, do mesmo modo como a minha leitura é, nas palavras de Bourdieu, “*produto das circunstâncias nas quais tenho sido produzido enquanto leitor*”.¹⁷

¹⁵ CHARTIER, Roger & BOURDIEU, Pierre. “A LEITURA: Uma prática cultural”. Debate entre Pierre Bourdieu e Roger Chartier. In: CHARTIER, Roger (org.). *Práticas da leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001, p.242

¹⁶ CHARTIER, Roger & BOURDIEU, Pierre. In: CHARTIER, Roger (org.). Op. cit., p.233

¹⁷ CHARTIER, Roger & BOURDIEU, Pierre. In: CHARTIER, Roger (org.). Op. cit., p.234

1. “No calor da hora” – Os testemunhos oculares.

1.1. Os militares.

Em 1913, um ano após o fatídico combate nos campos do Irani – no qual se enfrentaram o grupo de seguidores do monge José Maria e um destacamento das forças policiais do Paraná chefiado pelo Coronel João Gualberto ocasionando a morte tanto do monge, quanto do Coronel – um grupo de sertanejos, tendo a frente Manoel Alves de Assumpção Rocha, Eusébio Ferreira dos Santos e sua esposa Querubina, voltaram a se reunir na região de Taquaruçu em local próximo ao que haviam celebrado a Festa de Bom Jesus do Taquaruçu no ano anterior. É durante este período de um ano transcorrido entre a morte de José Maria no Irani e o novo ajuntamento em Taquaruçu que ocorre o que Duglas Teixeira Monteiro denomina de processo de “reencantamento do mundo”. Ou seja, a construção de uma comunidade que vive, se organiza e luta contra seus adversários dentro de um universo mítico, adotando as condutas ritualizadas correspondentes.¹⁸ Este “reencantamento” aconteceu em resposta a um “desencantamento” dos sertanejos frente a realidade em que viviam nos últimos anos, e para a qual procuravam uma saída. O avanço gradual da *Brazil Lumber and Colonization*, através do desmatamento de toda região por onde passava a nova estrada de ferro que ligava o estado de São Paulo ao Rio Grande do Sul, seguido pela demarcação das áreas já desmatadas para ocupá-las com imigrantes europeus e seus descendentes; o progressivo cercamento dos ervais, a transformação das relações de compadrio entre sertanejos e coronéis, visto que estes perdiam parte de sua influência frente ao avanço das relações capitalistas; foram algumas das causas que desestruturaram o mundo em que viviam os habitantes da região. Segundo Paulo Pinheiro Machado,

O processo de reelaboração social da memória, que incide criativamente sobre a rápida passagem de José Maria, pode ser compreendido se considerarmos que nada do quadro de

¹⁸ MONTEIRO, Duglas Teixeira. *Os errantes do novo século: um estudo sobre o surto milenarista do contestado*. São Paulo: Duas Cidades, 1974, p. 103 a 167.

crise social e política da região havia mudado com a morte do monge. Permaneciam os agricultores expulsos de suas posses ao longo dos ramais da ferrovia, continuavam Vilas inteiras a assistir o revezamento de autoridades paranaenses e catarinenses, persistia a arrogância dos Coronéis Superintendentes sobre seus opositores políticos ou sobre aqueles que não submetiam-se a sua vontade.¹⁹

Animados, portanto, com as supostas aparições do Monge José Maria para a menina Teodora de 11 anos, neta de Eusébio, e convencidos de que as instruções e promessas do monge repassadas pela menina os auxiliariam numa nova vida, os sertanejos iniciaram a construção de uma pequena cidadela. Neste novo ajuntamento aguardariam o tão prometido retorno do monge que viria acompanhado do “Exército Encantado de São Sebastião”.²⁰ Para ali, onde todos as posses e os frutos do trabalho eram destinados ao bem comum, onde todos se reuniam para rezar e louvar a Deus e ao monge, onde se criou um clima de companheirismo, de intensa religiosidade e aparente segurança material, começaram a migrar muitas famílias de posseiros que, obrigadas a deixar as terras que ocupavam, passaram a ver aquele lugar como boa alternativa para iniciar vida nova.

A alternativa oferecida pelos seguidores do monge se tornava cada vez mais atraente a ponto de fazer com que até mesmo alguns pequenos fazendeiros, comerciantes e profissionais liberais das vilas próximas abandonassem suas propriedades e partissem com sua família levando apenas pertences pessoais, alimentos e os animais que possuíam para morar na então “cidade-santa” de Taquaruçu. O pequeno agrupamento cresceu de modo assustador para os habitantes das vilas próximas e para o então Superintendente de Curitiba, Coronel Albuquerque, o mesmo que dera o alarme na época do primeiro agrupamento e que levou José Maria a dispersar o povo e partir para os campos do Irani. Os destacamentos formados por policiais locais, peões dos coronéis aliados de

¹⁹ MACHADO, Paulo Pinheiro, *Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912 – 1916)*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2004, p. 191

²⁰ O culto a São Sebastião no Brasil assume diversas facetas de acordo com a região do país, para saber o que a figura deste santo representava na região contestada ver ESPIG, Márcia Janete. *A presença da Gesta Carolíngia no movimento do Contestado*. Porto Alegre. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998.

Albuquerque e por policiais enviados pelo Governador do Estado não obtiveram êxito frente aos sertanejos armados com espadas de pau e suas táticas de luta na mata. Estas vitórias iniciais dos integrantes da “cidade-santa” aumentaram a confiança que estes tinham no poder protetor do monge, elevando o ânimo e atraindo mais e mais pessoas e famílias inteiras para o local que passou a ser denominado por quem estava fora de o “reduto” dos “fanáticos” seguidores do monge José Maria .

O movimento assume tamanha proporção que obriga o governador de Santa Catarina a pedir auxílio ao Governo Federal, o qual destaca o Exército Brasileiro para combater este novo movimento visto como semelhante ao que ocorrera há 15 anos no sertão baiano e que ficou conhecido como a Guerra de Canudos. As ações do Exército na região contestada pelos Estados do Paraná e Santa Catarina contra os “redutos de fanáticos” foram registradas em relatórios e diários pessoais de oficiais das Forças Legais. Alguns relatórios foram publicados pela Imprensa Militar como é o caso do livro do General Fernando Setembrino de Carvalho²¹ e outros através de Imprensas Oficiais Estaduais. José Herculano Teixeira D’Assumpção,²² por exemplo, publicou seu livro pelo Estado de Minas Gerais. Há ainda, os que foram publicados em forma de artigos nos jornais da época por alguns oficiais ou transformadas posteriormente em memórias, como é o caso do General José Vieira da Rosa,²³ ou em livros, como é o caso de Demerval Peixoto.²⁴ São estes os textos dos militares que são utilizados neste trabalho, no entanto foram privilegiados na análise os textos de Setembrino de Carvalho e de Demerval Peixoto por serem os mais citados pela historiografia do Contestado assumindo assim maior importância dentro dos objetivos dessa pesquisa.²⁵

²¹ CARVALHO, Fernando Setembrino de. Relatório apresentado ao General de Divisão – José Caetano de Faria, Ministro de Guerra pelo General de Brigada Fernando Setembrino de Carvalho, Comandante das Forças em Operações de Guerra no Contestado. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1915.

²² D’ASSUMPÇÃO, Herculano Teixeira. *A campanha do Contestado*. (As operações da Columna Sul).V.1. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1917

²³ VIEIRA DA ROSA, José. Depoimento datilografado, s.d., assinado pelo Gen. Vieira da Rosa, sobre a Campanha do Contestado. Pasta pessoal do General no Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

²⁴ PEIXOTO, Demerval, *Campanha do Contestado*. 3 V. Curitiba: Fundação Cultural, Farol do Saber, 1995. (Primeira edição de 1920)

1.1.1. A essência e a verdade na busca por uma gênese.

Os textos produzidos pelos militares sobre a Guerra Sertaneja do Contestado, principalmente os relatórios escritos para o Comando Geral do Exército no Rio de Janeiro, ou seja, discursos produzidos no interior de uma instituição fortemente assentada em regras e modelos rígidos, possuem as características dos discursos que assumem estatuto de verdade e, assim legitimados, classificam e excluem os outros discursos que não respondem ao seu “verdadeiro”. Afinal, é através das instituições e apoiada em um “saber” disciplinar que uma determinada “vontade de verdade” tende a exercer sobre os outros discursos uma espécie de pressão e como que um poder de coerção, conseguindo assim sua justificação e legitimação perante a nossa sociedade. Segundo Michel Foucault, a própria palavra da lei (em nossa sociedade) só é autorizada por um discurso de verdade. O sistema penal, por exemplo, procura seu suporte, sua justificação, primeiramente numa teoria do direito e mais tarde, a partir do século XIX, em um *saber* sociológico, psicológico, psiquiátrico. Portanto, se faz necessário verificar quando e de que formas as instituições fomentam, através de seus membros, o “jogo do verdadeiro”, dessa verdade que não é só “riqueza, fecundidade, força doce e universal”, mas, também, “prodigiosa maquinaria destinada a excluir todos aqueles que, ponto por ponto, em nossa história, procuram contornar essa vontade de verdade e recolocá-la em questão contra a [própria] verdade,(...)”.²⁶

O Exército Brasileiro nas primeiras décadas da República recebia, em parte, influência da doutrina positivista de Comte, a qual penetrou nos seus círculos durante os anos finais do Império através da atuação de Benjamin Constant como professor da Escola Militar no Rio de Janeiro. Luís Roberto Soares nos fala sobre a influência da Escola Militar do Rio de Janeiro na formação das elites dirigentes do país ao apresentar a reedição do livro “Campanha do Contestado” de Demerval Peixoto em 1995.²⁷ Esta escola, criada no início do Século XIX, formava as vanguardas e elites dirigentes do país, inegavelmente modernizadoras, e que foram de importância

²⁵ Além dos textos citados acima há também as publicações de ANTUNES, Ezequiel (Médico da Expedição). *O Contestado entre Paraná e Santa Catarina*. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 1918; SOARES, J. Pinto. *Guerra em Sertões Brasileiros*. Rio de Janeiro: Papelaria Velho, 1931.

²⁶ FOUCAULT, Michel. (1999). *Op. cit.* p. 20

²⁷ SOARES, Luís Roberto. “Apresentação”. In: PEIXOTO, Demerval. *Op. cit.*, p. 07.

fundamental na construção do Estado Nacional. Segundo José Murilo de Carvalho, esta escola produzia na verdade “bacharéis fardados” numa competição com os bacharéis sem farda das escolas de Direito e Medicina, oficiais que gostavam de ser chamados, mesmo dentro do exército, de doutores. “*Estava aí criado o perfeito ambiente para a aceitação da idéia do soldado-cidadão que desde a proclamação da República passou a pertencer à ideologia das intervenções militares no Brasil*”.²⁸

A concepção de história positivista que circulava no âmbito do Exército Brasileiro pode ser exemplificada por estas palavras do médico militar Ezequiel Antunes: “*A história parece não exigir grande literatura nem muita ciência. Antes, ela determina, imperativamente, na análise e registro dos fatos, sobretudo, a expressão nítida da verdade*”.²⁹ É o estatuto da verdade partindo do interior da instituição permitindo que se legitimem as idéias pronunciadas por seus membros, sem dar espaço para outras versões e visões que porventura pudessem surgir.

Além da formação da Escola Militar, alguns oficiais são membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro [IHGB],³⁰ e receberam também a influência das idéias sobre como escrever a história nacional que circulavam no interior do Instituto e suas versões regionais.³¹ No início do Século XX os membros do Instituto ainda

²⁸ CARVALHO, José Murilo de. “As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador”. In: FAUSTO, Boris (org). *História da Civilização Brasileira: o Brasil Republicano*. T.3, v.2, 4ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p. 196

²⁹ ANTUNES, Ezequiel citado por RODRIGUES, Rogério Rosa. *Os sertões catarinenses: embates e conflitos envolvendo a atuação militar na Guerra do Contestado*. Dissertação de Mestrado em História. UFSC. Florianópolis, 2001., p. 31

³⁰ É o caso de Herculano Teixeira D’Assumpção. Este militar, que participou do conflito entre os anos de 1914 e 1915 tomando parte da chamada Coluna Sul das forças legais, quando publica a sua obra em 1918 é membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais e membro da Comissão de Arqueologia, etnografia e língua dos indígenas. Outro aspecto do texto de D’Assumpção que influenciou muito a sua escrita foi o fato de que este Oficial parece ter como um de seus objetivos fazer uma espécie de defesa da atuação do Cel. Estilac Leal que chefiou a Coluna Sul no ataque ao reduto de Santa Maria e foi alvo da críticas de alguns Oficiais do Exército por considerarem que a Coluna não correspondeu aos objetivos das ações.

³¹ Criado em 1838, O IHGB tinha por função definir um projeto de nacionalização do país, além de defender a Monarquia e fazer a apologia da centralização e do catolicismo. Com o advento da República, apesar da resistência de alguns em aceitar o novo governo, aos poucos, algumas idéias republicanas começaram a ser apropriadas pelos Institutos e o projeto de Nação passou a assumir um caráter de exercício de cidadania. Ver ampla discussão sobre a visão historiográfica dos Institutos em: CALLAR, Claudia Regina. “Os Institutos Históricos: do Patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.21, nº40, 2001, pp. 59-83; GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. “Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.1, 1988,

tinham entre suas atribuições recolher toda a documentação existente e acessível para que outros no futuro pudessem analisá-la. Tudo para evitar que o historiador se envolvesse com questões contemporâneas num propósito de neutralidade e distanciamento vistos como necessários ao discurso historiográfico. É possível observar essa característica no livro de Herculano D'Assumpção quando ele afirma repetidas vezes a sua preocupação em dar um testemunho imparcial e objetivo tentando, de certa forma, legitimar seu relato:

*Documentarei o presente trabalho para que bem claro fique, sem possíveis sophismas, que nos sertões do sul, (...), habita uma população numerosa, sem o mínimo resquício de sentimento humano... E para dizer verdades tais, preciso apelar, com energia, para a serenidade imparcial de relator, calcando, constrangido, no âmago da minha alma de patriota crente e convencido, o orgulho nacional.*³²

Por outro lado, outras vozes ecoavam vindas do interior do próprio exército para negar o que vinha sendo escrito e divulgado pelos contemporâneos sobre a Guerra. E a noção de verdadeiro era novamente usada então para legitimar outra visão: “*Não, e o que há por ahí publicado peca pela parcialidade e pelas inverdades, (...). Eu também procurarei não almejar celebridade, mas não escrevo senão verdades, referentes ao sector que occupei e limpei*”.³³

Estas noções do verdadeiro que permeavam os discursos dos militares, seus ideais em construir relatos objetivos, nos quais clareza, neutralidade e imparcialidade deveriam ser as características primordiais, estão inseridos dentro de uma tradição de pensamento que se caracteriza, principalmente, pelo debate do problema da unidade e da diversidade humanas. Embora no Brasil de início de século XX as preocupações intelectuais já estivessem, progressivamente, sendo pautadas pelo estudo do particular, o etnocentrismo – que é um dos elementos característicos da concepção

pp.5-27; e ainda SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 99 e DIEHL, Astor Antônio. *A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930*. Passo Fundo: Ediupf, 1998

³² D'ASSUMPÇÃO, Herculano Teixeira. *Op. cit.*, p.I

³³ VIEIRA DA ROSA, Gen. José. *Op. cit.*, p. 24

universalista do mundo – continuava a influenciar boa parte dos estudos brasileiros. Segundo Todorov,³⁴ o etnocêntrico é aquele que crê que seus valores são *os valores* e isso lhe basta, nunca busca verdadeiramente prová-lo; o etnocentrismo faz ver o que é do outro, o que é diferente de sua cultura como estranho.

Assim, para o racionalismo de fins do século XIX e início do XX os surtos constantes de fenômenos como o milenarismo e o messianismo se revestem de um mistério assustador.³⁵ Entre os acontecimentos que assumiram maiores proporções é possível citar a revolta dos Muckers que ocorreu entre 1868 e 1874 no Rio Grande do Sul e envolveu colonos alemães protestantes, a “Guerra de Canudos” (1896-1897) na Bahia e os incidentes ocorridos em Juazeiro no Ceará através da atuação do Padre Cícero (1890-1934). Estes fenômenos representavam, para as elites e o Governo, uma ameaça à ordem social e suas origens pareciam insondáveis, perdidas que estavam num horizonte sombrio. Numa tentativa de racionalizar este temor se torna comum a proliferação de discussões em torno da gênese desses fenômenos. Para alguns, havia uma necessidade em explicar por qual razão movimentos cujas origens se perdiam em épocas remotas irromperam no mundo civilizado. As páginas dos jornais da época eram utilizadas, frequentemente, por quem queria tecer seus comentários sobre o tema que tanto afligia o pensamento:

É bem conhecida a gênese de tais bandos fanatizados dentre os quais foi o de Canudos o que maiores prejuízos de vida e dinheiro nos causou, chegando a influir desastrosamente na política geral da república.

*De ordinário é a **mania religiosa** – um misto de catolicismo rústico e de fetichismo africano – que inicia o congregamento em torno de um certo indivíduo, das gentes ignorantes e crendeiros das regiões sertanejas.³⁶ [grifo meu]*

³⁴ TODOROV, Tzvetan. *Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993, pp. 21-49

³⁵ Os movimentos milenaristas têm por característica principal a crença na chegada de um novo tempo, uma idade de ouro na qual o reino de Deus será realizado. No caso dos movimentos messiânicos, haverá ainda o comando de um representante divino ou de uma divindade encarnada, a garantir o fechamento do milênio. Sobre os conceitos de messianismo e milenarismo, consultar QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O messianismo no Brasil e no mundo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977. p. 25-46.

³⁶ TIGRE, Bastos. “Canudos e Irani”, *Correio da Manhã*, 29/10/1912. Apud: GALLO, I. *Op. Cit.* p. 16.

E, mesmo quando se admite que – da religiosidade primitiva à questão de limites – *as causas são puras conjecturas*,³⁷ não é possível para o pensamento da época fugir a tentação de eleger um motivo principal: “*Mas é certo que, entre tantos motivos invocados, o verdadeiro pretexto está na politicagem, que separa por interesses opostos, os cabos eleitoraes de taes sertões*”.³⁸ [grifo meu]

Essa preocupação dos racionalistas em estabelecer um ponto de partida para tais fenômenos, a busca por uma origem – a *genesis* – parece representar um esforço, como argumentava Foucault, em

*...recolher nela a essência exata da coisa, sua mais pura possibilidade, sua identidade cuidadosamente recolhida em si mesma, sua forma imóvel e anterior a tudo o que é externo, acidental, sucessivo. Procurar uma tal origem é tentar reencontrar ‘o que era imediatamente’, o ‘aquilo mesmo’ de uma imagem exatamente adequada a si; é tomar por acidental todas as peripécias que puderam ter acontecido, todas as astúcias, todos os disfarces; é querer tirar todas as máscaras para desvelar enfim uma identidade primeira.*³⁹

Para os contemporâneos dos conflitos, a origem que sobressai para explicar esses movimentos é a barbárie cujos males – ignorância e fanatismo – afligiam certa parcela da população que habitava os distantes sertões brasileiros. Todavia, uma leitura mais atenta pode revelar as contradições desta visão generalizante frente a realidade que foi observada em loco pelos militares. Leitura bem atenta, pois, mesmo se referindo às intrigas sobre o litígio do território contestado como as principais causadoras da anormalidade dos sertões, o Primeiro Tenente Herculano D’Assumpção, por exemplo, faz isso somente após 200 páginas nas quais explora as condições de incivilidade de seus habitantes. Essas contradições produzem um discurso ambíguo, fortemente marcado por oposições como campo/cidade,

³⁷ CARVALHO, Gen. Fernando Setembrino. *Op. cit.*, p. 03

³⁸ CARVALHO, Gen. Fernando Setembrino. *Op. cit.*, p. 03

³⁹ FOUCAULT, Michel. “Nietzsche, a genealogia e a história”. In: *Microfísica do Poder*, 11. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993, p. 17

natureza/cultura, mas que não pode deixar de dar conta de determinados aspectos da realidade que se devidamente explorados viriam a desestabilizar os cânones do pensamento racionalista da época ou, pelo menos, levariam a rever certas posturas frente a realidade observada. Talvez seja exatamente por isso que certos acontecimentos são apenas citados por D'Assumpção brevemente, de passagem, e ficam perdidos em meio a tantas definições constantemente repetidas a exaustão. É possível, até mesmo, encontrar trechos em que ele critica, rapidamente, determinados setores das autoridades da região e até mesmo dos governos estaduais envolvidos, pelo quadro de ignorância e pobreza que contempla. No entanto, estes trechos se perdem em meio à desmoralização que o autor desencadeia sobre os sertanejos e o quadro de miséria que ele atribui à presença do elemento indígena na formação da maior parte daquela população.

O historiador Rogério Rosa Rodrigues que tem como uma de suas propostas refletir sobre os projetos não concretizados desses militares, que por esse motivo são desconsiderados ou esquecidos pela historiografia e figuram como desejos que não vingaram mas que compuseram a constelação de possibilidades para dar fim a Guerra do Contestado, considera que,

Se por um lado pode-se afirmar que seus relatos estão comprometidos com o lugar social do qual falavam, tendo por princípio a obediência, a hierarquia, o culto exacerbado de um patriotismo ao qual se viam como os maiores defensores, por outro lado compartilham uma certa crítica à política comprometida com fraudes eleitorais, desmandos administrativos e perpetuação da ignorância em todo o país. Tais críticas estavam relacionadas à visão de que os elementos citados bloqueavam o progresso e desenvolvimento do país.⁴⁰

Por isso mesmo é possível encontrar exemplos que diferem em alguns aspectos da visão influenciada pelos determinismos e conceitos universais do racionalismo científico. Sensibilizados, talvez, pelos dramas presenciados, ou detentores de uma visão de mundo mais flexível, conseguiram apresentar um quadro

⁴⁰ RODRIGUES, Rogério Rosa. *Op. cit.* p. 49

mais amplo e complexo do que presenciavam. O General Fernando Setembrino de Carvalho enfoca, principalmente, as relações entre fazendeiros e agregados, as quais, a seu ver, eram muito semelhantes às que existiam entre senhores e escravos. Para este militar, os fazendeiros eram “prepotentes” e “politiqueiros sanhudos” que por motivos “futilíssimos” era comum realizarem “*mortíferas entradas contra o aborígene rarascente na região*”.⁴¹ Outro exemplo, é o texto do General José Vieira da Rosa, dono de um senso crítico aguçado, de um discurso mordaz, ele deixou bem clara sua indignação frente às injustiças que presenciou durante toda a campanha. Criticou tenazmente aqueles que por “*indecorosas concessões de terras, expoliam o brasileiro em proveito do estrangeiro*”. Criticou o desrespeito ao *uso capião* e o abandono em que viviam os sertanejos sem acesso a educação e serviços de saúde.⁴²

Há ainda, o texto produzido por Demerval Peixoto que combateu no Contestado entre setembro de 1914 e final de 1915, sua narrativa também leva em consideração as relações sociais que marcavam a região e seus habitantes, não ficando apenas na caracterização maniqueísta do conflito como a eterna luta entre o bem e o mal. Para ele

(...), a região contestada esteve sempre e se eternizará entregue ao despotismo dos chefetes locais, ao desvario de uma sorte inumerável de crimes mal apurados e ao desmando de caudilhos temíveis, homiziados, fora da alçada da justiça das cidades; e tais têm sido os propulsores morais das causas que levaram à rebeldia, como recurso de defesa, os sertanejos ignorantes e espoliados pelos prepotentes.⁴³

Demerval Peixoto se preocupa, desde o início, em esclarecer que uma das características da região era a existência de bandos de “jagunços” e agrupamentos armados, geralmente formados e mantidos pelos chefetes locais, “coronéis da roça”, preocupados que estavam em dilatar suas terras e aumentar suas criações. Além desse interesse, outros fatores contribuíam para a existência desses grupos: desavenças e intrigas alimentadas pela disputa do território entre Santa Catarina e Paraná; disputas

⁴¹ CARVALHO, Gen. Fernando Setembrino. *Op. cit.*, p. 03

⁴² VIEIRA DA ROSA, Gen. José. *Op. cit.*, p. 25

⁴³ PEIXOTO, Demerval. *Op. cit.*, p. 18

insufladas pelas empresas madeireiras e construtoras de estrada de ferro, as quais mantinham também seus próprios agrupamentos armados acautelando interesses. Essa realidade, segundo Peixoto, fez com que o sistema de pequenos grupos aguerridos, espalhados pela região com o pretexto de garantir interesses, se alastrasse e avolumasse. Fato que, para o autor, poderia esclarecer, em grande parte, “*as razões porque aquele modesto acampamento de ‘fanáticos’, desarmados e inofensivos nos pinheirais dos Curitibanos ao princípio, depois nos faxinais do Irany, se transformou em valhacouto de bandidos que estavam, por fim, disseminados pela região inteira*”.⁴⁴

Através das inúmeras injustiças sofridas é possível explicar porque o movimento cresceu e ficou cada vez mais forte, tanto, que atraiu para seu interior espertalhões e bandidos que viram nele um móvel para suas ações. Mas a necessidade em indicar uma origem acaba levando Peixoto a contradições pois a percepção que teve das complexidades das relações sociais em jogo não impediu que ele atribuísse a gênese do movimento finalmente ao fanatismo religioso dos sertanejos: “*Está ao alcance de todos que têm acompanhado a questão do Contestado que a sua origem fundamental reside realmente no fanatismo*”.⁴⁵

É no interior desta discussão que podemos vislumbrar o que representou o movimento do Contestado, no seu tempo. Como Ivonne Gallo bem nos mostra, ao deixar falar a imprensa da época, havia uma grande preocupação política quanto às simpatias por práticas místicas e religiosas até mesmo por parte das elites e camadas urbanas da sociedade brasileira.

É uma coisa impressionante o desenvolvimento que tem tomado, nos últimos anos, essa doença que chamaremos ‘a feitiçaria civilizada’ e que outros chamam ‘a sedução do maravilhoso’. Os ocultistas, teosofistas, espiritualistas ‘científicos’, espiritualistas e mais adoradores das ‘forças misteriosas que governam o mundo’, constituem hoje uma legião imensa. Se se alistassem eleitores, com a firme idéia de participar do governo da nação, podiam formar o partido

⁴⁴ PEIXOTO, Demerval. *Op. cit.*, p. 29

⁴⁵ PEIXOTO, Demerval. *Op. cit.*, p.52

*mais numeroso das nossas grandes cidades, fazer senadores, deputados, e quem sabe até o presidente da República (...).*⁴⁶

O temor republicano de perder o poder muito recentemente adquirido e a fragilidade dos alicerces da nova realidade política era tal, que via em tudo uma constante ameaça a sua posição. Foi o que aconteceu também em relação ao movimento de Canudos. Mas o apego da elite urbana, ilustrada ou não, à simbologia religiosa é marcado por uma diferença fundamental em relação à religiosidade dos sertanejos. Segundo Claudine Haroche, pouco a pouco a exigência da “unidade de culto” presente no discurso religioso vai dar lugar à “liberdade de culto” desde que se respeite o culto à outra unidade que é representada pelo “amor à pátria”.⁴⁷ Portanto, seja místico ou agnóstico, judeu ou cristão, não importa, mas todos devem cultivar a nação. Para a sociedade urbana e elitizada esse apego não poderia passar de um uso individual, com a perspectiva mística ou puramente mágica, um gosto pelo exótico e pitoresco para colorir sua existência. Para os sertanejos, ao contrário, “*esse ‘misto de catolicismo de práticas exóticas e de fetichismo africano’ compreende um modo de vida, uma lente, através da qual se pode ver e compreender a história e explicar ou estabelecer determinadas relações sociais e com a natureza*”.⁴⁸

Essa diferença explicaria o porquê de, nos momentos em que essa forma sincrética de apelo ao sagrado atinge dimensões coletivas e políticas, a elite se apavorar e atribuir a isso o nome de fanatismo. É a racionalidade fazendo uso desta noção para justificar os genocídios que ocorrem por aí. É o “fanatismo” encobrindo todas as contradições e injustiças presentes no cotidiano e fornecendo justificativas para a repressão pela força, sem que haja necessidade de se aprofundar na explicação e entendimento do fenômeno. Esta parece ser a tônica dos relatos escritos na época sobre o conflito, quando é preciso definir uma essência a escolha recai sobre conceitos e idéias indiscutíveis no sistema de pensamento da época.

⁴⁶ “Feitiçaria”, O Estado de São Paulo, 2/1/1917. In: GALLO, I. *Op. cit.*, p. 18

⁴⁷ HAROCHE, Claudine. *Fazer Dizer, Querer Dizer*. São Paulo: Hucitec, 1992, p. 216

⁴⁸ GALLO, I. *Op. cit.* p. 21

1.1.2. O ideal civilizador.

A guerra Sertaneja do Contestado ocorreu num tempo em que se respiravam, ainda, ares saturados das contradições um tanto quanto caóticas das duas primeiras décadas da República brasileira. Nesse período, O Exército Brasileiro estava imbuído do ideal nacionalista, civilizador e modernizante. Segundo Angel Rama,

*quem levou adiante o projeto modernizador e pôde fazê-lo viável foi o exército, sendo possível entendê-lo de outro modo: só a força repressiva de que dispunha o exército era capaz de impor o modelo modernizador, já que ele implicava uma reestruturação econômica e social que castigaria ingentes populações rurais, forçando-as a uma rebelião desesperada.*⁴⁹

Assim, era freqüente os militares, através de suas narrativas, chamarem a atenção dos políticos e governantes para o problema que era a condição de barbárie em que, para eles, vivia a população do interior do país. Herculano Teixeira D'Assumpção defendia, por exemplo, que não bastava “*vencer os bandidos do sul, pois que o mal medrará novamente em tão propício meio*”, precisando, deste modo, modificá-lo moralmente “*com a relativa educação do povo sertanejo*”.⁵⁰

Eram visões ambíguas, marcadas, ao mesmo tempo, pela preocupação com a condição, a seus olhos deplorável, daqueles “miseráveis ignorantes”, e pela caracterização pejorativa com que freqüentemente se referiam àquelas pessoas, justificando as ações mais violentas que porventura viessem a ser tomadas pelo exército. A tensão existente entre a consciência de que eram necessárias medidas urgentes mas de outra ordem que a ação punitiva e a crença de que aqueles “miseráveis” estavam condenados a um estado de barbárie tal, que a única solução possível em curto prazo era o uso da força mesmo que isso também resultasse em atos violentos e cruéis, fazia com que os oficiais produzissem relatos em que se confundiam a condenação e a misericórdia. A maior marca da ambigüidade que caracterizava o

⁴⁹ RAMA, Angel. “La crítica de la cultura en América Latina”, p. 350. Citado por Luís Roberto SOARES na apresentação do livro de PEIXOTO, Demerval. *Op.cit.*, p. 07

⁵⁰ D’ASSUMPÇÃO, Herculano Teixeira. *Op. cit.*, p. II

pensamento dos militares era a crença de si mesmos como aqueles capazes, através de testemunhos imparciais, de produzir relatos verdadeiros, baseados firmemente em neutralidade e objetividade, conceitos tão caros ao pensamento intelectual da época que procurava a todo custo legitimar ou tornar “científico” seu conhecimento.

Esta pretensa imparcialidade era de tal feitio que em seus relatórios oficiais era comum enaltecerem o Exército Brasileiro, afinal do outro lado da batalha estão os soldados “*tendo a sinceridade como penhor da nobreza das suas ações...*”.⁵¹ E D’Assumpção, por exemplo, como bom oficial não perde a oportunidade para elogiar e abençoar estes homens dignos, imbuídos de “acção civilizadora” e descrever as dificuldades, sacrifícios e duras provações pelas quais passariam estes “bravos”, “abnegados exploradores”, cidadãos brasileiros que marchavam heroicamente para extirpar a chaga do fanatismo que corroía os sertões do sul do Brasil.

Outra característica do ideal civilizador era sua forte marca excludente, afinal índios e negros não seriam portadores da noção de civilização, portanto carregariam em si os sinais do atraso e da barbárie e estariam condenados a não fazer parte da construção da nacionalidade brasileira. Como então levar adiante o projeto civilizador entre uma população composta em sua maioria por descendentes de brancos, mas também de índios e negros, ou seja de “mestiços”? Esta questão não resolvida que vinha se formulando desde meados do século XIX⁵² pairava como um espectro sobre o pensamento intelectual brasileiro da Primeira República. Neste momento, a “mestiçagem” para os intelectuais se caracteriza apenas como mistura racial, muito bem representada pela metáfora do cadinho, se tornando corrente a afirmação de que o Brasil era resultado da fusão de três raças: o branco, o negro e o índio. Dentro do quadro do evolucionismo, no entanto, a “mestiçagem” era vista como um problema, um verdadeiro entrave ao progresso da nação e à civilização nos moldes europeus.

⁵¹ D’ASSUMPÇÃO, Herculano Teixeira. *Op. cit.*, p. 25

⁵² Em 1840, Januário da Cunha Barbosa lança um prêmio para o trabalho que melhor elaborasse um plano para se escrever a história do Brasil. Em 1847 é premiado um texto de um cientista alemão de nome von Martius. (MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. “Como se deve escrever a História do Brasil”. In: *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, 6(24): 381-403. Jan. 1845). Segundo Manoel Guimarães: “No artigo, von Martius define as linhas mestras de um projeto historiográfico capaz de garantir uma identidade especificidade [sic] à Nação em processo de construção. Esta identidade estaria assegurada, no seu entender, se o historiador fosse capaz de mostrar a missão específica reservada ao

Para Renato Ortiz “o dilema dos intelectuais desta época é compreender a defasagem entre teoria e realidade, o que se consubstancia na construção de uma identidade nacional”.⁵³ Assim dentro do referencial teórico em voga na época – o positivismo de Comte, o darwinismo social, o evolucionismo de Spencer – estavam eles em meio ao paradoxo que constituiu o tema racial na época, afinal, se por um lado esses modelos pareciam justificar cientificamente as hierarquias tradicionais, por outro o estigma da “mestiçagem” inviabilizava o projeto nacional que se pretendia iniciar. Mas é justamente na brecha deste paradoxo que se pode encontrar a saída original dos homens de ciência do país ao acomodar modelos teóricos tão diversos: do darwinismo social foi adotado o suposto da diferença entre as raças e sua natural hierarquia, sem que se problematizassem as implicações negativas da miscigenação; das máximas do evolucionismo social foi utilizada a noção de que as raças humanas não permaneciam estacionadas, mas em constante evolução e “aperfeiçoamento”, se obliterando a idéia de que a humanidade era uma.⁵⁴ Assim, foi a partir da própria realidade da “mestiçagem” da população que os intelectuais brasileiros tentaram elaborar uma identidade nacional. Eles vão defender a idéia de uma “aclimatação”⁵⁵ da civilização européia nos trópicos através de uma “mestiçagem moral e étnica”. E era através desta “experiência aclimatadora” que eles percebiam a possibilidade de caracterizar uma cultura brasileira distinta da européia. Portanto, esta idéia representava, basicamente, uma solução ao dilema vivido pelos intelectuais: como construir a identidade nacional, um sentido de nação para o Brasil sem desconsiderar sua especificidade, a “mestiçagem”, considerada pela visão etnocêntrica um entrave à civilização? Para Renato Ortiz, “*Na verdade, as Ciências Sociais da época*

Brasil enquanto Nação: realizar a idéia da mescla das três raças, lançando os alicerces para a construção do nosso mito da democracia racial. GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Op. cit., p. 18

⁵³ ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986, p.15.

⁵⁴ Buscavam-se, portanto, em teorias formalmente excludentes, usos e decorrências inusitados e paralelos, transformando modelos de difícil aceitação local em teorias de sucesso. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Op. cit.*, (1993), p.118

⁵⁵ essa idéia de aclimatação é retomada pelos intelectuais da época a partir das reflexões de Couto Magalhães em relação aos indígenas, segundo a qual a raça branca se aclimata nos trópicos, diferenciando-se dos europeus. De acordo com Renato Ortiz esse fator é essencial para tomarmos a temática da mestiçagem no período como real e também simbólica. Real no sentido em que refere-se ao amálgama étnico brasileiro e, simbolicamente conota as aspirações nacionalistas e construção de uma identidade. Ver discussão em ORTIZ, Renato. *Op. cit.*, p. 21.

reproduzem, no nível do discurso, as contradições reais da sociedade como um todo. A inferioridade racial explica o porquê do atraso brasileiro, mas a noção de mestiçagem aponta para a formação de uma possível unidade racial".⁵⁶

No entanto, o que poderia indicar, num primeiro momento, um caminho de valorização da mestiçagem acabou sendo utilizado para fomentar a imigração de trabalhadores europeus em plena crise da instituição escravagista. Sidney Chalhoub, por exemplo, constata que na década de 1860 "*a maioria dos médicos da Corte via na afirmação da viabilidade da aclimatação dos europeus em países quentes a própria construção de uma nação civilizada nos trópicos*",⁵⁷ idéia que se tornou a posição oficial do Governo Imperial.

No caso dos militares que trataram de escrever sobre a Guerra Sertaneja do Contestado, a questão da "mestiçagem" não é enfocada diretamente, esse é um problema da empreitada da civilização que não parece, a princípio, os preocupar. No entanto, é possível apreciar alguns elementos discursivos que podem indicar possibilidades para que a questão da "mestiçagem" seja desconsiderada ou como veremos camuflada. D'Assumpção, por exemplo, ao relatar o deslocamento das tropas de Itajaí até a localidade de Pouso Redondo, quase no Planalto Serrano, marca diferenças entre áreas de colonização alemã e áreas ocupadas por indígenas e seus descendentes. Apesar dele não se referir aos descendentes dos indígenas como mestiços, é a presença destes que quer marcar. Mas qual a razão para não fazer isso abertamente, como fez Euclides da Cunha em *Os Sertões*?⁵⁸ Obra que D'Assumpção cita justamente para introduzir o tema dos costumes e hábitos do sertão que vai passar a tratar? Arrisco a considerar que para um oficial ufanista, como visto, da instituição da qual faz parte, que assume como tarefa escrever a memória da atuação do exército, justificando-a e glorificando-a para a posteridade, tratar do tema da "mestiçagem" seria ter que considerar o perfil da grande maioria dos soldados, cuja imagem ele

⁵⁶ ORTIZ, Renato. *Op. cit.*, p. 34

⁵⁷ CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: Cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 84

⁵⁸ Euclides da Cunha dedica uma parte de seu livro para descrever o elemento humano do cenário, o sertanejo, e realiza uma ampla discussão sobre a constituição étnica do povo brasileiro. CUNHA, Euclides da. *Os Sertões: campanha de Canudos*. 35ª.ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1991.

exalta e enobrece. Como questionar as atitudes dos sertanejos levando em conta sua “especificidade racial” se os soldados em sua maioria também poderiam ser adjetivados igualmente por essa mesma “especificidade”. Quem eram os soldados do exército brasileiro?

Tradicionalmente, durante o império, o corpo de oficiais era recrutado entre as elites e os praças entre a população mais pobre – mecanismo com sérias conseqüências políticas ao possibilitar a identificação entre oficialidade e grupos políticos dominantes e o gradativo distanciamento entre oficiais e praças. Fato que começa a se modificar ao longo do Império e República adentro, quando o oficialato passa a ser recrutado dentro da própria organização, formando assim verdadeiras dinastias militares. Com o tempo o Exército passa a recrutar oficiais entre grupos sociais de renda mais baixa e status menor que nobre, principalmente na classe média. Mas o recrutamento das praças foi até 1916 feito majoritariamente em classes baixas, na maior parte das vezes forçado, pois reclamava-se da repugnância da população para a carreiras das armas e da dificuldade em manter os recrutas nas fileiras.⁵⁹

Ainda em 1913 as principais fontes de recrutamento do exército eram: os nordestinos afugentados pelas secas, os desocupados das grandes cidades que procuravam o serviço militar como emprego, os criminosos mandados pela polícia, os inaptos para o trabalho. Segundo José Murilo de Carvalho esse recrutamento se refletia na composição racial das guarnições da marinha que eram formadas por 50% de negros, 30% de mulatos, 10% de brancos ou quase brancos.⁶⁰ Eram freqüentes nos quartéis brigas, roubos, bebedeiras, intrigas, perseguições, violações e imoralidades entre eles. E toda essa indisciplina era castigada fisicamente. Fatos que corroboravam para um certo desprestígio do Exército junto a algumas parcelas da população que tentavam burlar o alistamento. O problema do recrutamento passa a ser considerado como ponto primordial a ser solucionado para melhorar a imagem do exército, mas diversas campanhas e leis instituindo sorteios e criação de Clubes de tiros para atrair

⁵⁹ CARVALHO, José Murilo de. “As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador”. In: FAUSTO, Boris. *Op. cit.*, p.189

⁶⁰ Esses números são baseados em levantamento feito por oficial da Marinha. CARVALHO, José Murilo de. “As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador”. In: FAUSTO, Boris (org). *Op. cit.*, p.191

juvencs de classe média e alta não surtiram efeito desejado no início. Foi preciso longa campanha e a Guerra Mundial de 1914 para que tivessem melhor êxito. Figuras como Olavo Bilac iniciam apoio a campanha para acabar com o “divórcio monstruoso” que separa o exército e o povo. *“Pelo sorteio, diz ele, ‘teremos o exército que devemos possuir: não uma casta militar, nem uma profissão militar, nem uma milícia assoldada, nem um regime militarista, oprimindo o país: mas um exército nacional, democrático, livre, civil, de defesa e coesão, que seja o próprio povo e a própria essência da nacionalidade’.”*⁶¹

Daí a necessidade em glorificar e enaltecer os feitos do exército e marcar sua diferença daquele “bando de sicários” que ousavam desafiar a nação. Diferença que na prática não se fazia tão sensível, principalmente se fosse caracterizada por conceitos baseados em origem social e racial, essa última, como visto anteriormente, era a preferida para marcar lugares pela intelectualidade da época. Justificar as ações utilizando o fato dos integrantes do movimento serem na sua maioria “mestiços” e, mais, atribuir abertamente à mestiçagem a causa por degenerações e crenças absurdas poderia abrir caminhos que impossibilitassem a devida exaltação que o exército e suas ações saneadoras mereciam a seus olhos.

A memória do exército poderia sair manchada pelo estigma racial, assim D’Assumpção prefere fazer alusões à presença dos indígenas sem fazer ligações claras à heranças biológicas e morais. Para bom entendedor, meia palavra basta. Veja-se os recursos que utiliza para descrever o “*tipo rústico dos sertanejos do Contestado*” afirma que existe o “sertanejo de cor clara” e o “caboclo indígena”. O sertanejo, esse de “cor clara”, é descrito apenas por seus grandes bigodes caídos (!) e pela vestimenta (!) – nunca saberemos o que é precisamente esta “cor clara”, talvez a condição que indica seu gradual branqueamento, sua herança indígena e negra estaria, portanto, longe no passado, diluída pelo constante caldeamento, fato que representaria sua aproximação com a civilidade. Esse pensamento pode muito bem conter um elemento do discurso colonial do qual nos fala Homi Bhabha, é a “(...) *mímica que*

⁶¹ BILAC, Olavo. “A Defesa Nacional”, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1965, pp. 106, 107, 70. Apud. CARVALHO, José Murilo de. “As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador”. In: FAUSTO, Boris (org). *Op. cit.*, p.194

emerge mais uma vez como uma das estratégias mais arditas e eficazes do poder e do saber coloniais (...), e “(...) simboliza o desejo de um Outro reformado, reconhecível, como sujeito da diferença que é quase a mesma mas não exatamente e essa diferença é um processo de recusa”.⁶² É como uma máscara que encobre características indesejáveis num indivíduo do qual se quer aproximar ou aceitar como seu próximo, mesmo que seja dentro de certos limites, mantendo uma determinada hierarquia social frente a ele. Aceitá-lo, esperar sua cooperação, contudo mantê-lo em seu devido lugar. Aquelas características indesejáveis ressurgem explicitamente quando o “caboclo indígena” é descrito, dando a entender que a herança indígena neste “tipo” seria mais presente. Esse “tipo” que parece estar sendo descartado – assimilá-lo talvez seja perda de tempo já que em épocas críticas o melhor é cortar o mal pela raiz – precisa ser excluído terminantemente da condição de civilidade ou cidadania para que, se necessário for, ações mais enérgicas possam ser tomadas sem levantar ondas de indignação, auxiliando a legitimá-las. A partir destas considerações é possível entender o porquê de o “caboclo” ser descrito, em contrapartida ao tal “sertanejo de cor clara”, por seus caracteres físicos e morais: a cor de sua pele, seus cabelos e barba, “*olhos vivos, sempre baixos, sem se fixarem no interlocutor, são atirados de soslaio e nelles se estereotypam a desconfiança nata e o seu instinto geralmente perverso*”.⁶³ Ou seja, como filhos e netos de indígenas não fogem à regra, herdaram sua natureza desconfiada e dissimulada, sua habitual perversidade. Em nenhum momento ele afirma com palavras que este “caboclo indígena” é o “fanático” e o “bandido” que adere ao movimento, mas a imagem que ele constrói e reafirma a todo instante da narrativa sobre os integrantes dos redutos confere com esta produzida sobre os descendentes de indígenas. E, como a não deixar alternativas para outras possíveis constatações, é taxativo:

É assim no sertão. Os seus homens mais rudes, dominados pela ignorância que gera superstições que muito concorrem para os seus continuados desvarios, esses homens são como os boidios: nem sempre provocam a luta, mas quando uma

⁶² BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1998, p. 130.

⁶³ D’ASSUMPÇÃO, Herculano Teixeira. *Op. cit.*, p.199

*força superior sacode os seus instintos perversos, despertando-os com vigor, então elles evidenciam toda a sua maldade inconcebível, tornando-se inimigos terríveis, sanguinarios, atilados e traiçoeiros.*⁶⁴[grifo meu]

É assim no sertão, a mais pura expressão da verdade. A palavra da História fundando uma memória verdadeira e incontestável.

1.1.3. As representações do Sertão e de seus habitantes.

O imaginário⁶⁵ criado sobre o “sertão catarinense” e seus habitantes pelos contemporâneos da Guerra Sertaneja do Contestado está eivado de idéias-imagens que definem o “sertanejo” com estereótipos depreciativos, mas portadores de uma imensa bravura em combate. “Coragem” e “força” são expressões que vem acompanhadas de “bandidos” e “sanguinários”. De acordo com Rogério Rosa Rodrigues⁶⁶ que se propôs a analisar o discurso destes memorialistas focalizando a mobilização de símbolos na demarcação da arena e do papel de civilizados e bárbaros, isso pode parecer paradoxal a princípio, mas provavelmente quanto maior a resistência e valentia do adversário, maior o prêmio e a glória por vencê-los e também justificar as perdas sofridas pelo exército em combate. Enquanto que a campanha de desmoralização moral do “outro” serve não só para justificar as ações violentas exercidas no seu combate como para imortalizar uma visão autorizada sobre o acontecimento. Segundo Baczko, as ações são efetivamente guiadas pelas representações: “*não modelam elas os comportamentos; não mobilizam elas as energias; não legalizam elas as violências?*”⁶⁷

⁶⁴ D’ASSUMPÇÃO, Herculano Teixeira. *Op. cit.*, p.201

⁶⁵ O imaginário pode ser entendido em nossa discussão como um sistema de idéias-imagens de representações coletivas que são ao mesmo tempo matriz e efeito das práticas construtoras do mundo social. O imaginário é visto aqui como um elemento de transformação do real e de atribuição de sentido ao mundo. Este tema, de acordo com Sandra Jatahy Pesavento, “*Apresenta-se no bojo de uma série de constatações relativamente consensuais que caracterizam a nossa contemporaneidade no apagar das luzes do século XX: a crise dos paradigmas de análise da realidade, o fim da crença nas verdades absolutas legitimadoras da ordem social e a interdisciplinaridade.*” PESAVENTO, Sandra Jatahy. “Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.15, n°29, 1995, p. 09. Ver também BACZKO, Bronislaw. “Imaginário Social”. In: *Enciclopédia 5 – Anthropos-Homem*. Einaudi – Lisboa: Impr. Nac. – Casa da Moeda, 1985. p 298

⁶⁶ RODRIGUES, Rogério Rosa. *Op. cit.*, p. 33

⁶⁷ BACZKO, Bronislaw. “Imaginário Social”. In: *op. cit.*, p 298

Estes olhares foram compartilhados pelos diversos representantes das forças legais: os que detinham o poder de imortalizar pela palavra. Seus discursos não figuraram como palavras ao vento, serviram como mais uma dentre as diversas armas utilizadas para combater os sertanejos. Suas narrativas não aparecem como um mero repositório de informações, mas como um trabalho intelectual lapidado com o objetivo de justificar perdas, glorificar o exército e imortalizar feitos.⁶⁸

Por outro lado, a ambigüidade que caracteriza estes discursos, é fruto também, como já abordado no tópico anterior, das tensões produzidas pela visão de quem se acredita um observador imparcial, objetivo, e acima de tudo, imbuído de um ideal civilizador. D'Assumpção constrói sua narrativa a partir da viagem de sua guarnição do Rio de Janeiro por mar até Itajaí em Santa Catarina, seguida da navegação pelo Rio Itajai-açu até a cidade de Blumenau, lugar em que tomam o trem até o planalto. E a medida que as forças recém chegadas seguem pelos caminhos que penetram nos “*distantes e isolados sertões do sul do país*”, as palavras vão preenchendo as páginas formando uma imagem pintada com cores fortes como que para calar na mente dos leitores, não deixando possibilidade de imaginar nada menos que bandos de “semibárbaros” em choupanas imundas, que parecem mais “furjas para feras” do que habitações para “entes humanos”. E se põe a descrever essas habitações e seus habitantes iniciando a frase com “*imaginae leitor...*”. E não faltam palavras para ajudar o leitor a construir um imaginário sobre esta região e seus habitantes:

Depois de Pouso Redondo, só se encontra, por aquele sertão, a mais desoladora prova do atrazo indígena. Choupanas de miserável aspecto, cujos moradores eram mulheres desengonçadas, andrajosas, de cabellos arrepiados, hirsutos, em completo desalinho, e de rostos macilentos, nos quaes se estereotypam os vestígios inilludíveis da desventura; as crianças, nuas, sujas, muito magras, amedrontadas, olhavam-nos por entre as grandes frestas das tristes choças... os homens, madraços habituaes, indolentemente recostados nas pedras ou nos barrancos próximos, indifferentes ao

⁶⁸ RODRIGUES, Rogério Rosa. *Op. cit.*, p. 34-35

*aspecto desolador de seu lar, observavam-nos com curiosidade, espreguiçavam-se ao sol e não pensavam no trabalho...(sic)*⁶⁹

Aqui fica claro sob uma leitura mais atenta que o autor, se não foi em busca, encontrou a prova que confirmou suas idéias já formadas sobre os indígenas brasileiros. Muito significativo para quem era membro da Comissão de arqueologia, etnografia e língua indígenas do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, denotando que seu trabalho é reproduzir os discursos em voga sobre serem os indígenas e seus descendentes os responsáveis pela barbárie e miséria do interior do país.

Ao determinismo biológico embutido nesta depreciação da população através do elemento indígena junta-se o determinismo geográfico. Para D'Assumpção a vastidão do território brasileiro e a disseminação dos seus habitantes é que geraram as “condições de incultura da população sertaneja, mergulhada como está, nas trevas da ignorância”.⁷⁰ Estão segregados das benesses da civilização e do progresso pela falta de vias de comunicação, é esse isolamento que justifica sua rudeza de costumes e de hábitos.

Urgia, então, para aqueles que tinham essa percepção do interior brasileiro, que as atenções do poder público se voltassem para estes “bárbaros” no intuito de trazê-los à civilização, para a ordem e o progresso da nação. Enquanto isso não ocorresse, aqueles habitantes do longínquo sertão, distância geográfica aumentada pela ignorância, barbárie e miséria, estariam conseqüentemente excluídos da nação.

Essa imagem de “sertão” também era fruto, em parte, de ideais inspirados nas correntes racionalistas do pensamento europeu, sobretudo francesas, que impregnavam o cenário de uma ética bem definida em que conceitos universais com os de humanidade, nação, verdade, justiça operavam como padrões de referência básicos.⁷¹ Além do racionalismo, o romantismo alemão também exercia uma não desprezível influência em boa parte da intelectualidade da época. A qual se perdia em

⁶⁹ D'ASSUMPÇÃO, Herculano Teixeira. *Op. cit.*, p. 231

⁷⁰ D'ASSUMPÇÃO, Herculano Teixeira. *Op. cit.*, p. 175

⁷¹ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. 2ed. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 22

meio ao espírito do racionalismo que defendia a cientificidade e o desejo pelo progresso e civilização e em meio a sentimentos de desencanto da realidade, um desejo pelo bucólico, a exaltação da natureza. Essa contradição pode ser percebida concretamente nessa visão ambígua de “sertão” produzida por esses intelectuais.⁷² A imagem mítica do “sertão”, enquanto elemento fundador de nacionalidade, autenticidade, e até como uma espécie de paraíso na terra, era a construção discursiva da literatura romântica que se confrontava com o credo cientificista do qual derivava o fato de o conceito de “sertão” ser compreendido da forma mais pejorativa possível, desqualificando a terra e seus habitantes, reconhecendo neles a impossibilidade de qualquer desenvolvimento rumo à civilização. Essas imagens produzidas sobre o “sertão” distante como a antítese do litoral, o lugar do vazio, do desconhecido, da desordem, da barbárie e do diabo, vem desde os séculos XVI e XVII e deriva muito mais do contraste com a idéia de “região colonial” como o mundo da ordem, da Igreja e do Estado, do que simplesmente uma oposição com o litoral.⁷³ Toda esta tensão entre elementos conflitantes esteve presente na construção imagética que Euclides da Cunha fez dos sertões baianos e seus habitantes ao narrar os acontecimentos de Canudos em sua obra *Os Sertões*.⁷⁴ E não há como esquecer a forte influência da narrativa de Euclides da Cunha sobre a visão de mundo dos militares.

Euclides da Cunha foi um dos intelectuais deste período que se perderam entre a euforia de ver na república, para ele tão promissora, o modelo ideal para abrir os caminhos ao país do progresso e da civilização e a desilusão com a realidade do novo governo. A realidade observada por Euclides da Cunha no interior da Bahia por exemplo, em nada correspondia com suas expectativas formadas pelas doutrinas e teorias que abraçou com todo entusiasmo.

⁷² Um trabalho singular sobre a questão das visões sobre o *Sertão* é desenvolvido por Nísia Trindade Lima em *Um Sertão Chamado Brasil: Intelectuais, Sertanejos e Imaginação Social*. Tese de Doutorado em Sociologia. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1997.

⁷³ Além desta visão sobre o interior brasileiro, outras foram sendo formadas durante os séculos XIX e XX, o que não significou o desaparecimento das anteriores. Todas essas visões continuam presentes no imaginário sobre os sertões do Brasil, fato que contribui para produção de noções ambíguas e contraditórias sobre o mesmo e seu papel nas interpretações da sociedade brasileira. Para aprofundar este assunto ver LIMA, Nísia Trindade. *Op. cit.*

⁷⁴ OLIVEIRA, Ricardo de. “Euclides da Cunha, Os Sertões e a invenção de um Brasil profundo”. In : *Revista brasileira de História*. São Paulo, V.22, n.44, pp. 511-537, 2002.

Essa visão de mundo permitiu a Euclides da Cunha assumir uma atitude combativa de inconformidade com o que presenciava na sociedade, nas decisões políticas, no interior do governo e dos altos escalões do exército. Embora fizesse isso dentro dos limites impostos pelas teorias européias que tentavam explicar e resolver os problemas apresentados pelas sociedades que conheciam e/ou pensavam conhecer durante o século XIX, este fato caracteriza sensivelmente sua obra não só pelas críticas mas também pelas propostas reformistas que apresenta para a sociedade brasileira nesta fase de transição entre Império e República.

A obra *Os Sertões* foi dividida por Euclides da Cunha em partes – *A terra, O homem, a luta* – e é marcada por fortes determinismos geográfico e racial. Os agentes da natureza também são personagens atuando e influenciando em toda trama. Os homens são os habitantes do “sertão” que durante três séculos de intensa miscigenação e reclusão, estariam maduros para absorver a civilização redentora. A Guerra Sertaneja do Contestado é considerada por muitos, apressadamente, como uma repetição de Canudos no interior de Santa Catarina. E mesmo guardadas as devidas proporções e especificidades, as possíveis ligações entre os dois eventos acabam levando bom número daqueles que se dedicam a estudar e escrever a História do Contestado a utilizar *Os Sertões* como fonte e até considerar esta obra o melhor e legítimo roteiro para a narrativa deste tipo de fato histórico.

Ao descrever o que seria este “*homem de Canudos*”, Euclides da Cunha envereda pela discussão da mestiçagem no Brasil, que para ele é um “*intrincado caldeamento*”, de onde estabelece a “*miragem fugitiva de uma sub-raça*”, o “*jagunço*”. Denominação que servirá para discriminar o homem dos “sertões”, deixando bem claro que esse tipo era inapto para representar as nossas raças nascentes, pois que essa “sub-raça” seria, talvez, efêmera, engolida pela civilização em curso.⁷⁵

No entanto, é preciso lembrar, de acordo com Zilly, que entre as visões inovadoras de Euclides da Cunha deve ser destacada a valorização da “mestiçagem”; embora essa valorização seja ambígua, afinal em alguns momentos eles são

⁷⁵ CUNHA, Euclides da. *Op. cit.*, p. 91

“degenerados”, noutros são apenas “retrógrados”⁷⁶ e é na morte que eles se transfiguram em agentes políticos. Mesmo sendo, portanto, uma valorização ao nível simbólico ainda mais porque o sertanejo é tragicamente sacrificado, Euclides da Cunha “*acaba reconhecendo a mestiçagem - considerada por muitos intelectuais da época, inclusive pelo próprio autor, um estorvo para o progresso civilizatório [quando extremada] - como processo fundamental e positivo para a formação da sociedade sertaneja e brasileira*”.⁷⁷

Apesar do esforço de Euclides da Cunha em tecer de certa forma uma valorização do sertão e dos sertanejos, esses aspectos do seu discurso não foram assimilados por alguns. No texto de D’Assumpção, por exemplo, os sertanejos que adentraram os redutos assumem uma essência homogeneizadora, eles nada mais são que “*desorientados por uma crença que ganha o record da imbecilidade e da mais crassa ignorância*”, são “monstros humanos”, malfeitores cujas ações são a prova de seu “idiotismo” e “incontestável estupidez”. E para ele seriam cômicos não fosse doloroso e confrangesse seu coração dizer estas verdades! São “bandoleiros”, “bandidos”, “sicários”.

Ao ler o texto de D’Assumpção sobre o Contestado fiquei com a mesma impressão de Marli Auras ao ler a bibliografia sobre o assunto, pareceu a ela que “*os milhares de caboclos que tinham se rebelado nos sertões contestados eram, nada mais nada menos, que um bando de fanáticos a perturbar, criminosamente, a serenidade da ordem pública*”,⁷⁸ pois são geralmente assim caracterizados. Fica-se com a impressão de ser esse ‘bando’ composto por vários indivíduos semelhantes no seu “fanatismo”, suas diferenças quase que não aparecem e destes textos parece surgir um sujeito único, cuja essência era sua ignorância e fanatismo: o “fanático do Contestado”, o qual, para Herculano D’Assumpção, não possui nenhum sentimento humano. No entanto é difícil acreditar que tantas famílias, homens, mulheres e crianças envolvidas no conflito fossem todas compostas por jagunços e marginais

⁷⁶ ZILLY, Berthold. “Uma crítica precoce à “globalização” e uma epopéia da literatura universal: *Os Sertões*, cem anos depois”. In: <http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv246.htm>

⁷⁷ ZILLY, Berthold. *Op. cit.*, [s/p]

⁷⁸ AURAS, Marli. *Guerra do Contestado: A organização da irmandade cabocla*. 2.ed. Florianópolis: ed. da UFSC, 1995, p. 15

fanatizados, cujos espectros povoam as páginas desta e de outras obras que narram ou analisam a Guerra Sertaneja do Contestado.

Se é fácil para D'Assumpção generalizar essas nomeações para todos os que integravam as “cidades-santas”, o mesmo não acontece com Demerval Peixoto. As contradições no pensamento de Peixoto acabam fornecendo uma visão interessante tanto do movimento quanto de seus integrantes. Por um lado, para definir uma origem o “fanatismo” assume um papel fundamentalmente causal que encerra a discussão e coloca toda a complexidade das relações econômicas, políticas e sociais no momento em segundo plano; por outro, para analisar o desenvolver do movimento o “fanatismo” aparece principalmente como um disfarce habilmente utilizado por espertalhões. Peixoto dificilmente confunde os que ele denomina “jagunços”, “salteadores” e “bandoleiros” com os “fanáticos” que considera “ingênuos” e “matutos”: “*As cidadelas (...) só não foram inteiramente destruídas pelos salteadores que à sombra dos fanáticos praticavam façanhas no território contestado...*”⁷⁹. [grifo meu]. Ele via o “fanatismo” como um móvel para o desenvolvimento do banditismo habilidoso:

*A politicagem, o banditismo, a rapinagem costumeira, um falado regionalismo, a questão de limites e uma desequilibrada aspiração restauradora das antigas instituições embutida na cabeça de alguns matutos, ao final, surgiram quase que a um só tempo, abruptamente, e, **ocultos nas avançadas do fanatismo** que infelizmente ainda lá existe, avassalaram a imensidade do campo.*⁸⁰ [grifo meu]

É uma brecha que se abre na visão estanque e definidora fomentada por muitos adeptos e defensores do racionalismo positivista com seus determinismos. Pelo menos daqueles que assumem posições extremistas e não admitem visões mais abrangentes e relativizadas, pois que elas podem vir a dificultar seu entendimento da realidade, sua visão de mundo baseada na verdade e nas certezas científicas.

⁷⁹ PEIXOTO, Demerval. *Op. cit.*, p. 38

⁸⁰ PEIXOTO, Demerval. *Op. cit.*, p. 58

Além disso, Demerval Peixoto distingue, explicitamente, os sertanejos que eram adeptos do movimento daqueles que formaram ajuntamentos e foram contratados e armados pelas expedições militares para reforçar os efetivos, fazer as avançadas e explorar os terrenos, sustentar fogo e praticar escaramuças. Esses eram genericamente identificados como “vaqueanos”, ironicamente denominados por Demerval de “jagunços mansos”: “*Era o jagunço manso atirando, habilidosamente, contra o jagunço transviado*”.⁸¹ Nesta sua frase é possível perceber que para ele os dois não deixavam de ser “jagunço”, os “vaqueanos” eram “mansos” pois que estavam do lado do poder instituído e os demais eram os que se desviaram e se rebelaram contra a ordem instituída. Demerval também deixava claro que as ações dos “jagunços mansos”, todavia, não lhe agradavam e tecia comentários ácidos contra eles:

... nunca passaram, em regra, de piquetes de civis armados e municidados, compondo mesnadas que agiam nas vanguardas como elementos de combates e a título de esclarecedores, sustentando tiroteios renhidos, sem ordem, sem disciplina de fogo, sem regras e às vezes transmitindo desânimo aos soldados, quando não lhes debicavam, e outras vezes, operando isoladamente, promovendo os saques e as pilhagens pelos campos e nas vivendas em abandono.*⁸²

No entanto, o que se pode perceber na leitura do texto de Demerval Peixoto é que os brasileiros envolvidos na contenda, apesar de não serem todos bandoleiros, eram “matutos fanatizados”, “matutos” porque facilmente ludibriados, por quem quer que seja, e “fanatizados”, afinal como explicar que pessoas em sã consciência pudessem aderir a tais movimentos. Além disso, é preciso ressaltar que quando os denomina de “fanáticos” utiliza esta expressão sempre entre aspas, um indício talvez do fato de considerar a expressão muito carregada de sentido negativo, não sendo muito apropriada para nomeá-los devidamente. Talvez para lembrar que existiam muitos espertalhões nada religiosos se aproveitando do movimento para praticar seus

⁸¹ PEIXOTO, Demerval. *Op. cit.*, p. 30

* “Mesnada” significa porção de soldados assalariados, tropa mercenária

⁸² PEIXOTO, Demerval, *Op. cit.*, p. 148

crimes. O uso da expressão, mesmo entre aspas, também é um indício de que o autor, apesar de talvez não concordar muito com ela, estava como que preso a um discurso vigente sobre os habitantes do interior do país e nele não encontrava outra denominação que pudesse utilizar.

Além disso, apesar de, em momentos específicos, fazer uma distinção clara entre “mansos” e “transviados”, em outros, distinguir as inúmeras famílias sertanejas de certos elementos perigosos, nos momentos em que ele conclui sua argumentação acabava utilizando o genérico e atribuindo a todos a mesma origem e o mesmo destino:

*... porque o fanatismo era, finalmente, uma arregimentação armada, forte e sanguinária, capaz das mais arrojadas empresas, uma vez que seus elementos eram originários do crime e da desgraça: era, incontestavelmente, uma gente que havia descoberto no bandoleirismo um dos processos de viver livre do trabalho e da ordem.*⁸³

Essa produção de sujeitos abjetos parece servir aos propósitos dos mecanismos coercitivos de individualização, de isolamento mesmo, impostos pelo Estado ao indivíduo para fins de poder. E de acordo com Claudine Haroche⁸⁴ a língua e a psicologia são o lugar desses mecanismos individualizantes. O poder torna visível o sujeito, atribui a ele características para melhor controlá-lo e manipulá-lo. A individualização cumpre assim seu papel de auxiliar na instituição de identidades, pois segundo Pierre Bourdieu, “(...) a instituição de uma identidade, que tanto pode ser um título de nobreza ou um estigma (“você não passa de um...”), é a imposição de um nome, isto é, de uma essência social. Instituir, atribuir uma essência, uma competência, é o mesmo que impor um direito de ser que é também um dever ser (ou um dever de ser)”.⁸⁵

É nesse sentido que podemos também afirmar que “todas as identidades funcionam por meio da exclusão, por meio da construção discursiva de um exterior

⁸³ PEIXOTO, Demerval, *Op. cit.*, p. 38

⁸⁴ HAROCHE, Claudine. *Op. cit.*, p. 21

⁸⁵ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: EDUSP, 1996, p. 100

constitutivo e da produção de sujeitos abjetos e marginais”.⁸⁶ Sujeitos que serviam como modelo daquilo que nenhum indivíduo civilizado poderia pensar em ser, seus atos não deviam ser repetidos. Foi através da exclusão destes sujeitos que estes discursos acabaram construindo ao longo do século identidades catarinenses baseadas em ideais civilizadores e principalmente europeus, pois que estes homens e mulheres foram antes de tudo denominados primitivos, ignorantes e desumanos. A medida da incompreensão e do menosprezo das elites com relação aos pobres, que já existia antes da implantação do regime republicano é o conflito entre a racionalidade e o modo de vida do caboclo, o qual ultrapassa, para Ivonne Gallo⁸⁷ a importância da súbita penetração do capitalismo no sertão.

Esse conflito está expresso nas maneiras como os sertanejos e seu modo de viver são comparados, por D’Assumpção, com os colonos imigrantes europeus e o modo de vida destes. “*O colono alemão e seus descendentes, população ordeira, disciplinada, inteligente e sumamente prestativa*”,⁸⁸ em suas casinhas com jardins bem cuidados e suas plantações, parecia estar mais distante que os poucos quilômetros que os separavam da região serrana onde “*só reinava a anarquia, a miséria, a completa desorganização na vida privada e pública de seus habitantes*”.⁸⁹ O atraso dos sertões chega a causar em D’Assumpção dor moral.

Um indício de que nem todos os sertanejos se encaixavam naquela essência podemos encontrar mesmo no texto de D’Assumpção, ele apresenta “a título de curiosidade”, uma carta encontrada no bolso do cadáver de um chefe de piquete dos “pelados” como eles próprios se denominavam, contendo instruções para realizar um ataque a uma vila. Entre as instruções uma recomendação para respeitar muito as famílias, destruir as casas, mas deixar em pé algumas para acomodar as famílias, ou seja uma preocupação em poupar do ataque mulheres e crianças. Um indício de humanidade? Mas isso não é relevante para o militar, não é considerado, passa despercebido entre a infinidade de características negativas jogadas sobre os ombros

⁸⁶ HALL, Stuart. “Quem precisa de identidade?”. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 129.

⁸⁷ GALLO, Ivone. *Op.cit.*, p.22

⁸⁸ D’ASSUMPÇÃO, Herculano Teixeira. *Op. cit.*, p.198

⁸⁹ D’ASSUMPÇÃO, Herculano Teixeira. *Op. cit.*, p.198

daquelas pessoas. A essência ficaria assim ameaçada, e, além disso, D'Assumpção ressalta que nesses assuntos seu escrúpulo não tem limites, “*a minha preocupação é a do historiador: a verdade deve culminar em tudo*”.⁹⁰ Ou seja, não é sua intenção amenizar a realidade que presenciou, portanto não levaria em consideração fatos que porventura servissem para refutar ou ao menos relativizar a sua verdade sobre a região e sua população.

E assim executa seu objetivo que é tratar “*dos costumes e hábitos do sertão e do banditismo que, colhendo nas suas malhas os ingênuos fanáticos, transformou-os nos mais acabados bandoleiros*”.⁹¹ Na visão de D'Assumpção os “ingênuos fanáticos” se metamorfoseiam radicalmente em bandidos, sua concepção radical e crença na verdade universal e acabada não permite que ele diferencie uns de outros. É muito mais fácil explicar um acontecimento quando ele se desenvolve linearmente, é homogêneo e obedece às leis que regem a sociedade.

E, no fim, condenação e misericórdia se confundem, agora em homenagem:

*No sertanejo do Contestado tinha-se assistido a reprodução da brutalidade da coragem dos caipiras das sertões nortistas. Ante as vidas preciosas de oficiais e de soldados do Exército, ceifadas na guerrilha cruenta, depois da vitória é justo render-se a homenagem merecida: - cruéis na luta os infelizes irmãos das matas, eram dignos de admiração pela ousadia com que enfrentaram as tropas regulares e, ainda dignos de piedade pela loucura com que se defendiam, excedendo a fúria dos javalis, a agilidade dos tigres e a valentia estóica do rei das feras. Rendamos essa homenagem merecida aos nossos irmãos enlouquecidos das selvas.*⁹²

1.2. Os franciscanos

O regime republicano, que tinha na laicização do estado um dos fundamentos principais para o desenvolvimento da nação, advogava a separação entre Igreja e Estado.

⁹⁰ D'ASSUMPÇÃO, Herculano Teixeira. *Op. cit.*, p.175

⁹¹ D'ASSUMPÇÃO, Herculano Teixeira. *Op. cit.*, p.175

⁹² PEIXOTO, Demerval. *Op. cit.*, p. 155

Os conflitos entre a Igreja e o Estado no Brasil do final do século XIX tinham íntima relação com as alterações surgidas no interior da própria Igreja. A posição ultramontana⁹³ se chocava com o liberalismo e o cientificismo, dominantes na elite brasileira nos últimos anos do Império. O compromisso entre a Igreja e o Estado, vigente no Brasil desde a Colônia, trazia problemas tanto para esta nova Igreja quanto para os ideais liberais de uma política laica.⁹⁴

Para os republicanos brasileiros a Igreja representava o reacionarismo, retrocesso, pior, era aliada da monarquia. Viam, assim, a necessidade de restringir o domínio da Igreja na esfera política. Através do pontificado de Leão XIII (1878-1903) a Igreja propôs uma reconciliação com o mundo moderno, embora mantivesse o liberalismo econômico nas relações de trabalho sob estigma condenatório através da encíclica *Rerum Novarum*. Segundo Júlio Maria, a Igreja poderia, livre do estado, realizar a grande e nobre cruzada contra seu maior inimigo, a ignorância religiosa, sua arma: a doutrinação⁹⁵. Isto trouxe para a Igreja a necessidade de criar condições organizacionais para se fazer presente em todas as unidades da federação e se articular junto ao poder constituído, no sentido de defender seu patrimônio e conquistar espaços junto ao novo regime.

A Igreja passa então a empreender a criação de novas paróquias e capelas, principalmente no interior do Brasil, juntamente com inúmeras associações religiosas para através delas se aproximar dos fiéis. A intenção seria de remodelar condutas e formar novas práticas devocionais, estas agora calcadas em princípios fundamentais defendidos pelas elites republicanas tais como: ordem, disciplina, respeito.⁹⁶ Desta forma a Igreja pretendia estabelecer alianças com os setores da sociedade que viam nos religiosos significados de estagnação e até mesmo retrocesso frente aos ideais modernistas de civilização, progresso e desenvolvimento científico. Nesse sentido, é preciso entender a vinda de ordens e congregações religiosas alemãs – as quais

⁹³ O catolicismo ultramontano é a doutrina que se apóia na Cúria Romana e defende a autoridade absoluta do Papa em matéria de fé e disciplina. Ver maiores detalhes em OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990

⁹⁴ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Op. cit.*, p. 160

⁹⁵ MARIA, Júlio. "A Igreja e a República". Brasília: UnB. 1981.(1ªed., 1900). Apud: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Op. cit.*, p. 164

⁹⁶ SERPA, Élio Cantalício. *Igreja e poder em Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1997, p. 21

tinham objetivos de dar atendimentos aos católicos teuto-brasileiros – como um fator de incentivo e fortalecimento da imigração, ou seja, auxiliar no processo de branqueamento da população, o qual era um dos alicerces do ideal de construção de uma “nação civilizada”. Outra atitude foi o combate às manifestações religiosas populares com intuito de reformular as crenças e práticas religiosas; procurando atingir “*o imaginário através de símbolos, alegorias, rituais e mitos, buscando afirmação institucional, junto ao conjunto da sociedade*”.⁹⁷

Os padres que estavam exercendo seu sacerdócio nas pequenas localidades da região contestada já se encontravam imbuídos dessa missão reformadora, dentre eles podemos destacar a figura de Frei Rogério Neuhaus, o qual atuou diretamente nos acontecimentos, entrando em conversações com os “monges” João Maria e José Maria. Posteriormente, tentou agir como intermediário nas negociações com líderes do movimento arriscando sua vida por diversas vezes. As principais fontes utilizadas neste trabalho, para esta questão, são alguns artigos, na íntegra, publicados na “Vozes de Petrópolis”, Revista da Ordem dos Franciscanos e o livro de Frei Aurélio Stulzer, que se trata, na verdade de uma compilação de documentos, alguns inéditos. Dentre eles, é possível citar excertos dos “Livros de Crônicas” dos conventos franciscanos da região, um ensaio inédito de Frei Menandro Kamps, as reminiscências de Frei Rogério Neuhaus retiradas do livro de Frei Pedro Sinzig e trechos dos artigos publicados na “Vozes de Petrópolis”, de Frei Cândido Spannagel e Frei Rogério Neuhaus. Este livro foi publicado com a intenção de dar ao público as fontes franciscanas da Guerra, é claro que são trechos selecionados e o que temos é a visão que Igreja julga ser a que pode vir a público.

As contradições que caracterizam o discurso dos militares também podem ser observadas na visão que os freis franciscanos nos apresentam do que foi, para eles, a gênese do movimento, embora, elas sejam motivadas por questões diversas. Para Frei Rogério Neuhaus, por exemplo, os sertanejos são as vítimas da fanatização produzida pelo engodo de um sujeito esperto, “*e aí começou uma peregrinação dos caboclos*

⁹⁷ SERPA, Élio Cantalício. (1997). *Op. cit.*, p.42

sem cabeça ao médico milagroso, libertador da humanidade".⁹⁸ São, também, vítimas das atitudes impensadas do Coronel Albuquerque, pois o Coronel passa a dar alarmas aos governos do Estado e do país em vez de prender o pequeno grupo inicial de uma só vez. Atitude que, na visão do Frei, teria cortado o mal pela raiz e impedido a insensatez dos trágicos acontecimentos nos campos de Irani.

Nessa crítica de Frei Rogério à insensatez do Superintendente de Curitiba não estão presentes questionamentos quanto às injustiças que afligiam parcela da população mais pobre da região, nem críticas às novas relações impostas pelo avanço do capitalismo como a ação implacável das empresas internacionais. Os motivos que levavam o Frei a se colocar abertamente contra o coronel eram religiosos. Sendo principais, primeiro, o fato de o Superintendente defender a legalidade e a decência do casamento civil, mesmo separado da Igreja, pois nem todos em Curitiba eram católicos romanos;⁹⁹ segundo, o fato de ser Albuquerque adepto da franco-maçonaria, o que era freqüente entre os políticos republicanos neste período.¹⁰⁰

No entanto, se, em alguns momentos e por determinados motivos, era impossível compactuar com as atitudes desastradas daqueles que se outorgavam o papel de defender a ordem e implantar o progresso, na maior parte do tempo a utilização das noções de "fanatismo" e "vitimização" deixava claro a percepção que os homens da Igreja tinham dos sertanejos e da movimentação em torno de José Maria. Como fiel servo de Deus e bom pastor de seu rebanho, para Frei Rogério "*a revolução dos fanáticos era um castigo de Deus e só Deus poderia acudir-los e salvá-los*".¹⁰¹ Pedia aos leitores da "Vozes de Petrópolis" que rezassem para que Deus tivesse piedade deles e salvasse seu povo e inspirasse os homens do governo, com sentimentos de justiça e caridade para castigar os verdadeiros culpados e se compadecer dos inocentes.

No discurso dos Franciscanos, os sertanejos são antes de tudo, ignorantes afastados da civilização e facilmente levados pelo fanatismo através das mãos de um

⁹⁸ NEUHAUS, Frei Rogério. "Os fanáticos". In: *Vozes de Petrópolis*, ano IX, vol. 1, jan./jun., 1915, pp. 88

⁹⁹ FELIPPE, Euclides. *Op. cit.*, p. 71

¹⁰⁰ MACHADO, Paulo Pinheiro. *Op. cit.*, p. 196

¹⁰¹ NEUHAUS, Frei Rogério. "Os fanáticos". In: *op. cit.*, (1915), pp. 88

ou outro espertalhão audacioso e exímio propagandista. Frei Rogério Neuhaus, em correspondência especial para “Vozes de Petrópolis”, ao contar do novo ajuntamento de famílias em Taquaruçu, agora sob o comando ou “exploração” de “um tal Eusébio Ferreira dos Santos”, considera os sertanejos uns ingênuos enganados pela falácia de um neto de Euzébio que se proclamava o “enviado por Deus”, a quem deveriam beijar os pés e as mãos e executar e cumprir exatamente todas as suas ordens. O Frei não poupa as palavras para descrever o “enviado por Deus” de nome Manoel, “o idiota”: *“Eu cá para mim creio esse rapaz um perfeito imbecil, de algum modo mentecapto ou possesso; (...)”*¹⁰²

Mas, se no início eles pregavam que se devia ter compaixão com os fanáticos, *“pois na sua ignorância podiam ser levados a engano e nem faziam mal a seus próximos, a não ser que fossem provocados”*,¹⁰³ com a progressiva entrada nos redutos de elementos que só cogitavam roubos e crimes, isso mudara, e as ações perpetradas contra eles pelas forças legais poderiam ser aceitas: *“Somente á espada e á bala pode ser suffocado o movimento, (...)”*¹⁰⁴ Os “caboclos” passam a portar armas e como “fanáticos” “continuavam sua horrível tarefa de praticar crueldades”.

Não pretendo, de modo algum, negar que muitos dos que adentraram nos redutos, passaram a cometer atos ilícitos ou cruéis, invadindo as vilas, ateando fogo nas casas e fazendas, matando quem se recusava a acompanhá-los. É preciso, no entanto, chamar a atenção para o fato de que os Franciscanos eram extremamente parciais quando descreviam, em pormenores, as ações dos que eles denominavam “fanáticos” e “jagunços”. As palavras e expressões utilizadas pelos freis denotavam todo o julgamento negativo e depreciativo frente aos sertanejos, estes cometiam “atrocidades”, “crimes desumanos”. Isso não acontecia, porém, quando os freis descreviam as ações cometidas pelas forças legais durante os ataques aos redutos e depois no final da Guerra, como por exemplo, as degolas e fuzilamentos seletivos de

¹⁰² NEUHAUS, Frei Rogério. “Os fanáticos do sertão. Deploráveis fructos da educação areligiosa”. In: *Vozes de Petrópolis*. Ano IX, vol.1, jan./jun., 1915, p.72.

¹⁰³ STULZER, Frei Aurélio. *A guerra dos fanáticos (1912-1916): A contribuição dos Franciscanos*. Petrópolis : Vozes. 1982, p. 55

¹⁰⁴ SPANNAGEL, Frei Candido. “Os jagunços do Sul”. In: *Vozes de Petrópolis*. Ano IX, vol.1, jan./jun., 1915, p.47.

sertanejos que se escondiam pelos matos e mesmo de alguns grupos que se apresentavam nas cidades ao Exército. Ações praticadas pelos “vaqueanos”,¹⁰⁵ principalmente os grupos liderados por Pedro Ruivo e Colleti, não foram submetidas a julgamento pelos freis, nem seus praticantes foram denominados por nomes depreciativos. Esses crimes cometidos, apesar de recriminados e vistos como ações desnecessárias e infelizes, não eram denominados de “atrocidades” ou “atos desumanos”. A narrativa de Frei Menandro Kamps, transcrita por Frei Stulzer da Crônica do Convento de Canoinhas, deixa transparecer o modo como os Freis viam as ações praticadas pelo Exército: quando os soldados atearam fogo na capela de São Sebastião do Timbozinho onde se refugiaram mulheres e crianças – morrendo todos queimados –, embora tenham cometido esta “**cruel** façanha”, fizeram isso “no ódio da luta”.¹⁰⁶ Os soldados cumpriam seu dever cívico de defender a República e a nação e, portanto, suas ações podem ser justificadas e amenizadas. Isso não quer dizer que os freis não tentaram interceder por estas pessoas vítimas dos ataques e degolas, as tentativas de Frei Rogério em salvar vidas eram impedidas pelas “*maquinações do médico militar Rabello Pinto, que cheio de ódio à religião lhe tolhia os passos*”.¹⁰⁷ No entanto, mesmo ao fazer essa denúncia, ao meu ver muito grave, contra um membro do corpo de Oficiais do Exército, Frei Rogério não se compromete a ponto de julgar com rigor a posição do médico, nem de descrevê-lo com nomes fortes. Rabello Pinto é apenas um médico fazendo maquinações contra os homens de fé, atrapalhando seu trabalho religioso de socorro às “pobres almas iludidas”. Assim, as ações do médico passam quase despercebidas em meio a tantos “fanáticos” e “jagunços” cometendo “atrocidades” mil.

O que dizer então da discrepância entre as caracterizações feitas de alguns indivíduos como Augusto Saraiva – o Castelhana – e Adeodato, este o último líder do movimento, em contraposição aos “vaqueanos” Colleti e Pedro Ruivo, só para citar exemplos. Os primeiros são denominados “facínoras”, “bandidos sem piedade”, “animais” para quem não tardava a hora do castigo, os segundos são apenas os

¹⁰⁵ Vaqueanos, assim eram chamados os moradores da região que formaram os piquetes civis e lutaram ao lado das forças legais contra os que eles julgavam serem “fanáticos”.

¹⁰⁶ KAMPS, Menandro. In: STULZER, Frei Aurélio. *Op. cit.*, p. 127.[grifo meu]

¹⁰⁷ STULZER, Frei Aurélio. *Op. cit.*, p. 128

“vaqueanos” ou integrantes dos piquetes civis que fizeram isso ou aquilo. Suas ações são descritas sem palavras fortes e apelativas, sendo apenas lamentadas. Isso acaba fazendo com que pareçam mais brandas que as “atrocidades” cometidas pelos “jagunços” acometidos de “loucura supersticiosa”, ou então pior, “sem alma”. O caso de Pedro Ruivo é emblemático, ele foi acusado de ter perseguido aqueles que se renderam às forças legais e se apresentaram nas cidades, na maioria grupos de mulheres, crianças e velhos, todos maltrapilhos, famélicos e doentes. Conta-se que seu bando estuprava as mulheres, matava seus maridos e degolava quem encontrava pelo caminho, ou quem tinha a má sorte de ficar sob sua guarda. Tempos mais tarde, em Canoinhas, foi aberto processo para apurar os crimes cometidos contra a população civil. Pedro Ruivo e alguns de seus companheiros foram acusados de roubo de gado, além das denúncias de alguns depoentes que sobreviveram aos ataques do grupo. Apesar de todas as acusações eles foram absolvidos e Pedro Ruivo acabou indo se estabelecer no município de Lapa no Paraná, onde iria fazer a vida de homem rico.¹⁰⁸

No entanto, os “jagunços fanatizados” não deixam de ser para os freis todos “irmãos em Cristo”, filhos de Deus. Assim foram descritos, numa narrativa de Frei Cândido Spannagel,¹⁰⁹ contando este que, ao rezar uma missa em uma pequena comunidade de nome Campo Belo próxima a Lages, a capela foi invadida por uma turma de “jagunços fanáticos” que o atrapalham e depois levam seus dois cavalos. Durante a narrativa, apesar da impaciência e rispidez com que trata o grupo de “jagunços fanáticos”, sempre que descrevia os seus atos colocava entre parênteses: “os jagunços meus queridos irmãos”, como que a dizer não os estou julgando pois eles não sabem o que fazem. O que mostra claramente que para os freis, no interior de sua doutrina, os sertanejos, fazendo o que façam, gostando ou não os freis, são no fim das contas pobres almas perdidas que precisam ser mais bem orientadas para que voltem para o caminho que leva a Deus Todo Poderoso.

¹⁰⁸ QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Op. cit.*, p. 220

¹⁰⁹ SPANNAGEL, Frei Cândido. “Os jagunços do Sul”. In: *Op. cit.* (1915), pp. 42-47

2. A “Redescoberta” da Guerra Sertaneja do Contestado entre histórias e relações sociais.

2.1. O silêncio e o retorno do “recalcado” histórico.

Em seu livro sobre a terra catarinense, publicado em 1920, Crispim Mira ao falar brevemente sobre o que chama a “Rebelião Sertaneja”, se refere a ela como “espetáculo de obscurantismo”.¹¹⁰ A explicação para o acontecido, segundo ele, estava no difícil acesso aos “sertões” brasileiros, deixando claro a oposição e o distanciamento deste fato em relação à sociedade civilizada e culta do litoral da qual ele fazia parte.

Depois dos textos escritos pelos militares e padres franciscanos que testemunharam os acontecimentos daqueles anos no Planalto Catarinense, ainda no final da década de 1910, é assim, apenas como um breve tópico no interior de alguns poucos livros sobre a terra e a gente catarinense que o conflito aparece durante as três décadas que se seguiram. Com poucas exceções, como uma publicação de J. Pinto Soares¹¹¹ no Rio de Janeiro e artigos esparsos em jornais, esse assunto em Santa Catarina é praticamente esquecido pelo mundo letrado. Não há interesse pelo tema, na política, na academia, na literatura... silêncio. Desconsiderar, esquecer e mesmo apagar da história catarinense esta “mancha”, este “espetáculo de obscurantismo” parece ser a regra seguida, o acordo tácito.

Este silêncio também pode representar o esquecimento deliberado, ou mesmo o desejo de desconhecer que lá nos “longínquos sertões” catarinenses vive um certo sujeito que foi personificado nacionalmente na figura clássica do Jeca Tatu. A famosa personagem criada por Monteiro Lobato para sintetizar, juntando e materializando, idéias que antes se encontravam dispersas, permitiu a elaboração e visualização de uma imagem estereotipada. Foi esta imagem que catalisou, nas primeiras décadas da

¹¹⁰ MIRA, Crispim. *Terra Catharinense*. Florianópolis: Typ. da Livraria Moderna, 1920, p. 52

¹¹¹ SOARES, José Octaviano Pinto. *Guerra em sertões brasileiros*. Rio de Janeiro: Papelaria Velho, 1931.

República, opiniões que antes não encontravam endereço certo?¹¹² É esta imagem que, de acordo com o estudo de Márcia Naxara, forte e cristalizada do brasileiro enquanto, desqualificado, indolente, vadio, permaneceu como uma marca, um mito, se generalizando e abrangendo, de certa forma, o povo brasileiro atribuindo-lhe características básicas como a preguiça, o conformismo e a idéia de inadequação à civilização em marcha.

Concomitantemente, os “sertões” do país se tornavam cada vez mais uma preocupação para as classes dirigentes do país. Durante a década de 1920 cresce o interesse em conhecer as regiões interioranas, principalmente as mais distantes, de acesso precário e que constituíam as fronteiras internacionais do Brasil. Havia uma urgência em integrar essas regiões e suas populações aos ideais de progresso do país, nacionalizando e criando sentimentos de pertencimento. Em Santa Catarina essa preocupação pode ser exemplificada pela viagem do Governador do Estado, Adolfo Konder, e sua comitiva à região Oeste do Estado no ano de 1929. O objetivo oficial era conhecer as necessidades da região para integrá-la definitivamente à comunidade catarinense, abrindo caminhos para o exercício governo estadual sobre as terras do Oeste. A viagem constituiria, assim, um passo importante em direção ao projeto nacional mais amplo de *interiorização da brasilidade* através da eliminação dos *vazios demográficos* e da coincidência das fronteiras econômicas, geográficas e culturais com as fronteiras políticas. No entanto, para garantir a posse e a integração definitiva da região o governo implementava, desde fins do século XIX, uma política de povoamento com imigrantes de origem italiana e alemã procedentes do Rio Grande do Sul. Maria Bernadete Ramos Flores e Élio Cantalício Serpa¹¹³ apontam o paradoxo que existe no conjunto final dessas ações: como construir uma identidade brasileira excluindo parcela da população *nativa* – descendentes de índios, africanos e portugueses – a qual não correspondia ao ideal de vocação agrícola e de civilização, ao mesmo tempo em que se povoava a região com habitantes de origem européia? De

¹¹² NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Estrangeiro em sua própria terra. Representações do brasileiro 1870/1920*. São Paulo: Annablume, 1998, p. 24

¹¹³ FLORES, Maria Bernadete Ramos e SERPA, Élio Cantalício. “A hermenêutica do vazio: fronteira, região e brasilidade na viagem do Governador ao Oeste de Santa Catarina”. In: *Projeto História*, São Paulo, (18), mai / 1999

acordo com esses autores, “*esse paradoxo não resolvido pelo gesto do Governador, passou para a historiografia, na procura de uma identidade catarinense, para dar aos brasileiros a sua parcela de brasilidade*”.¹¹⁴ A procura de uma identidade catarinense será um dos projetos políticos de Esperidião Amim em seu governo do Estado nos anos 1980 e, como será visto no terceiro capítulo deste trabalho, Amim tentará construir essa identidade justamente com o que outrora deveria ser excluído, física e culturalmente, ou seja, o “fanático” do Contestado, representante dos “mestiços” que constituíram a maior parte dos “pelados” do movimento do Contestado.

Sob os auspícios de uma História positivista que pregava o distanciamento no tempo entre o sujeito que escreve e seu objeto para a tão sonhada neutralidade e objetividade, condições pensadas como necessárias para dar à disciplina o estatuto de ciência, é possível entender, em parte, o “esquecimento” da “Questão do Contestado”. O pouco interesse sobre uma questão de tamanha importância para a História do Estado e do Brasil justamente numa época de intensa campanha de integração do interior do país à “Nação Brasileira”, leva a considerar o fato de que as tentativas em criar unidades nacionais e identidades, em seu significado tradicional, acabam desconsiderando as especificidades e as diferenças internas ao grupo. Ação que acaba homogeneizando e unindo todos sob um mesmo signo que de modo algum é natural e sim construído. Um claro ato de poder que exclui, empurra o “excesso” para as “margens” e estabelece uma violenta hierarquia entre os dois pólos resultantes – homem e mulher, passado e presente.¹¹⁵

Para Michel de Certeau a própria historiografia ocidental tem por um de seus postulados a separação entre presente e passado. E cada tempo “novo” dá lugar a um discurso que considera “morto” aquilo que o precedeu sendo esse corte sempre voluntário:

No passado, do qual se distingue, ele faz uma triagem entre o que pode ser “compreendido” e o que deve ser esquecido

¹¹⁴ FLORES, Maria Bernardete Ramos e SERPA, Élio Cantalício. *Op. cit.*, p. 231

¹¹⁵ HALL, Stuart. “Quem precisa de identidade?”. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 108

para obter a representação de uma inteligibilidade presente. Porém, aquilo que esta nova compreensão do passado considera como não pertinente – dejetos criados pela seleção dos materiais, permanece negligenciado por uma explicação – apesar de tudo retorna nas franjas do discurso ou nas suas falhas: “resistências”, “sobrevivências” ou atrasos perturbam, discretamente, a perfeita ordenação de um “progresso” ou de um sistema de interpretação.¹¹⁶

Durante a década de 1920 e depois por todo o período do Estado Novo, os “distúrbios” do imenso e desconhecido interior brasileiro precisam se tornar impensáveis para que uma identidade nova de Brasil pudesse ser pensada, eles foram recalçados, mas como acredita de Certeau, sempre retornam como fantasmas para perturbar a pretensa ordem forjada pelos discursos presentes. Não é de admirar, pois, que o primeiro estudo abordando o Contestado já na década de 1950, do então médico Aujor Ávila da Luz,¹¹⁷ tenha sido feito com o intuito de abrir um caminho para a compreensão de “atrasos” sociais representados por atitudes de criminosos na sua época. Entre eles, para dar exemplo, cita um moço de Curitiba cujos crimes se prendem à morte de seu pai, Praxedes Gomes Damasceno, comerciante da região assassinado no início do movimento. Aujor Ávila da Luz se preocupa em defender o reavivamento desta história pois as constatações do atraso da mentalidade humana em desacordo com o progresso material presente em sua época era para ele motivo suficiente para o estudo do assunto. E esse era um dos objetivos de seu trabalho, fornecer material de reflexão para os estudiosos da Sociologia e da Criminologia, ou seja, como explicar tendências criminosas e “atavismos” na população em meio ao franco escalar do progresso e da modernidade no país? É o recalçado que assombra e também retorna para, aí então, servir de explicação para os problemas que a própria negligência das instituições fomentou em seu afã de normatizar a sociedade e criar “ordem e progresso”. É o recalçado que assombra nossas crenças num processo histórico linear e evolutivo, rumo a um futuro sempre melhor, o qual somente alcançaremos se superarmos todos os “atrasos” sociais.

¹¹⁶ CERTEAU, Michel de. *Op. Cit.*, p. 16

¹¹⁷ LUZ, Aujor Ávila da. *Os fanáticos, crimes e aberrações da religiosidade dos nossos caboclos*. 2ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999.

2.2. Aujor Ávila da Luz e Oswaldo Rodrigues Cabral – uma disputa disciplinar em torno da questão do Contestado.

Durante a década de 1950, Aujor Ávila da Luz e Oswaldo Rodrigues Cabral produziram cada qual um estudo tendo como tema a Guerra Sertaneja do Contestado. Eram ambos médicos. Ávila da Luz, por exemplo, exerceu a medicina por 17 anos no interior do estado, em cidades como Joaçaba e Lages, experiência a que ele atribui sua identificação com o meio sertanejo: “*em tão longo convívio e em tão profundo contato com o povo do planalto catarinense, [conheci] as suas características psicológicas, o seu meio físico, moral e social, e os seus contrastes com o homem litorâneo*”.¹¹⁸ Além disso, os dois médicos tinham em comum o fato de circularem pelos espaços da cultura catarinense, lugares de legitimação da intelectualidade do Estado. Ambos foram membros do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, da Academia Catarinense de Letras e professores do quadro da Faculdade Catarinense de Filosofia, sendo que Aujor Ávila da Luz foi professor de História da América e Oswaldo Rodrigues Cabral foi professor de Antropologia.

Aujor Ávila da Luz publicou seu estudo sobre a Guerra do Contestado no início do ano de 1952. Essa publicação provocou um ataque de cólera em Oswaldo Rodrigues Cabral que tece inúmeras críticas ao livro e as publica em sete artigos no Jornal a Gazeta de Florianópolis entre abril e maio de 1952. Afinal, Aujor Ávila da Luz estaria explorando um tema que Cabral desejava fosse seu, pois já tinha planos de se dedicar ao estudo da Guerra do Contestado. Por outro lado, segundo Walter Piazza,¹¹⁹ as críticas de Cabral contra a obra de Aujor Ávila da Luz também encobriam a disputa por uma única vaga no quadro da Faculdade de Direito em Florianópolis para a cadeira de Medicina Legal, sendo que o estudo de Ávila da Luz sobre o Contestado seria apresentado como monografia na seleção. Nenhum dos dois ganha a vaga mas, a partir de então, Cabral se põe a escrever *João Maria* –

¹¹⁸ LUZ, Aujor Ávila da. *Op. cit.*, p. 11

¹¹⁹ PIAZZA, Walter. Posfácio. In: LUZ, Aujor Ávila da. *Op. cit.*, p.295

interpretação da campanha do Contestado, o qual seria publicado em 1960 pela Editora Nacional de São Paulo.¹²⁰

Portanto, o livro de Oswaldo Cabral precisa ser lido pelas lentes desta disputa intelectual. Como teria sido escrito sem a obra de Aujor Ávila da Luz ninguém saberá, mas suas palavras foram pesadas e medidas para um propósito: diminuir o valor das palavras do autor de “Os fanáticos”. Ao iniciarmos a leitura de seu texto fica palpável sua preocupação em caracterizar o que foi escrito anteriormente, criticando os observadores do Contestado por não admitirem ou não terem “*a preocupação de procurar a intercorrência de outros fatores, na gênese da luta, que não o religioso*”,¹²¹ prevenindo aos leitores que tudo foi visto e observado através das lentes de um preconceito.

Do outro lado da dessa disputa, Aujor Ávila da Luz afirmava que sua preocupação era defender o *reavivamento* dessa história contra aqueles que a julgavam sem importância em tempos nos quais a bomba atômica era uma ameaça real e constante, afinal, as constatações do “*atraso da mentalidade humana*” em desacordo com o progresso material presente em sua época eram, para ele, motivo suficiente para o estudo do assunto. Sendo sua maior preocupação a de dar respostas para a compreensão dos motivos que levam uma pessoa a cometer um crime, ele parte para o desafio de enquadrar o Movimento do Contestado como resultado do desequilíbrio mental de parcela da “*sociedade sertaneja*”. Desequilíbrio, segundo ele, produzido pelo surto de fanatismo que teria levado aquelas pessoas ao crime. Ou seja, todo seu trabalho tem por objetivo constatar como realidade o “atraso” da mentalidade humana, sendo que as modernas idéias nascidas das ciências positivas, naturais e experimentais são apanágio de uma pequeníssima elite. Assim, a civilização universal, encarada do ponto de vista de um aperfeiçoamento material e mental, é, para o autor, uma ilusão.¹²²

¹²⁰ Este livro foi publicado em segunda edição no ano de 1979 com outro título: *A campanha do Contestado*

¹²¹ CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *A campanha do Contestado*. 2ªed.rev. Florianópolis: Lunardelli, 1979 p. 05

¹²² Nesse interesse em estudar a criminalidade é possível perceber um comprometimento com o que já era defendido pelo médico baiano Nina Rodrigues em relação ao papel da Medicina na elaboração do Código Civil Brasileiro, quando da Proclamação da República, em substituição às leis do Império. Para

E em seu afã médico-científico de entender este “atraso” Aujor Ávila da Luz conclui que os principais motivos de que se nutrem os desvios psicopatológicos sociais são os de natureza religiosa. Portanto, os crimes são vistos por ele como frutos de uma doença causada por exaltações místicas. Mas, por que justamente estas pessoas seriam tomadas por estas exaltações? Ver-se-á adiante como o autor acaba atribuindo as características religiosas da população sertaneja de Santa Catarina ao “problema” da “mestiçagem” da população da região. Assim, Ávila da Luz vai além de dobrar o delito com toda uma série de comportamentos, de maneiras de ser que, no discurso do psiquiatra, são apresentadas como a causa, a origem, a motivação, o ponto de partida do delito.¹²³ Ele naturaliza todos estes comportamentos através do estigma da raça e coloca, portanto, além da punição das maneiras de ser, a punição da constituição étnica do indivíduo.

Ao ler o livro de Aujor Ávila da Luz é fácil formar uma imagem de pessoas impulsionadas por uma espécie de loucura coletiva se tornando criminosas, sendo que o sujeito que sobressai desta leitura é o “fanático”. A leitura dos textos militares parece ter sido decisiva para este autor, em determinado momento de sua narrativa, D’Assumpção, por exemplo, caracteriza o conflito como sendo palco dos extraordinários esforços do Exército para manter a ordem nos sertões do Sul, região “*então subvertida por milhares de homens desorientados por uma crença aberrante dos menores vislumbres de razão*”.¹²⁴

Cabral, por sua vez, é enfaticamente contrário à tese de ser o conflito uma simples guerra de “fanáticos”, uma conseqüência por si só da ignorância do sertanejo, preparada e seduzida pelo desvio psíquico de um monge, sobretudo conseqüências das “aberrações da religiosidade do sertanejo”, uma clara assertiva contra a obra de Aujor Ávila da Luz. Além disso, para Oswaldo Cabral os contemporâneos da Guerra estavam ainda sob a impressão da “obra imperecível” de Euclides da Cunha, com as recordações de Canudos bem vivas, portanto foi fácil ver no Contestado a repetição

Nina Rodrigues o código deveria ser feito por médicos (capacitados para tratar da criminalidade como doença) e não apenas por advogados e juristas. SCHWARCZ, Lilia Moritz. “Dos males da medida”. *Psicologia USP*. 1997, vol.8, no.1, p.33-45. Consultado em: <http://www.scielo.com.br> [s/p]

¹²³ FOUCAULT, Michel. *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 19

¹²⁴ D’ASSUMPCÃO, Herculano T. *Op. cit.*, prefácio

exata e completa dos acontecimentos de sertão Baiano e essa característica dos textos dos contemporâneos deveria ser vista com cuidado.

Isso porque a influência de Euclides da Cunha também pode ser verificada na obra de Aujor Ávila da Luz. Meio século depois o texto desse autor segue a mesma estrutura ao tratar de temas como a terra e o homem, apresentando as personagens e o cenário para a partir daí encenar a peça. Embora Luz se diferencie por considerar que no planalto catarinense a história chegou antes do homem. Na sua visão, a terra, embora conhecida desde o primeiro século da “descoberta” quando da passagem da passagem de D. Álvaro Cabeza de Vacca em 1541, permaneceu por muito tempo despovoada de gente civilizada e só conseguiu fixar o homem mais de dois séculos depois. Essa visão trai a sua desconsideração dos indígenas como povoação e como “homens”, posto que não eram civilizados, e mais, fica claro que para ele os índios não tem história e tampouco fazem parte da “nossa” história. Começa aí a exclusão destes sujeitos na tese do autor de “Os Fanáticos”, exclusão que se insere num movimento maior de desconsideração de certos sujeitos na historiografia catarinense e que vai contribuir fundamentalmente nas diversas tentativas de construção de identidades para o estado.¹²⁵

Ao descrever o que chama de “nosso caboclo serrano”, Aujor Ávila da Luz, chega à conclusão que o grosso da população serrana é “*uma mistura das três (raças) com predominância da indígena e da branca*”.¹²⁶ A predominância o ajuda a considerar que a participação do negro nesta miscigenação foi pouco significativa e até mesmo insignificante. Mas para Luz a predominância indígena não se deve aos índios Kaingang e Xokleng que percorriam a região ainda na época do povoamento, pois eram grupos arredios que ofereceram pequena contribuição para a miscigenação planaltina por se mostrarem esquivos e incompassíveis aos hábitos sedentários dos brancos e por isso mesmo teriam sido dizimados ou afugentados. Seu destino era fugir ou “*morrer de nostalgia...*” Portanto, “*O sangue índio que corre nas veias dos*

¹²⁵ Ver discussão mais detalhada em SERPA, Élio C. “A identidade Catarinense nos discursos do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina”. In: *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, v.14, n.20, 1996, p. 63 – 79. [grifo meu]

¹²⁶ LUZ, Aujor Ávila da. *Op.cit.*, p.69

nossos caboclos vem dos bandeirantes, dos mamelucos e dos índios mansos de São Paulo”.¹²⁷

Verifica-se mesmo uma curiosa insistência em afirmar, provar que a mistura do branco com o índio se fez intensa e exclusivamente durante os séculos XVI e XVII. Essa recusa em considerar os índios que ocupavam o território catarinense parece ser uma forma de considerar apenas aquela “mestiçagem” formadora do povo brasileiro, mas que só é lembrada porque está muito distante, no passado colonial do país. Há uma preocupação em diminuir a importância das populações indígenas, negras e “mestiças” na constituição étnica do estado, já que estas estariam agora diluídas entre a população branca de imigrantes europeus. Mas não é essa a impressão que fica a quem percorre o planalto serrano e o meio-oeste de Santa Catarina. É comum encontrar indivíduos que não negam a ascendência indígena,¹²⁸ nem Aujor Ávila da Luz pode deixar de se referir a isso, embora tenha escolhido características depreciativas e degenerativas para ressaltar a presença de “mestiços”, demonstrando sua crença nas teorias que consideravam a miscigenação como degeneração da raça. Chega mesmo a admitir a existência de “mestiços recentes” (!) com intuito de provar a veracidade das teorias eugênicas, as quais ele, em plenos anos 50, insistia em reforçar. A estes “mestiços recentes” se refere como “*vadios, impulsivos, imprevidentes, sugestionáveis e superexcitados sexuais. Intelectualmente, entretanto, não são inferiores ao branco*”.¹²⁹ Essa assertiva não deixa dúvidas sobre quem é a referência utilizada quando se caracteriza e descreve a população do interior do país, o

¹²⁷ LUZ, Aujor Ávila da. *Op.cit.*, p.66

¹²⁸ Em pesquisas recentes do Projeto coordenado pela Prof.ª. Dr.ª. Cristina Scheibe Wolff, intitulado “*Índias pegadas a laço*” *Mulheres indígenas na construção etnohistórica de Santa Catarina: em busca de memórias e trajetórias* (que teve por proposta geral documentar a memória e a trajetória de mulheres indígenas incorporadas à sociedade “branca” em Santa Catarina, discutindo estas memórias no contexto das representações étnicas regionais e da problemática das relações entre gênero e etnia na construção de identidades e hierarquias), do qual fiz parte durante os anos finais da minha graduação, encontramos diversos relatos de famílias que contavam em seus ascendentes diretos e próximos, algumas vezes até pais, indígenas dos grupos da região que foram aprisionados para trabalhar nas fazendas do Planalto, e que depois montaram sua rocinha em terras que não interessavam aos pecuaristas, ou foram viver nas proximidades dos núcleos urbanos. Alguns resultados desta pesquisa podem ser vistos em WOLFF, Cristina Scheibe. “Índias” e “Branços” no sul do Brasil – reflexões sobre a memória e a construção de identidades. In: LEITE, Renato Lopes (org.). *Cultura e poder: Portugal – Brasil no século XX*. Curitiba: Juruá, 2003, pp.37-52.

¹²⁹ LUZ, Aujor Ávila da. *Op.cit.*, p.71

padrão é sempre a população “branca”, civilizada e instruída das cidades. E sejamos otimistas, escreve o autor de “Os Fanáticos”, os “mestiços” com o correr do tempo tendem para a “raça branca”, já que os caracteres “altamente eugênicos” acabam por se fixar e predominando sobre o que há de inferior no mestiço.

Pode-se dizer que Aujor Ávila da Luz segue os autores que, segundo Carlos A. M. Lima, ao tratarem o assunto da “mestiçagem”, são adeptos à idéia de que a miscigenação pode ocorrer “biologicamente”, sem, contudo, produzir efeitos sociais. E no interior desta tendência intelectual, é profundamente influenciado pelo racialismo de Oliveira Vianna, o qual com “*sua concepção de ‘embranquecimento’ como resultado indelével da miscigenação, também não dava muito lugar à mestiçagem*”.¹³⁰

Outra insistência verificada na leitura do livro de Aujor Ávila da Luz é com relação ao modo como se deu esta “mestiçagem”, tentando destacar que o mameluco ou “curiboca” era o cruzamento do homem branco com a mulher índia.¹³¹ Esta insistência acompanharia os discursos sobre a constituição da nacionalidade de intelectuais brasileiros durante o século XX. John Norvell, separa entre outros três ensaios que teriam moldado as visões sociológicas da nação brasileira e vêm influenciando textos intelectuais até hoje, são eles: Retrato de Brasil (1928) de Paulo Prado, Casa-grande e Senzala (1933) de Gilberto Freire e Raízes do Brasil (1936) de Sérgio Buarque de Holanda.¹³²

É interessante observar nestes discursos que definem o Brasil como nação uma idéia generalizada: a de que o Brasil é uma nação literalmente *feita na cama*, e cuja origem estaria situada sempre no passado. As mulheres, neste caso apenas índias e negras, depois as mestiças, são o receptáculo do homem branco, europeu. Além disso, segundo Aujor Ávila da Luz é a constante intervenção do homem branco no

¹³⁰ LIMA, Carlos A. M. *Um pai amoroso os espera: sobre mestiçagem e hibridismo nas Américas Ibéricas*. Mimeo, 2003

¹³¹ LUZ, Aujor Ávila da. *Op.cit.*, p.69

¹³² Da análise destes textos o autor conclui que a idéia presente sobre mestiçagem neles impossibilita dizer “brasileiros misturam-se com portugueses ou europeus”, “*O brasileiro é, portanto, um paradoxo genealógico que, em uma construção lingüística, é uma mescla, um produto de três raças diferentes; como sujeito gramatical ativo, porém, mistura-se com duas dessas raças, mas não com a terceira, a européia, porque há, neste caso, suposta continuidade*”. NORVELL, John. “A brancura desconfortável

caldeamento que faz as duas principais subformações (mameluco e mulato) “caminharem para um tipo mais uniforme, mais claro e de melhores atributos”.¹³³

Resulta desta análise que o futuro *fanático* de Ávila da Luz era, em primeiro lugar, o *caboclo* produto da “mestiçagem” brasileira. Condição considerada por muitos na época nada abonadora para esta população dos “sertões” catarinenses. Além disso a essa população foram sendo adicionados contingentes fugidos da revolução republicana rio-grandense conhecida como Farroupilha pelos anos da década de 1840 e, posteriormente, da Revolução Federalista em 1893. A maioria dessa gente era considerada indesejável e, para alguns, teriam contribuído para formar a “*grande malta de desordeiros e criminosos que infestou a região contestada*”. Com o término da construção da estrada de ferro que ligaria os Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul passando pela região contestada, a maior parte dos trabalhadores teriam permanecido ali¹³⁴ e, segundo Ávila da Luz, a maior parte desta gente era da mais ínfima condição – negros, mulatos, caboclos e brancos degredados. Portanto, essa era a população que já vivia no meio das disputas e intrigas entre chefetes locais cuja cobiça aumentou com a Estrada de Ferro.

Oswaldo Cabral não discute a formação da população do planalto catarinense descrita por Aujor Ávila da Luz, para ele também essa formação se dera pelo acúmulo de refugiados das lutas partidárias, fugitivos das perseguições políticas, criminosos que buscavam abrigo em região aonde a justiça não os alcançasse. Mas lembra também da existência de alguns pobres homens, nem criminosos, nem refugiados, velhos moradores esquecidos, homens com suas famílias a procura de terras sem dono onde fixar morada, e que a esse contingente humano se somaram os trabalhadores da Estrada de Ferro. Gente espoliada que a concessão de terras para grupos poderosos expulsou, gente a quem Oswaldo Cabral denomina de *os párias*.

das camadas médias brasileiras”. In: MAGGIE, Yvonne e REZENDE, Cláudia B. *Raça como retórica: a construção da diferença*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p.248

¹³³ LUZ, Aujor Ávila da. *Op.cit.*, p.71

¹³⁴ O fato de que **maior parte** do contingente de trabalhadores seria constituído de homens que teriam vindo dos grandes centros brasileiros vem sendo questionado por historiadores em pesquisas recentes, um exemplo é o estudo de Paulo Pinheiro Machado em seu livro sobre a atuação das *lideranças do Contestado*, *Op. cit.*, p. 144

Se nisso os dois autores concordam, a diferença está na análise que fazem do papel do fanatismo no desenrolar do conflito. Para Cabral foi o complexo jogo de fatores históricos e sociais que levou ao conflito, o fanatismo era apenas o cimento:

*Em verdade, a gênese dos acontecimentos deploráveis do Contestado alicerça-se em fatores sociais bastante complexos. Começaram de um desajustamento social; teve início por motivo de infundada desconfiança entre dois estados; foi alimentada pela política; e terminou num sacrifício. A religião foi apenas um cimento que uniu aqueles a quem hoje chamaríamos desajustados, que ligou os grupos marginais na defesa comum.*¹³⁵

Enquanto que para Aujor Ávila da Luz o fanatismo religioso é a principal das causas. Respondendo às críticas de Oswaldo Cabral, ele argumenta que o fanatismo representou 90 % das causas do conflito.¹³⁶ Fanatismo que seria decorrente da maior parte da população ser “mestiça”. A tônica da tese de Aujor Ávila da Luz é considerar a “mestiçagem” como a maior responsável não somente pelos tipos físicos, mas também pela psicologia da população e, portanto, também pelo fanatismo religioso. “O caboclo é um ser profundamente místico. E este misticismo herdou-o das três raças formadoras do brasileiro, mas menos pelo sangue do que pelo contato das respectivas culturas”.¹³⁷ Mostrando como

*(...) a religiosidade do caboclo é forçosamente um produto de mestiçagem... O catolicismo do português, o animismo do índio e o fetichismo do negro, fundindo-se na alma do caboclo, criaram-lhe uma religiosidade que ainda está na fase de um monoteísmo mal compreendido, muitas vezes deformadas por heresias terríveis e que está impregnada de misticismo estúpido, pronto a descambar para o fanatismo.*¹³⁸

¹³⁵ CABRAL, Oswaldo Rodrigues. “Os Fanáticos”. In: *A Gazeta*, Florianópolis, 20/abr./1952

¹³⁶ LUZ, Aujor Ávila da. “Erros de uma crítica (ainda os Fanáticos)”. In: *O Estado*, Florianópolis, 06/mai./1952, p. 02

¹³⁷ LUZ, Aujor Ávila da. *Op.cit.* (1999), p.111

¹³⁸ LUZ, Aujor Ávila da. *Op.cit.* (1999), p.114

E como alguns poderiam contestar este fato citando exemplos da ocorrência de fanatismo em outros povos, outras culturas, outras realidades sociais, ele mesmo descreve casos como os Muckers do Rio Grande do Sul e de epidemias de suicídio coletivo por motivo de misticismo religioso na Rússia, mostrando que nestes casos mais que fatores raciais e culturais, agiram também fatores psicológicos. Era o discurso científico na voz de verdade da psiquiatria legitimando teses. Afinal a psiquiatria é a mesma *“quer aplicada a um branco eslavo, germânico, anglo-saxão, ou latino, quer a um mestiço brasileiro”*. Essa é mais uma contradição que denuncia a ambigüidade do pensamento deste autor. Para explicar o fanatismo dos *“caboclos”* a psicologia *“desviante”* era, determinadamente, fruto da raça, dessa mistura *“degenerante”*; enquanto que nos outros casos eis que a psicologia *“desviante”* assume o estatuto de causa principal, mas está separada da raça, não é produto desta, pena que o autor não explique qual seria a causa do desvio psíquico nestes casos.

Como visto, Aujor Ávila da Luz chama os mestiços de *“caboclos”*, o que para Oswaldo Cabral é um uso impróprio da expressão, apesar de ele reconhecer já ter incorrido no mesmo erro. Cabral argumenta que o termo é, na sua acepção mais rigorosa e científica, aplicado ao indígena. Fora disso é um emprego vulgar, admissível em obras literárias não em trabalhos científicos, é se deixar influenciar pelo linguajar popular. Esta crítica na época colocava em cheque a cientificidade da obra de Aujor Ávila da Luz, consistia no que de mais descredenciador poderia haver, Cabral não poupou esforços em tornar o trabalho de Aujor Ávila da Luz em insignificância. E o que fez Cabral então para não utilizar o termo *“caboclo”*? Pelas páginas de seu livro há um esforço considerável para não se referir a *“caboclo”*, e Cabral faz isso tentando mostrar por todos os meios possíveis que a população que vivia na região contestada era o que se chamaria na década de 50 de *“marginais”* e *“desajustados”*, e quando precisa de um termo mais genérico prefere utilizar simplesmente *“sertanejos”*.

Configura-se neste momento o surgimento de um novo *“sujeito”* no Contestado, o *“marginal”*, o *“desajustado”*. O sujeito que nas obras dos militares e de Aujor Ávila da Luz é *“o fanático”*, se transforma aqui em *“o desajustado”* pertencente

a grupos marginais.¹³⁹ Parte-se aqui da premissa que palavras e significados de uma época podem tanto permanecer como ser suplantados por outros, mas esta citação de Cabral vai além e auxilia a perceber claramente como os indivíduos do passado ou dos quais se fala acabam adquirindo designações do tempo e dos discursos que circulam quando da construção do texto. Ou seja, em 1952 aqueles brasileiros que participaram do conflito contra as forças legais, seriam chamados de “desajustados”, “marginais”.

Para ele foi a omissão do Estado em relação àquela região que a tornou “homizio de criminalidade” a qual acabou fornecendo elementos para a marginalidade. O descaso e mesmo a ignorância do poder público estadual frente aos problemas sociais é que teriam sido a causa profunda da Guerra do Contestado. O discurso de Cabral refletia assim a preocupação do projeto nacionalista, com seus ideais de civilidade e progresso, que visava desde o início do século XX a construção da brasilidade e do sentimento nacional. Em suma a instituição de uma identidade brasileira, que através dos Institutos Históricos e Geográficos estaduais também serviu de incentivo para a instituição de identidades regionais.

Essa disputa que se travou nos bastidores da cultura catarinense entre os dois médicos fornece elementos importantes para a realização de uma crítica historiográfica. Ou seja, possibilita ver a história como um discurso e como uma prática que acaba por produzir efeitos de poder¹⁴⁰ e, conseqüentemente, criar imagens que mobilizam outras práticas e configuram uma realidade desejada.¹⁴¹

O papel do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina nesse processo precisa ser considerado, pois, como visto, tanto Aujor Ávila da Luz quanto Oswaldo

¹³⁹ Tudo indica que Cabral esteja aqui sendo influenciado por uma concepção sociológica que teria derivado do “funcionalismo” de Darwin e Spencer no qual cada indivíduo de um sistema, assim como cada órgão de um organismo tem uma função específica a desempenhar. Esta concepção dos sistemas de um modo geral foi utilizada por Émile Durkheim para construir sua teoria sociológica, na qual explicar os fatos sociais significa demonstrar a função que eles exercem. Nesta concepção todo aquele que não exerce sua função determinada, devido muitas vezes a uma “ausência de normas” ou “Anomia Social”, seria considerado “desajustado”. Ver interessante discussão sobre a obra de Émile Durkheim em : SELL, Carlos Eduardo. *Sociologia clássica: Dürkheim, Weber, Marx*. 2.ed. Itajaí: Ed. UNIVALI, 2002, pp. 57-92.

¹⁴⁰ CERTEAU, Michel de. *Op.cit*, p. 32

¹⁴¹ FLORES, Bernardete Ramos, SERPA, Élio C. “A hermenêutica do vazio: fronteira, região e brasilidade na viagem do Governador ao Oeste de Santa Catarina”. In: *Op. cit.*, p. 231

Cabral eram membros desta instituição cujo propósito foi desde seu início a “*construção de toda uma memória que fosse constituindo fatos e heróis fundantes, mitos de origem que justificassem a existência de uma identidade catarinense*”.¹⁴² Na década de 50 é possível considerar que os membros do Instituto ainda estavam influenciados pela tendência dos anos 40 em ver os açorianos como representantes legítimos da cultura catarinense, preocupação que culminou no “Primeiro Congresso de História Catarinense” em 1948 para a comemoração de Segundo Centenário da Colonização Açoriana. Preocupação que se enquadrava no interior da política de nacionalização que procurava incorporar etnias como os alemães e italianos ao que se chamava cultura brasileira.¹⁴³

Aujor Ávila da Luz, por exemplo, diferencia “seus fanáticos” em relação ao “barriga-verde” do litoral, a identidade que procura fixar para eles se faz com características que julga serem opostas às do homem do litoral, assim o homem litorâneo tem tez clara, é civilizado e industrioso. Fato que não se observa na narrativa do militar Herculano D’Assumpção, estudada no capítulo anterior, o qual ao escrever em 1917, embora dentro da tradição do IHG de Minas Gerais, diferencia, claramente, os habitantes da serra em relação aos colonos alemães, enaltecendo estes em detrimento daqueles. Esta construção identitária era fato impensável nos discursos do início da década de 50, é preciso lembrar que estavam recém saídos da II Guerra Mundial, e as lembranças do horror nazista e toda a campanha contra os fascismos e contra as “potências do Eixo” aqui no Brasil resultou numa política de proibições que atingiram todas as comunidades de descendentes alemães, italianos e japoneses. Nessa época, portanto, era impensável eleger os colonos descendentes dessas etnias como modelos de conduta e representantes da identidade catarinense.¹⁴⁴

¹⁴² SERPA, Élio Cantalício. “A identidade Catarinense nos discursos do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina”. *Op. cit.*, p. 65

¹⁴³ SERPA, Élio Cantalício. “A identidade Catarinense nos discursos do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina”. *Op. cit.*, pp. 66-67

¹⁴⁴ “O contexto histórico de Santa Catarina durante o período de 1930 a 1945 é marcado pela ascensão de representantes da família Ramos ao poder e destes, Nereu Ramos irá empreender uma política de nacionalização pela qual etnias como os alemães e italianos sofreram um violento processo de incorporação àquilo que chamavam de cultura brasileira”. SERPA, Élio C. “A identidade Catarinense nos discursos do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina”. *Op. cit.*, p.66

A contenda entre os dois médicos da década de 1950 também se insere dentro de uma “disputa disciplinar” que anda paralela à disputa intelectual entre eles. A proposta de Aujor Ávila da Luz ia ao encontro da “Psiquiatria Social” enquanto que Cabral se aproximava da “Antropologia Social”. A História, a Psicologia, a Antropologia, a Sociologia, surgem como instrumentos de crítica e réplica, são os campos do saber disputando espaço e legitimidade na academia. Os primeiros comentários que Cabral faz na sua crítica ao trabalho de Luz são justamente sobre o que chama de “aspectos históricos e sociológicos da obra do ‘debutante’”. É a fala de uma autoridade que revestida de capital simbólico¹⁴⁵ pode tecer comentários sobre a obra de um principiante, alguém que tenta ingressar num terreno que o outro já tem por seu. Cabral nesta crítica aponta a falta de citações das fontes utilizadas por Aujor Ávila da Luz como o mais grave defeito que encontrou, o que lhe permite classificar a obra como não-científica e sujeita a sofrer dúvidas sobre a idoneidade das fontes que o outro utilizou, já que não permite que sejam investigadas por outrem. Outra falha que Cabral aponta é a tese de Luz, se o livro pretende ser uma contribuição à história e à antropologia o autor não deveria ignorar que credices e superstições ocorrem em todos os povos e não é justo considerar as dos sertanejos do planalto catarinense como “aberrações” e indícios de loucura coletiva.

Como já visto anteriormente, a crítica por empregar expressões consideradas do linguajar popular somente admissíveis em obras de cunho literário e não em texto que se pretende científico, marca bem o status, na época, da literatura como texto menor frente aos produzidos pela “ciência”. Cabral não perde a oportunidade em tirar todo mérito de científico, ou seja, tirar toda a legitimidade do texto de Luz, principalmente pelo fato de que ele seria utilizado como um título ponderável a ser avaliado pela banca do concurso para a Cadeira de Medicina Legal da Faculdade de Direito de Florianópolis.¹⁴⁶

¹⁴⁵ Capital simbólico é o reconhecimento, institucionalizado ou não, que os agentes recebem de um grupo: a imposição simbólica, esta espécie de eficácia mágica que a ordem ou a palavra de ordem, e até mesmo a ameaça ou o insulto pretendem exercer, é dada por condições sociais específicas. BOURDIEU, Pierre. *Op. cit.*, p. 59

¹⁴⁶ PIAZZA, Walter. “Posfácio”. In: LUZ, Aujor Ávila da. *Op. cit.*, p.295

Mas nem tudo eram críticas e o elogio que Cabral procura fazer ao texto de Aujor Ávila da Luz é ressaltar sua “bastante apreciável” contribuição ao folclore catarinense, com suas descrições dos modos de viver do homem do Planalto, embora, lembre que em matéria de história e sociologia tantos reparos foi obrigado a fazer. Isso pode, por um lado, ser considerado um elogio na medida em que trabalhos que levantassem o folclore e a cultura dos catarinenses recebiam incentivos, na época, por parte do Instituto Histórico e Geográfico Catarinense, mas, por outro, como as pesquisas sobre o folclore eram vistas como algo menor, sem estatuto de científicas, as quais geralmente se dedicavam amadores, esse elogio não deixa de ser mais uma alfinetada no trabalho de Luz.

Como Aujor Ávila da Luz reagiu a críticas tão duras? Apesar de visivelmente abalado, ele chega mesmo a declarar, em seu artigo de réplica, que as críticas do Egas – pseudônimo de Oswaldo Cabral – desmotivam qualquer um a continuar com seu trabalho. Ele parte para o contra-ataque seguindo a mesma linha, ou seja, utilizando a autoridade das disciplinas como arma. Desconsidera as críticas de Cabral por este encarar seu livro sob o prisma etnográfico, pois para Luz seu livro seria antes de tudo:

(...) uma contribuição para o estudo da antro-po-sociologia criminal, o que é cousa bem diferente da antropologia pura e muito mais da etnografia, pois a antro-po-sociologia criminal é a criminologia nas suas relações com a antropologia e com a sociologia. Logo não cabe o reparo do Egas!¹⁴⁷

Ou seja, fica fácil argumentar quando se define o que o livro é, a que disciplina ele pertence e obedece às regras, não é preciso assim maiores explicações ou se aprofundar na contenda. Portanto não adianta criticar sob a visão de uma disciplina já que ele foi construído sob os auspícios de outra, basta recusar. Essa compartimentalização estanque das disciplinas foi apanágio científico por muitos anos no interior da academia e ainda é utilizada quando não se quer responder diretamente a críticas.

¹⁴⁷ LUZ, Aujor Ávila da. “Erros de uma crítica (ainda os Fanáticos)”, p.02

Além disso, Aujor Ávila da Luz tenta se defender da acusação de anticientificidade afirmando que apenas quis estudar o “movimento dos fanáticos” sob os aspectos antropológicos, sociológicos, psicológicos. E que para isso era necessário fazer um pouco de história, como que ensaiando um pedido de desculpas pela intromissão numa área do saber que não era a sua, ainda. Ele via seu trabalho como uma contribuição para a história no sentido em que se propunha a estudá-la, em seu modo de ver, sob um ângulo até então desconsiderado, “o dos fanáticos”. Argumenta também, que gostaria que seu trabalho ficasse conhecido, fosse lembrado e que de sua leitura ficasse uma impressão, uma emoção, e portanto, era preciso que fosse no mínimo ameno, ou seja, um tanto quanto literário. Com isso parece que ele admite que não seguiu como devia as regras do discurso científico mas não perde a oportunidade de também alfinetar Cabral ao devolver que “*o Egas, embora médico, acredita mais na etnografia do que na psiquiatria, pois é emérito ‘folk-lorista’*”.¹⁴⁸ Uma tentativa de diminuir o trabalho de seu crítico e mais uma prova de como as disciplinas disputavam lugar de destaque e autoridade no mundo acadêmico e intelectual em meados do século XX. Percebe-se aí como essas disputas disciplinares influem nas versões que se constróem sobre os fatos do passado, comprovando que não podem deixar de ser investigadas quando o historiador se propõe a pesquisar sobre o fato histórico ou sobre a sua historiografia.

2.3. A visão sociológica: messianismo e milenarismo.

A partir do final da década de 1950 estes fenômenos até então denominados como “fanatismos” ou, na melhor das hipóteses, como “misticismos”, passam a ser tema de novos estudos realizados na área da sociologia e da antropologia em âmbito internacional. Entre esses trabalhos posso citar, a título de exemplo, *Rebeldes Primitivos* de Eric Hobsbawm, *Movimenti religiosi di libertà e di salvezza dei popoli oppressi*, de Vittorio Lanternari e *Messianisme et développement économique et social*, de Roger Bastide.¹⁴⁹

¹⁴⁸ LUZ, Aujor Ávila da. “Erros de uma crítica (ainda os Fanáticos)”, p.02

¹⁴⁹ HOBBSAWM, Eric J. *Primitive rebels. Studies in archaic forms of social movements in the XIX and XX century*. Manchester: University Press, 1959. LANTERNARI, Vittorio. *Movimenti religiosi di*

Esse novo viés de pesquisas influencia sobremaneira os estudos em ciências sociais no Brasil, principalmente pela presença de Roger Bastide na USP e suas teorias de “messianismo”. Estes estudos pretenderam introduzir, em relação a textos anteriores, “*uma ruptura marcada, seja pela apresentação de uma perspectiva distinta de análise, seja pela crítica e questionamento de fontes de dados até então utilizadas. O que singulariza tal perspectiva e tal crítica é exatamente a orientação propriamente sociológica imprimida (sic) a todos esses trabalhos*”.¹⁵⁰ Todos se preocupam com as condições sociais de eclosão de movimentos como Contestado, Juazeiro e Canudos, se referindo à presença de “crises” nas relações sociais como explicação e apontando para o caráter religioso dos movimentos.

Esses trabalhos, de um modo geral, utilizaram teorias em voga na época de messianismo e milenarismo, embora, é preciso concordar com Emerson Giumbelli, a problematização de vários pontos de suas análises remeta a temas que ultrapassam as fronteiras do messianismo e dos movimentos religiosos, entre eles é possível citar a discussão feita em torno do *coronelismo* e também em torno do *catolicismo popular*.¹⁵¹

Especificamente sobre a Guerra Sertaneja do Contestado há os trabalhos de Maria Isaura Pereira de Queiroz publicado no Brasil em 1957, Maurício Vinhas de Queiroz publicado em 1966 e Duglas Teixeira Monteiro publicado em 1974. Na verdade o trabalho de Duglas T. Monteiro representa, por sua vez, um outro momento da pesquisa sociológica, mais recente. Todo seu arsenal metodológico e teórico já o posiciona no interior das novas perspectivas de análise nas ciências humanas que vieram a assumir maior relevância a partir dos anos 80 no Brasil e que serão enfocadas no terceiro capítulo desse trabalho. Sua preocupação com a interpretação dos acontecimentos e sobretudo do universo simbólico dos sertanejos faz com que Monteiro, apesar de estar colocado nesse momento muito mais por motivos

libertá i salvezza dei popoli oppressi. Milano: Feltrinelli, 1960 (1977, 2ª ed. ampliada). BASTIDE, Roger. "Messianisme et développement économique et social", In: *Cahiers Internationaux de Sociologie*, 31, Paris, 1961, pp. 3-14.

¹⁵⁰ GIUMBELLI, Emerson. “Religião e (Des)Ordem Social: Contestado, Juazeiro e Canudos nos Estudos Sociológicos sobre Movimentos Religiosos”. *Revista Dados*. 1997, vol.40, no.2. Consultado em: <http://www.scielo.com.br>

¹⁵¹ GIUMBELLI, Emerson. *Op.cit.* (s/p)

cronológicos, seja considerado em minha análise como precursor ou “inaugurador” dos trabalhos mais recentes sobre o Contestado, produzidos na academia e balizados tanto pela chamada História Nova, quanto pela Nova História Cultural.

Os trabalhos de Pereira de Queiroz e de Vinhas de Queiroz, basicamente, podem ser vistos como representativos de uma mudança significativa em relação a interpretações anteriores, e são, portanto, justificados através da comparação com estas análises sobre o movimento. Maria Isaura Pereira de Queiroz, por exemplo, refuta as interpretações anteriores que utilizaram argumentos biológicos e patológicos para afirmar a inferioridade física e mental do “mestiço” e classificar tais movimentos como fenômenos de “loucura coletiva”.¹⁵² De acordo com Giumbelli, é justamente por ser esse um procedimento generalizado entre esses autores que existe toda uma preocupação de controle com relação às fontes utilizadas, o que justifica consultas a materiais de arquivo e entrevistas com remanescentes dos movimentos estudados.¹⁵³

No entanto, apesar do exame crítico feito por esses sociólogos aos trabalhos anteriores tentando escapar das visões estereotipadas e redutoras sobre o mundo social, apesar de todo um esforço em utilizar novos referenciais teóricos no intuito de trazer à discussão outras questões e temas no sentido de enriquecer o conhecimento sobre estes movimentos, eles acabam criando novas visões estereotipadas com suas tipologias e conceitos baseados num estruturalismo muito rígido. Por outro lado, deve-se lembrar que cada autor utiliza o vocabulário disponível na época em que escreve e dos instrumentos teóricos existentes e possíveis no interior das disciplinas e instituições nas quais recebem sua formação como profissionais. De acordo com Foucault, para uma proposição pertencer a uma disciplina, é preciso que ela responda a condições mais restritas e mais complexas do que a simples e pura verdade.¹⁵⁴ Nesse sentido se considera que os discursos não são totalmente livres e isentos do jogo existente entre linguagem, cultura e poder.

¹⁵² QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *La Guerre Sainte au Brésil : Le mouvement messianique du Contestado*. Tese de Doutorado apresentada à Ecole Pratique des Hautes Etudes, Universidade de Paris, França, 1955, publicada no Boletim nº 187, FFCL, Universidade de S. Paulo, 1957. P. 275

¹⁵³ GIUMBELLI, Emerson. *Op.cit.* (s/p)

¹⁵⁴ FOUCAULT, Michel. (1999). *Op. cit.*, p. 31

Assim, a anterior oposição litoral/sertão tão explorada e que trazia em si toda uma carga de significados já sacralizados e definidores de ações e reações e que encontra na divisão civilização/barbárie sua expressão máxima, é apenas substituída pela oposição rural/urbano. Maria Isaura Pereira de Queiroz tece toda sua teoria dos “movimentos messiânicos” brasileiros se baseando nessa oposição. Ela pressupõe que o meio rural e o meio urbano no Brasil são mundos praticamente isolados um do outro, quando muito existe um mínimo de relações entre ambos, o que torna possível considerá-los realidades quase que autônomas. Essa leitura permite a ela afirmar que por apresentar uma estrutura social peculiar, a qual denomina “sociedade rústica nacional”, o meio rural é o lugar privilegiado de eclosão dos movimentos messiânicos, fato que dificilmente ocorreria no meio urbano. Ou seja, é o “sertão brasileiro” (neste caso o Nordeste seco e a região serrana de Santa Catarina) lugar por excelência da sujeição à uma habitual instabilidade social resultado de um caráter *anômico* da sociedade deste meio.¹⁵⁵ Sendo a *anomia social*¹⁵⁶ um conceito sociológico para explicar a perda de identidade como consequência de transformações sociais/culturais e econômicas, Pereira de Queiroz acaba fornecendo um novo nome à “patologia” da população sertaneja entrando em contradição quando critica a visão preconceituosa dos primeiros escritos militares. Na leitura que faz Paulo Pinheiro Machado, a autora de “*La Guerre Sainte*” utiliza o conceito de *anomia social* para explicar a incidência de “surto” (expressão que revela enfermidade, patologia) messiânicos ou milenares.¹⁵⁷

É a tese da *anomia social* que permite a Maria Isaura concluir que “(...) o messianismo brasileiro não é o resultado da opressão, mas ao contrário, de uma excessiva liberdade que degenera em licença”,¹⁵⁸ ou seja, ele é fruto das tensões criadas pelo estado de *anomia* da sociedade e não pode ser explicado por “diferenças

¹⁵⁵ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Op. cit.*, (1977), p.318.

¹⁵⁶ O conceito de “anomia social” é tomado de Roger Bastide, seu orientador na tese. Mas não foi Bastide quem cunhou este conceito, ele o retirou das reflexões de Max Weber, mas tem origem em Émile Durkheim. Ver sobre as obras de Weber e Durkheim em SELL, Carlos Eduardo. *Op. cit.*

¹⁵⁷ MACHADO, Paulo Pinheiro. *Op. cit.*, p. 27

¹⁵⁸ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. “Réforme et revolution dans les Sociétés Traditionelles, Histoire et Ethnologie des Mouvements Messianiques”. Editions Anthropos, Paris, 1969. Apud. MONTEIRO, Duglas Teixeira. *Op. cit.*, p. 197

de posição política ou social de inferioridade". Os indivíduos ficam encobertos nesta análise, o que está em jogo são as formas de ordenação da sociedade e sua desorganização que para a autora é "endêmica" no sertão brasileiro.

Maurício Vinhas de Queiroz é outro autor que, como Aujor Ávila da Luz, estranha o fato de acontecimentos de tamanha importância terem sido esquecidos e não figurarem em boa parte dos compêndios de História do Brasil.¹⁵⁹ A pretensão de Vinhas de Queiroz ao estudar "a Guerra Sertaneja do Contestado" era relatar a vida e a morte do monge José Maria, o qual, segundo julgamento do autor teria sido encarado como um verdadeiro messias. Além disso, Vinhas de Queiroz visava analisar os aspectos sociais, econômicos e políticos da região, identificando fatores que condicionaram o ajuntamento do povo em torno da pessoa de José Maria. De acordo com Duglas Teixeira Monteiro¹⁶⁰, o livro de Vinhas de Queiroz é uma excelente reconstrução histórica dos eventos feita com espírito de historiador, embora considere seu desenvolvimento da parte interpretativa muito sumário.

Ao descrever o "homem" da região, Vinhas de Queiroz reproduz noções já consideradas verdades históricas inegáveis: antes da chegada dos conquistadores as terras entre o Iguaçu e o Uruguai eram habitadas por indígenas Kaingang e Xokleng que parecem desaparecer num passe de mágica após anos de passagem de bandeirantes, jesuítas e militares até o estabelecimento de pequenas estâncias ao longo do Caminho das Tropas que por volta de meados do século XVIII cresce em importância. Afinal, eles não são levados em consideração como prováveis ancestrais dos habitantes da região serrana catarinense:

Além desses antigos estancieiros empobrecidos, de origem paulista e portuguesa, já havia, espalhados pelos campos e matas, ancestrais dos futuros caboclos, eram os "forros carijós administrados", que segundo o governo de então "andam vadios, e não têm casa, nem domicílio certo, nem são úteis à República", isto é, eram antigos peões e índios escravos, que viviam fugidos. Toda esta gente dispersa, estancieiros arruinados, servos foragidos, "criminosos" e

¹⁵⁹ QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Messianismo e conflito social: a guerra sertaneja do Contestado, 1912-1916*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1981

¹⁶⁰ MONTEIRO, Duglas Teixeira. *Op. cit.*, p.10

provavelmente antigos camaradas das tropas de burro que se deixavam ficar pelo caminho, é que Corrêa Pinto pretendia reunir, pela força “mas também pela sua indústria”, para formar a nova povoação.¹⁶¹

Os ancestrais dos “futuros caboclos” são os indígenas mansos e os mamelucos da Vila da São Paulo, os Kaingang e Xokleng reaparecem apenas quando são relatados os ataques que sofriam os tropeiros, fazendas e pequenas propriedades, sua presença vista como entrave ao desenvolvimento da região. Estas considerações são baseadas nos relatos de viajantes estrangeiros, geralmente tidos como as principais fontes sobre o cotidiano do interior do país nos séculos XVIII e XIX. É interessante perceber também que os estancieiros pobres não são referenciados diretamente como “ancestrais”, talvez por ser um aspecto óbvio da formação étnica do “caboclo”, está implícito na tão conhecida idéia do “cadinho da três raças” que eles fizeram parte da “mistura”. Na análise do discurso, de acordo com Eni Orlandi,¹⁶² a noção de implícito além de permitir dizer coisas como se não as tivéssemos dito, também permite justificar o não-dito, a ausência, a falta, assim o silêncio seria o que não precisa ser dito. Ao silenciar sobre os “brancos” a intenção é implicitamente ressaltar que foi a influência indígena que acarretou os traços mais marcantes da população e que estes seriam os responsáveis pelas características que levariam aquelas pessoas a participarem do movimento. Essa característica dos discursos acima analisados vai se repetir em grande parte dos textos sobre a Guerra Sertaneja do Contestado. Quando se quer diferenciar os “fanáticos” do restante da população serrana que não aderiu ao movimento, ou é ressaltada a ascendência indígena para aqueles, ou a ascendência européia para estes.

Embora não questione certas “verdades” da historiografia o autor tece críticas à maneira como foi e continuava sendo descrito o modo de vida dos “caboclos”. O viajante europeu Saint-Hilaire, por exemplo, deixou uma impressão a respeito dos casebres e plantio dos “caboclos” no planalto paranaense enfatizando aspectos como

¹⁶¹ QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Op. cit.*, p.25

¹⁶² Toda a reflexão que segue baseia-se nos seguintes livros de Eni Pulcinelli ORLANDI: *Terra à vista. Discurso do confronto: velho e novo mundo*. São Paulo: Cortez; Campinas: UNICAMP, 1990 e *As formas do silêncio no movimento dos sentidos*. 4.ed. Campinas: UNICAMP, 1997

“*uma triste pobreza atribuída à indolência*”.¹⁶³ Criticando essa visão, Vinhas de Queiroz lembra que esses aspectos é que iriam se tornar sempre mais ressaltados, praticamente até o momento em que ele próprio escrevia, caracterizando uma verdade absoluta, parte da natureza própria dos *caboclos* brasileiros. Aspectos que suplantariam impressões diversas deixadas por outros viajantes como, por exemplo, Avé-Lallemant que, em meados do século XIX, ao atravessar muitas roças considerou que os *caboclos* “*eram homens que não queriam submeter-se ao serviço mais ou menos escravo nas grandes propriedades e por isto enfrentavam os riscos e as privações de uma existência sem recursos, dentro da floresta*”.¹⁶⁴ É possível observar na visão desse viajante que ele foi capaz de tecer uma outra compreensão da realidade observada que não aquelas velhas fórmulas de associar pobreza à indolência, ignorância ou mesmo à herança racial. Avé-Lallemant foi capaz de perceber que em muitos casos ser “caboclo” era o jeito do pobre ser livre, frente à realidade dos escravos ou de submissão e exploração vivenciada por peões e agregados nas fazendas espalhadas pelo interior do país. Mas essa percepção nem sempre recebe a devida importância e, via de regra é descartada ou mesmo desconhecida. Mais um exemplo de como explicações naturalizantes encontram mais bem acolhida e permanecem por mais tempo no imaginário social em detrimento de visões mais voltadas para explicações pautadas em aspectos sociais, culturais e históricos da realidade observada e até mesmo vivida.

Vinhas de Queiroz demonstra que estava atento para essas “ciladas” discursivas que insistem em permanecer no imaginário social dificultando o surgimento de perspectivas alternativas de análise e compreensão da realidade histórica. Assim ele se esforça em mostrar outras perspectivas possíveis de análise da realidade vivida pelos habitantes do interior brasileiro. E faz isso pautando seu estudo também pelos aspectos sociais e históricos que permitem olhar para os sertanejos como pessoas que de certa forma tinham autonomia para escolher entre as alternativas que lhes eram apresentadas. No entanto, em alguns momentos Vinhas de Queiroz desloca seu olhar e termina por reduzir os sertanejos a meros joguetes nas

¹⁶³ QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Op. Cit.*, p. 35

¹⁶⁴ QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Op. Cit.*, p. 36

mãos do destino. Ao falar sobre o avanço das empresas capitalistas e das frentes colonizatórias, Vinhas de Queiroz utiliza uma frase de Oswaldo Cabral: “*o caboclo da região, valente embora humilde, foi ainda vítima de mais uma injustiça*”.¹⁶⁵ Injustiça esta representada pela expulsão do roceiro de suas terras, fato que segundo o autor levou muitos deles a se tornarem “fanáticos” e “jagunços”. E resta a dúvida, se tornar ou não fanático e jagunço é uma escolha, ou uma imposição?

Observa-se também no texto de Vinhas de Queiroz que, apesar do enfoque sociológico baseado na teoria geral do messianismo e na análise de conjunturas estruturais de crise social, persistem inúmeras nomações em relação aos habitantes da região que adentraram no movimento. O autor utiliza sem o devido cuidado, além de “caboclos”, expressões como “vítimas”, “fanáticos”, “jagunços” e até “guerrilheiros” sem questionar toda a carga de significados que essas múltiplas nomeações trazem em si. Mas isso não significa que o texto de Vinhas de Queiroz se perca totalmente em contradições e ambigüidades. Ele resolve – o que talvez para ele não era um dilema – posicionando seus múltiplos sujeitos em determinados momentos como que a traçar um caminho, delimitar uma trajetória. Inicia portanto, com a ligação à ancestralidade indígena e, a seguir, à pobreza, à humildade, à ignorância (embora apenas implícito na expressão “matuto”), passando por fim a caracterizá-los como “jagunços”, “guerrilheiros”, “demônios em fúria”.

Eis que então para Vinhas de Queiroz, os sertanejos, de “massa desprotegida e miserável”, se transformam em valentes e inventivos “guerrilheiros”. Sendo que um dos objetivos de suas indagações é justamente tentar compreender como um “*acampamento religioso transformou-se em ninho de guerrilheiros...*”.¹⁶⁶ É essa compreensão que permite a ele, ao mesmo tempo em que aprecia e valoriza as táticas utilizadas pelos sertanejos durante os combates, considerar esse “caboclo” primeiramente como um “matuto”, o qual numa radical transfiguração vem a se tornar o “jagunço”, e como jagunço passa a ser um “*demônio de fúria, coragem, inventiva e pertinácia*”.

¹⁶⁵ CABRAL, Oswaldo Rodrigues, citado por QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Op. Cit.*, p. 73

¹⁶⁶ QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Op. Cit.*, p. 13

A utilização da característica de “guerrilheiros” é indício claro do tempo da escrita, o autor certamente está influenciado pela realidade das revoluções e lutas anti-ditatoriais por grupos que utilizavam a tática de guerrilha. Além disso, a abordagem marxista do autor o faz considerar o messianismo como uma forma que assumem os movimentos insurrecionais de escravos, de camponeses ou de povos oprimidos, quando se produz uma situação de *deprivation* ou desespero coletivo. Tratando-se sempre de revoltas alienadas, pré-políticas, destinadas por isso mesmo ao fracasso a menos que se transformem em lutas conscientes.¹⁶⁷ Há, portanto, um novo sujeito surgindo nas páginas de Vinhas de Queiroz. Um sujeito que, historicamente, assume múltiplas faces mas é levado a isso devido a imposições do sistema, ou seja, é o oprimido que por algum tempo prevaleceu nas leituras de viés marxista.

Após estes primeiros estudos sociológicos sobre o “messianismo” no Contestado surge uma leitura diferente, o trabalho de Duglas Teixeira Monteiro. Para este autor a Guerra Sertaneja do Contestado foi a única que tomou, inequivocamente, um caráter milenarista, pois a monarquia que tanto desejava “*mais do que uma instituição política, era percebida como a realização do Reino escatológico*”,¹⁶⁸ os mil anos de paz, fartura e felicidade prometidos após o Juízo Final. Monteiro, em seu trabalho *Errantes do novo século* focaliza o movimento do Contestado predominantemente do ângulo da sociologia da religião, o que segundo ele não foi abordado devidamente pelas pesquisas anteriores. Em sua abordagem os aspectos históricos e etnográficos são secundários, sendo apresentados sempre a serviço da interpretação.¹⁶⁹ É assim que Monteiro define seu objetivo principal:

Minha intenção é analisar o comportamento social de uma comunidade humana que, enfrentando uma crise global, recolocou, dentro dos limites que lhe eram dados, os problemas fundamentais de sua existência enquanto grupo. Ao fazê-lo elaborou um universo mítico, adotando as

¹⁶⁷ QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Op. Cit.*, p. 253

¹⁶⁸ MONTEIRO, Duglas T. “Um confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado”. (1ªed. 1977) In: FAUSTO, Boris (org). *História da Civilização Brasileira: o Brasil Republicano*. T.3, v.2, 4ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p. 75

¹⁶⁹ MONTEIRO, Duglas T. (1974). *Op. cit.*, p.10

*condutas ritualizadas correspondentes. O objetivo fundamental de investigação é este.*¹⁷⁰

Antes de iniciar seu estudo, Monteiro examina certos obstáculos inerentes à nossa condição peculiar de observadores, entre os quais destaca a posição etnocêntrica em que nos colocamos e que leva a considerarmos como um enigma a violência praticada pelo “fanático” do Contestado. De acordo com Hobsbawm somos até capazes de simpatizar com bandidos sociais e ver na conduta desses “Robin Hoods” elementos de racionalidade.¹⁷¹ O que nos provoca perplexidade são comportamentos que constituem a inversão do que se tem por certo, ou que se apresentam como paródias do que entendemos ser o procedimento normal. Para Monteiro é um etnocentrismo muito especial que leva as pessoas a compreenderem a violência quando esta é posta a serviço de suas convicções religiosas, e no entanto, verem como repulsiva a violência cometida em nome de uma forma que têm por invertida de sua própria religião ou de religiões com que não estão familiarizadas.

Através destas considerações o autor deixa claro sua posição em relação ao modo como olha aqueles que adentraram as “Vilas Santas” e foram marcados por estigmas sociais que ainda sobrevivem e fazem alguns não se reconhecerem como seus descendentes ou silenciarem sobre o passado familiar. *Seus agentes não são “primitivos” cujos costumes bárbaros ignoramos ou deixamos aos especialistas o cuidado de desvendar. São seres humanos muito próximos de nós. No caso do Contestado, vizinhos, empregados e, até mesmo, parentes.*¹⁷²

Para Monteiro foi essa perplexidade que orientou explicações que acabaram por utilizar determinismos geográficos ou biológicos para analisar os “fanatismos” religiosos. Recorria-se às condições da terra, ao clima, à composição étnica da população. Ou à ocorrência de “loucuras” ou “delírios coletivos” de modo menos generalizante. Mais tarde há uma mudança nas reflexões sobre a cultura brasileira e as explicações passam a ser baseadas em tentativas de identificar condições

¹⁷⁰ MONTEIRO, Douglas T. (1974). *Op. cit.*, p. 11

¹⁷¹ MONTEIRO, Douglas T. (1974). *Op. cit.*, p. 11. Ver: HOBBSAWM, Eric J. *Rebeldes primitivos: Estudos de formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX*. 2ª ed., Trad. Waltensir Dutra, Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

¹⁷² MONTEIRO, Douglas T. (1974). *Op. cit.*, p.11

históricas, sociais e culturais. Para estes estudos os surtos milenaristas revelariam o abismo cultural entre o sertão e o litoral: “símbolos de duas civilizações e de dois Brasis”. Um apresentado como autêntico e pouco conhecido, o outro postiço e europeizado. Só então surgiria uma análise que desloca a ênfase do aspecto cultural para o sócio-estrutural, mas sem negar a existência do abismo entre litoral e sertão. Monteiro se refere aqui, certamente, aos estudos sociológicos de Pereira de Queiroz e Vinhas de Queiroz, nos quais os fenômenos ditos messiânicos passam a ter como pano de fundo constante o sistema de propriedade, as relações de produção e o sistema de dominação. Segundo o autor essa passagem das explicações naturalistas para as explicações históricas e sócio-estruturais em certa medida representou um progresso. Entretanto, no seu modo de ver, em alguns estudos as descrições das condições objetivas são tão amplas que se perdem os nexos explicativos concretos. Em outros casos, o apelo reducionista à identificação de causas subjacentes recorrendo ao uso de expressões como “a luta pela terra”, explica pouco ou nada explica. Conclui, assim, que estas concepções acabaram levando os pesquisadores a considerarem a dimensão religiosa dos movimentos de rebeldia como simples epifenômeno, ou seja uma capa que apenas esconde o que seria essencial.

Segundo Monteiro, é uma tradição racionalista que está presente na raiz desta atitude metodológica e que tende a equacionar a religião com ignorância. Sendo comum e simples concluir, a partir disto, que escola e práticas sanitárias são medidas básicas para alcançar, necessariamente, progresso e um mundo cada vez mais secularizado e asséptico. Essa crítica feita aos trabalhos anteriores sobre o assunto o conduz a contrapor sua própria metodologia, a qual pode ser resumida na consideração de que a natureza desses fenômenos apresenta três fases distintas: uma ordem pretérita, o desencantamento e o reencantamento do mundo. Para o autor é primordial a análise do antes e depois da crise representada aqui pela fase do desencantamento, pois foram as respostas dadas pelos “*rebeldes*” à ruptura da ordem tradicional em que viviam que permitem compreender a crise e as contradições que existiam na ordem pretérita. Por isso, defende que um caminho privilegiado de interpretação da crise é aberto pelo entendimento do “*universo de significados*”

elaborado pelos que a enfrentam".¹⁷³ Dentro desta proposta Duglas Monteiro tira importância da questão étnica no sentido que vinha sendo usada até então, a composição étnica da população não aparece mais como um dos elementos explicativos para o conflito.

Desse estudo surge agora um novo sujeito – o “rebelde” – e sua origem étnica não influenciava a sua rebeldia mais que as condições sociais e econômicas em que vivia. Influenciado pelos estudos de Hobsbawm, para o qual esses fenômenos de rebelião que tomam um caráter religioso não são nem estranhas relíquias do passado, nem meros precursores, nem formas embrionárias de movimentos sociais modernos, Monteiro considera esses rebeldes como os “*agentes de uma vontade inarticulada – ou articulada segundo um código estranho ao nosso – [que] conseguiram, em certos casos, escapar ao anonimato das ocorrências policiais inexpressivas, irrompendo em nossa história oficial – como já se disse – pela ‘porta dos fundos’*”.¹⁷⁴ Portanto, para compreendê-los talvez “*seja preciso reconhecer nesses movimentos alguma coisa, que, negativamente, poderia ser designada como marginalidade e que, positivamente, poderia se qualificada como autonomia*”.¹⁷⁵

Por fim, vale ressaltar que, não obstante, o estudo nos moldes sociológicos privilegia a interpretação da sociedade como um todo em detrimento do indivíduo, Monteiro deixa falar os seus “rebeldes”, procura mostrar o resultado de suas ações e vê no sentido dos significados que eles atribuíram a uma conjuntura de crise um possível caminho para a compreensão do movimento. Para Cristina Pompa,

Os Errantes do Novo Século inaugura um novo rumo nos estudos sobre "messianismo" e, muito mais, na antropologia da religião pois o autor procura compreender a ideologia religiosa dos camponeses do Contestado, sendo a "ideologia" não um epifenômeno superestrutural da base material, mas

¹⁷³ MONTEIRO, Duglas T. (1974). *Op. cit.*, p.15

¹⁷⁴ MONTEIRO, Duglas T. “Sertão e Civilização: Compassos e descompassos” *In: Anais do Colóquio de Estudos Regionais*, comemorativo do 1º centenário de Romário Martins. Curitiba, UFPR, Boletim do Departamento de História, nº 21, 1974, p. 31

¹⁷⁵ MONTEIRO, Duglas T. “Sertão e Civilização: Compassos e descompassos”. *In: Op. cit.* (1974), p.

*um universo simbólico por meio do qual o mundo material
adquire sentido.*¹⁷⁶

O novo rumo inaugurado por Monteiro vai abrir caminho para que na década de 1990 estudos sobre o que ocorreu na região Contestada produzidos no interior da academia tentem compreender este fenômeno social através do estudo do imaginário dos “rebeldes”. Estes estudos já podem ser inscritos dentro de uma nova perspectiva historiográfica que cresceu na última década do século XX no Brasil e vem modificando o modo de fazer a história. Hoje não é mais possível deixar de lado, ou considerar como elemento menor os aspectos culturais das realidades estudadas, fazer isso é correr o risco de permanecer produzindo estudos incompletos, parciais, e algumas vezes equivocados.

¹⁷⁶ POMPA, Cristina. POMPA, Cristina. A construção do fim do mundo. Para uma releitura dos movimentos sócio-religiosos do Brasil "rústico". *Revista de Antropologia*. 1998, vol.41, n.1, p. 185

3. A visibilização do fato histórico entre transformações e permanências – as décadas de 1980 e 1990

3.1. As diversas imagens produzidas sobre o Contestado criando sujeitos múltiplos.

Além dos trabalhos escritos entre as décadas de 1950 e 1970 que foram estudados no capítulo anterior, há também o romance de Guido Wilmar Sassi “A geração do deserto”,¹⁷⁷ o primeiro a alcançar expressão no cenário literário nacional. Sassi pretendeu dar a visão dos vencidos, dar a versão dos marginalizados tentando transformá-los em sujeitos da história, no entanto, acabou transformando-os em vítimas ingênuas, sempre a mercê dos desmandos dos poderosos e do engodo de espertalhões que utilizavam a credence do povo em benefício próprio. Apesar disso, não há como não considerar o romance de Sassi como um marco na literatura de Santa Catarina e do Brasil. Publicado em 1964, sem dúvida ele representa um despertar de interesse e fonte de inspiração para diversas pessoas que resolveram se dedicar ao estudo da Guerra do Contestado. Pode-se afirmar, com certeza, que é a principal inspiração de outros escritores que escolheram o tema como cenário ou enredo de seus romances a partir dos anos 1980. O romance de Sassi foi utilizado também como fonte para o roteiro do filme “A Guerra dos pelados” do cineasta Silvio Back em 1970 que sofreu a censura do Governo Militar em 1971. O censor Roberto Antônio Coutinho hesita quanto ao real perigo do filme, mas é firme ao escrever que se tratava de um filme “*de mensagem duvidosa e conteúdo perigoso, por conter tortura, violência e ainda talvez de fundo ‘subversivo’, sem nenhuma solução pacífica*”.¹⁷⁸

Nesta década também pode ser observado que, com exceção da dissertação de Marli Auras,¹⁷⁹ os livros publicados sobre o assunto foram produzidos fora do âmbito

¹⁷⁷ SASSI, Guido Wilmar. *Geração do deserto*. 3.ed. Porto Alegre: Movimento, 2000. (1ªed. 1964). Antes do romance de Sassi foi publicado o romance Casa Verde de Noel Nascimento tendo como tema o Contestado, foi publicado no ano de 1963 em São Paulo, pela Editora Martins.

¹⁷⁸ ASSIS, Denise. "Filmes que o Brasil não viu". *Copyright no. 2/02/02*. Disponível em: <http://www.no.com.br>,

¹⁷⁹ AURAS, Marli. *Guerra do contestado: a organização da irmandade cabocla*. 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1995. A dissertação foi defendida em 1983, pela PUC/SP

acadêmico por jornalistas e pessoas das mais diversas profissões. Na maioria, gente que nasceu ou foi morar nas cidades que se desenvolveram na região contestada e em conversas com os moradores mais antigos travaram conhecimento dos fatos através da tradição oral.¹⁸⁰ Esses autores vão buscar, principalmente, nas fontes tradicionais como os artigos de jornal e os textos publicados até então o material para referenciar as histórias ouvidas nas conversas das rodas de chimarrão, e produzir, cada qual, sua narrativa sobre a Guerra Sertaneja do Contestado. É como se estivessem desfiando a trama construída até então e através dos diversos fios tecendo novas texturas. O que prevalece nas novas narrativas são os velhos elementos que dominam o imaginário instituído sobre o Contestado. A origem da população; o clima de tensão social produzido pelo avanço capitalista, a diminuição do poder local e reordenação das relações sociais, produzindo a sensação de estranhamento e desorientação; as disputas políticas, a exploração econômica, a ignorância de boa parte da população, a presença de novos modos de vida, etc., estão todos presentes. O trabalho final é sempre diverso, recebendo novo colorido e novo desenho, os pontos mais frouxos ou mais tencionados dependendo das mãos e da imaginação do artista, mas os fios parecem ser sempre os mesmos. Alguns aspectos são mais ressaltados que outros compondo tramas diversas.

Estas características também estão presentes nos romances escritos durante a década de 1990, principalmente após o ano de 1994.¹⁸¹ Mesmo aqueles que apresentam algumas idéias da chamada Nova História Cultural,¹⁸² continuam

¹⁸⁰ *CONTESTADO*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura e Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 1987; DERENGOSKI, Paulo Ramos. *O desmoronamento do mundo jagunço*. Florianópolis: FCC, 1986; OLIVEIRA, Beneval de. *Planalto de frio e lama: os fanáticos do Contestado – o meio, o homem, a guerra*. Florianópolis: FCC, 1985; THOMÉ, Nilson. *Civilizações Primitivas do Contestado*. Caçador: Imprensa Universal, 1981; _____. *Guerra Civil em Caçador*. Caçador: FEARPE, 1984; LEMOS, Zélia de Andrade. *Curitibanos na história do Contestado*. 2. ed. rev. e aum. Curitibanos: Imprensa Frei Rogério, 1983

¹⁸¹ Cito aqui entre outros, os romances que foram fichados durante esta pesquisa: FORTES, Telmo. *Glória até o fim: Espionagem militar na Guerra do Contestado*. Florianópolis: Insular, 1998; OLIVEIRA NETO, Godofredo. *O bruxo do Contestado*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996. PRADI, Cirila de Menezes. *Chica-Pelega do Taquaruçu*. Florianópolis: IOESC, 2000; SCHÜLER, Donald. *Império Caboclo*. Florianópolis: Ed. UFSC, FCC; Porto Alegre: Ed. Movimento, 1994; VASCONCELLOS, Auro Sanford de. *O dragão vermelho do Contestado*. Florianópolis: Insular, 1999; _____. *Chica Pelega – a guerreira de Taquaruçu*. Florianópolis: Insular, 2000.

¹⁸² A Nova História Cultural veio dar conta de uma dinâmica social mais complexa com a entrada em cena de novos grupos, portadores de novas questões e interesses. Toda uma diversidade que os

utilizando todos os termos e conceitos forjados durante o século XX sobre o Contestado. Para se ter uma idéia de como as visões anteriores são utilizadas todas para compor novas narrativas, ao falar das “causas remotas e iniciais”, um dos autores, Paulo Derengoski comenta que “A Guerra do Contestado” foi um “*acontecimento multifacético, complexo, fruto de inúmeras causas*”:¹⁸³

(...) *aberrações sociais, patologia econômica, questões limítrofes entre Estados, arrocho fiscal, surto messiânico, fanatismo religioso, disputas políticas provincianas, luta pela posse de terras, cobiça por pinheirais, açambarcamento de erva-mate, avanço de grupos estrangeiros, grilagem, ignorância, milenarismo, miséria.*¹⁸⁴

Quando se comparam as causas elencadas por quem escreveu anteriormente com estas, é possível observar que todas as novas visões vão sendo “anexadas” àquelas colocadas pelos primeiros textos ainda no final da década de 1910. Todas são consideradas igualmente mesmo que as mais recentes tenham sido usadas para negar algumas das anteriores. Isso não é um fato isolado e se repete até hoje, alguns autores de livros com narrativa histórica e a grande parte dos romancistas que utilizaram o Contestado como tema e escreveram nos últimos cinco anos do século XX misturaram as mais diversas concepções sem o menor cuidado com as prováveis incoerências resultantes. Todas as causas levantadas aparecem, às vezes, misturando visões conflitantes, o fanatismo se confunde com o messianismo e o milenarismo e também com reivindicação de propriedade. No fim, acabam embotados, nem um, nem outro, todos ao mesmo tempo, parece que isso é irrelevante, o importante é lembrar de um modo novo. Desse modo, nos esclarece Foucault, as palavras remetem sempre a outras palavras e a outros discursos, e assim, o discurso que vai se tornando memória retoma o mesmo, mas está sempre sofrendo deslocamentos.¹⁸⁵ “*As crenças*

modelos de análise e paradigmas explicativos da realidade globalizantes não davam mais conta. PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História Cultural*. Belo horizonte: Autêntica, 2003, p. 09. Ver também HUNT, Lynn.(org.). *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

¹⁸³ DERENGOSKI, Paulo Ramos. *Op. cit.*, p. 67

¹⁸⁴ DERENGOSKI, Paulo Ramos. *Op. cit.*, p. 10

¹⁸⁵ FOUCAULT, Michel. “O que é um autor?”. In: _____. *Pintura, música e cinema*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. (Coleção Ditos e Escritos, vol. III), p. 284

ingênuas, o misticismo feroz, as aberrações católicas, o gnosticismo bronco, entre outros, forma fatores ideais para o surgimento de lideranças messiânicas".¹⁸⁶ E o conceito de messianismo, intensamente colocado em discurso pelos sociólogos, assume agora todas as causas contra as quais, inicialmente, ele fora convocado a combater.

Nessa miscelânea toda, as personagens acabam tendo o mesmo destino, assumem todas as máscaras que superpostas impedem, paradoxalmente, se chegue a uma suposta "essência" que alguns autores perseguem incansavelmente. Os sertanejos são "caboclos", "matutos", "inteligentes guerrilheiros", "fanáticos", "loucos", "jagunços", "humildes", "bravos", "destemidos", "bandidos", "endemoniados", "audaciosos", e, claro, "errantes do novo século". A expressão utilizada por Duglas Monteiro faz muito sucesso, por ser, talvez, poética, o mesmo não acontece com a outra, "rebeldes", utilizada também por ele influenciado pelos estudos do historiador inglês Eric Hobsbawm. Esta nomeação vai ser utilizada com mais frequência nos trabalhos acadêmicos produzidos durante a década de 1990 quando a obra do historiador inglês já está consolidada e já é considerada uma das mais importantes da segunda metade do século XX. Segundo Duglas Monteiro, para Hobsbawm estes fenômenos sociais não são marginais pelo simples fato de que "*os que nele se envolveram pertencem a uma categoria que forma ainda a maioria em muitos países. E foi esta maioria que, ao adquirir consciência política, fez deste século o mais revolucionário da história*".¹⁸⁷ Portanto, enquanto existia no meio acadêmico uma certa tendência em ver esses fenômenos sociais como sendo produzidos por indivíduos à margem da sociedade, ou "minorias", a idéia de rebeldia como expressa por Hobsbawm não recebia a atenção devida. Por outro lado, ela é por demais "real", não possui tanto apelo literário, não desperta a imaginação do leitor e talvez não prenda sua atenção, então ela aparece mas vem dissimulada, acompanhada por expressões de forte apelo imaginativo.

¹⁸⁶ HOMEM, Carlos. "Prefácio". In: FELIPPE, Euclides J. *Op. cit.*, p.08

¹⁸⁷ MONTEIRO, Duglas T. "Sertão e Civilização: Compassos e descompassos" In: *Op. cit.*, (1974), p.33

Portanto, quando se quer colorir a trama, não se poupa imaginação, e assim – o Exército de São Sebastião será engrossado pela “imensa horda molambenta” dos ressuscitados – “tropas de mortos-vivos” a sair das tumbas.¹⁸⁸

*O povaréu das serras parecia ensandecido e aderiu em massa à **rebelião**: eram ervateiros, fazendeiros, políticos provincianos, aventureiros, biscateiros, desempregados, molambentos, desertores, mandraqueiros, cavaleras, vagamundos, ratos e homens.*

Mas a grande massa (...) era constituída de antigos lavradores, empobrecidos na falta de terra, da qual não esperavam nada mais a não ser a cova.¹⁸⁹[grifo meu]

Neste universo discursivo de personagens multifacetadas e tramas indefinidas, os sujeitos são todos em um. E no fim, o “caboclo” do início não se transfigura apenas em “jagunço fanatizado” como quisera perceber Maurício Vinhas de Queiroz, é também “vítima”, “herói”, “Homem do Contestado”, “Árabe”, “trabalhador despossuído”, “sem-terra”, “vencido”, “excluído”. São estas várias faces que tentaremos descrever a partir de agora através das tramas discursivas produzidas durante as últimas duas décadas do século XX

3.1.1. O caboclo.

É comum encontrar nas obras escritas sobre o Contestado um capítulo ou tópico destinado à descrição do que se chama ‘elemento humano’ do cenário. Vale lembrar aqui que os autores que escolhem escrever desta maneira frequentemente utilizam a metodologia usada por Euclides da Cunha em sua obra *Os Sertões*,¹⁹⁰ publicada em 1902, na qual ao narrar os acontecimentos do levante sertanejo que ficou conhecido como a Guerra de Canudos, destina um capítulo para descrever a terra e outro para descrever o Homem.

¹⁸⁸ DERENGOSKI, Paulo Ramos. *Op. cit.*, p. 25

¹⁸⁹ DERENGOSKI, Paulo Ramos. *Op. cit.*, p. 80

¹⁹⁰ CUNHA, Euclides da. *Op. cit.*, (1991).

Ao descrever o que seria este “homem de Canudos”, Euclides da Cunha envereda pela discussão da mestiçagem no Brasil, colocando em destaque o que é para ele a complexidade do problema etnológico do país. O brasileiro, este “tipo abstrato que se procura”, só poderia surgir de um entrelaçamento consideravelmente complexo, ainda mais complexo no caso do Brasil devido a grande variação no meio físico, que contribuiria significativamente para as diferenças que se constatavam entre os diversos “tipos humanos” espalhados pelo interior do país.

E o tipo humano escolhido para representar a população da região contestada foi o “caboclo”. A centralidade da questão da mestiçagem na maior parte dos textos sobre o Contestado pode ser atestada pelo fato de que mesmo as obras que não abordam explicitamente a questão, ou seja, para seus autores ela não é uma preocupação, nem parece fazer parte de suas teses explicativas, os sertanejos, via de regra, são denominados “caboclos” em algum momento da narrativa.

Alguns, ao buscar longe no passado uma origem para estas pessoas acabam ressaltando a intensa mistura que caracteriza toda a trajetória dos grupos humanos pela superfície do planeta em busca de sobrevivência e que, antes de ser uma particularidade de algum grupo específico, é mais uma regra da humanidade. A própria idéia de “mistura” trai a crença de que existam raças puras, o que sem dúvida não deixa de ser uma ilusão, um sonho vão de pertença a alguma essência não corrompida. Essa busca eterna e sem saída só acabaria por força de um querer pessoal que arbitrariamente estipula uma “origem” qualquer, de acordo com o interesse próprio. Caso contrário, aquele que procura corre o risco de se perder em meio a tantos “começos” possíveis. Schüller Sobrinho foi à busca de uma origem para o “caboclo” da região contestada e, convenientemente, escolheu como ponto de “partida” ou de “chegada” o Árabe. Mas, qual é a origem do povo árabe? E vale perguntar, qual é a origem da origem? E assim indefinidamente. Além disso é possível objetar que a “origem” poderia ser todos os povos dos quais um dado sujeito descende e utilizar um trecho do próprio Schüller Sobrinho como argumento:

Este homem, o caboclo, no período de 1550 e 1912, (...), já era miscigenado, como veremos, entre árabes, berberes,

*maragatos, e visigodos da Península Ibérica, visigodos vindos para o Brasil e outros nascidos na Terra de Santa Cruz, negros escravos e outros já nascidos brasileiros, índios Carijó, Guarani e, principalmente, Xokleng que habitavam as terras serranas,(...).*¹⁹¹

Em alguns livros a nomeação “caboclo” aparece em certos momentos sem o devido cuidado ou justificativa de seu uso, mesmo quando há um esforço em se referir a eles como sertanejos de modo genérico pois, como se sabe elementos de outras etnias também se juntaram ao movimento. E, ainda que alguns não concordem ou considerem isso um exagero, esta nomeação carrega consigo uma enorme carga de preconceito e estigmas, principalmente por trazer à memória a ascendência negra e, sobretudo, indígena daquelas pessoas, consideradas, por alguns, ainda hoje, as principais causadoras de vícios, degenerescências e outros tantos traços negativos na população brasileira. Além disso, estou considerando que qualquer hierarquia, seja racial, de classe ou de gênero possui uma dimensão lingüística, pois “*qualquer arena social está permeada pelas práticas significantes, e qualquer ação política é sempre tomada dentro de um horizonte de significados culturais e interpretações*”.¹⁹² E as nomeações são elementos discursivos importantes nos contextos das relações humanas e que funcionam como instrumentos da luta pelo poder dos diferentes discursos. E essa luta se dá na subjetividade dos indivíduos, afinal, de acordo com Foucault “*(...) somos julgados, condenados, classificados, obrigados a desempenhar tarefas e destinados a um certo modo de viver ou morrer em função dos discursos verdadeiros que trazem consigo efeitos específicos de poder*”.¹⁹³

Felizmente, alguns autores, apesar de abordar a miscigenação (principalmente devido a certas etnias) da população como uma causa ou elemento importante para os eventos do Contestado, tentam apresentá-la como positiva no decorrer de seus textos.

¹⁹¹ SCHÜLLER SOBRINHO, Octacílio. *Taipas: origem do homem do Contestado*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000, p. 14

¹⁹² COSTA, Cláudia de Lima. “Sujeitos ex/cêntricos: explorando fronteiras das teorias feministas”. In: *Fazendo Gênero: Seminário de Estudos sobre a Mulher, Anais...*, Florianópolis: Ed. da UFSC, 1994, p.51

¹⁹³ FOUCAULT, Michel. “Soberania e disciplina”. *Op. cit.* (1993), p. 180

Um exemplo importante a ser citado é do hoje historiador Nilson Thomé¹⁹⁴ que vai ressaltar em suas obras a contribuição cultural dos indígenas da região, sejam eles Guarani, Kaingang ou Xokleng. Embora uma ressalva possa ser feita aqui pois considero, como Eni Orlandi, que reconhecer apenas o cultural é apagar o histórico, o político, e é um dos princípios mais fortes do chamado discurso colonial. E seus efeitos, que permanecem até hoje, além de nos submeterem ao “espírito” de colônia, negam nossa historicidade, afinal nos apontam como seres culturais, não nos dando outro direito a não ser o de termos particularidades, singularidades, peculiaridades culturais, nos tornam a-históricos.¹⁹⁵ É isso que continuamos a fazer com relação aos índios, negros, e seus descendentes, eles parecem ter o direito de serem apenas “culturais”. Eles nunca serão sujeitos históricos enquanto continuarmos a definí-los com conceitos etnocêntricos, enquanto apenas lembrarmos de seu legado cultural, para dar-lhes um lugar na história que não é a deles, numa tentativa clara de desfazer uma injustiça ou pedir uma reparação pelas possíveis ofensas sofridas. É preciso sim manter viva a memória do passado para que situações análogas não se repitam, mas é preciso cuidar para não reproduzir ou recriar mitos e representações que mantêm indivíduos à margem da sociedade e os silencia como sujeitos históricos. A intenção pode ser boa mas o resultado não contribui na prática para transformar a realidade.

Mas não posso ser injusta com a obra de Nilson Thomé pois ele não se restringe a valorizar a herança cultural dos “caboclos” da região contestada, ele faz um esforço desmedido para humanizá-los e retirar da memória da população da região todo o estigma que pesa sobre seus antepassados. Este autor salienta, em muitas ocasiões, que “o bando de fanáticos” que o Exército Brasileiro esperava desbaratar na região não era só composto de jagunços, bandidos, foragidos da justiça,

¹⁹⁴ Nilson Thomé é natural de Caçador, Região do Contestado. Jornalista e professor, licenciado em História e mestre na área da Educação. É fundador e atualmente diretor do Museu Histórico e Antropológico da Região do Contestado desde 1974, é professor da Universidade do Contestado – Campus de Caçador. Possui diversas publicações sobre o Contestado o que torna sua obra de grande relevo na Historiografia catarinense.

¹⁹⁵ ORLANDI, Eni P. *Terra à vista. Discurso do confronto: velho e novo mundo*. São Paulo: Cortez; Campinas: UNICAMP, 1990, p. 15

mas sim que a maioria era toda uma população denominada por ele de “geração mameluca”.¹⁹⁶

Thomé também sente a necessidade de esclarecer o que é para ele o “caboclo”. Procura mostrar a existência de várias etnias que se misturando entre si produzem este tipo humano: o branco, o índio, o negro, o mameluco, o cafuzo, o mulato. No entanto, para ser o “verdadeiro caboclo”, o qual Thomé toma a liberdade de denominar o “caboclo pardo”, ele precisa manter características próprias que o tornariam inconfundível onde quer que se apresente:

É o caboclo o cidadão do Planalto Catarinense, desde o início do século proletário do campo, do sertão ou da roça, o sertanejo, o caipira, bastante místico, voz grossa, mas lento no andar, desconfiado, afeiçoado à caça e à pesca. De pele pardacenta, nele corre o sangue alegre, afeito, trabalhador, disposto e justo do negro escravo; do bravo guerreiro indígena, indolente e sempre temido. Tem dentro de si alto sentimento de justiça, do bem e do coletivismo dos desbravadores, colonizadores e povoadores. Assim é o caboclo da nossa região, o de ontem e o de hoje. Desde seus primórdios guarda suas virtudes e seus defeitos, é corajoso, instintivo e violento, ao mesmo tempo em que é franco, leal e honrado.¹⁹⁷

Essa caracterização se repete na maioria das obras sobre o Estado Catarinense sempre que se descreve sua gente e seus costumes. Existe uma insistência em tecer comparações com os habitantes do litoral como se as pessoas, tanto do planalto quanto do litoral e demais regiões, se enquadrassem todas perfeitamente no interior de uma mesma descrição imutável porque fruto do meio e das características biológicas de seus ancestrais.

Assim, apesar de Thomé desejar iniciar uma valorização de parcela da população regional através da exaltação dos feitos gloriosos e bravos dos sertanejos do Contestado, acaba caindo na velha armadilha da diferença entre as etnias. A velha classificação que mesmo afirmando apenas características supostamente positivas

¹⁹⁶ THOMÉ, Nilson. *Guerra Civil em Caçador*. Caçador : FEARPE, 1984, p. 08

¹⁹⁷ THOMÉ, Nilson. *Op. cit.* [1984], p. 09

termina reafirmando antigos preconceitos de raça, reproduzindo os estereótipos que excluem ao invés de promover o sentido de união entre a diversidade, ou mesmo o sentimento de pertença ao grupo através de um novo elemento comum, o “mestiço”, o que parece ser sua intenção. Mas o que seria essa “voz grossa” que o tornaria inconfundível? Thomé utiliza características que não são, em hipótese alguma, distintivas de algum grupo étnico. Esse “mestiço” que parece tão bem definido, mas que ninguém consegue, ou quer, nele se reconhecer, termina sempre sendo produto de um mesmo negro, aquele alegre, trabalhador; de um mesmo indígena, que só lhe cabe ser guerreiro, indolente e assustador, porque sempre temido, e de um mesmo branco, o senhor da justiça, do bem e do coletivismo. As etnias negra e indígena como definidas por Thomé podem ser consideradas particularmente conflitantes, resultando da sua “mistura” um sujeito que, por exemplo, é trabalhador e ao mesmo tempo indolente, sem dúvida o “produto” acaba sendo totalmente indefinido. Uma cilada discursiva certamente, mas é preciso estar atento para que os preconceitos não sobrevivam. Os três – será que posso assim chamar – “arquetipos” representariam a essência de cada um de nós, brasileiros, afinal não somos a “mistura” de todos aqueles que por aqui andaram? Mas essas características, obviamente, nunca satisfazem a todos, em todos os momentos, em todas as relações, e acabam servindo apenas para descrever o “outro”, esse ser tão fácil de ser definido.

É relativamente fácil estabelecer um tipo humano quando não nos identificamos a ele, mesmo quando a intenção é utilizar sua figura como espelho para os demais, pois sempre se pode situá-lo e mantê-lo preso num passado transformado em comum a todos, assim como fez Esperidião Amim. Segundo Amim, o “Homem do Contestado” foi um homem que existiu e foi destruído tanto física quanto culturalmente, e por isso sua memória precisa ser “resgatada” para que não se perca seu valor e exemplo para a História de Santa Catarina¹⁹⁸. No entanto, Nilson Thomé não quer apenas restabelecer um tipo perdido no passado, o seu “caboclo pardo” diferencia-se por ainda existir.

¹⁹⁸ A invenção do Homem do Contestado será objeto de discussão no tópico 3.1.4 na seqüência deste capítulo. HELOU FILHO, Esperidião Amim. “O Homem do Contestado”. In: CADERNOS DA CULTURA CATARINENSE. *Op. cit.*, (1984), p.02.

3.1.2. O fanático e o jagunço

Como foi visto no primeiro capítulo a utilização da noção de fanatismo para explicar os fenômenos sociais que estremeciam a ordem pretendida pelas elites dirigentes do país durante as primeiras décadas da República pode ser pensada a partir do temor republicano em perder o poder muito recentemente adquirido e a fragilidade dos alicerces da nova realidade política, o que fazia com que tudo fosse visto como uma constante ameaça a sua posição. Além disso o “fanatismo” e a idéia de loucura que o acompanha fornece justificativas para a repressão pela força sem que haja necessidade de se aprofundar na explicação do assunto. Estas idéias permaneceram até a década de 1950 através da utilização feita pelo médico Aujor Ávila da Luz dentro de uma tradição criminalista em explicar “atrasos” e “atavismos” da população através da loucura. Mas o que faz com que, em plenas décadas de 1980 e 1990, após toda a discussão sociológica produzida sobre estes fenômenos sociais, persistam visões que insistem em reduzir toda a complexidade das relações sociais a questões de normalidade/anormalidade? A nomenclatura “fanático” continua presente em alguns textos produzidos recentemente e, mesmo acompanhada de tantas outras, continua marcando uma diferença nas personagens da história contada.

O exemplo mais contundente é um pequeno livro de Walter Tenório Cavalcanti.¹⁹⁹ Poderão objetar que é um título sem importância, perdido em meio a tantas obras de maior valor historiográfico e literário. No entanto, o pequeno livro está lá nas prateleiras das bibliotecas municipais e quiçá das Escolas espalhadas pelo Estado. Eu o considero um livro convidativo à pesquisa dos alunos pelo seu tamanho, o número reduzido de páginas e um subtítulo bem objetivo: “Verdade Histórica”. Aqui temos mais um exemplo do que a tradicional concepção de história²⁰⁰ pode gerar um discurso que se outorga verdadeiro e tenta ser definitivo, recusando todas as outras versões, inclusive as que poderão vir a aparecer futuramente. Seu conteúdo

¹⁹⁹ CAVALCANTI, Walter Tenório. *Guerra do Contestado: verdade histórica*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1995. Walter Tenório Cavalcanti é alagoano mas morou no Planalto Serrano catarinense boa parte de sua vida, advogado foi vereador em Curitiba e eleito Deputado Estadual em 1951.

²⁰⁰ ver uma breve discussão sobre a concepção de história que podemos chamar de “tradicional” na produção historiográfica catarinense no texto de Cristina Scheibe Wolff, “Historiografia catarinense:

para os menos avisados pode produzir efeitos nefastos no conhecimento histórico que terão sobre este acontecimento, pois seu discurso principal e incansavelmente repetido por todo o texto consiste em deixar bem claro que tudo o que se produziu até então sobre o assunto é inverídico e digno de descrédito. Como ele se considera o autor que, por ser altamente credenciado, pode oferecer a versão verdadeira, definitiva e isenta de quaisquer interesses escusos ou segundas intenções, tudo o mais que se diga deve ser, portanto, alvo de desconfiança. Além disso, o livro foi publicado pela Editora da Universidade Federal de Santa Catarina e apresentado pelo Historiador e Professor da mesma Universidade Carlos Humberto Corrêa, o qual justifica a publicação por apresentar novos argumentos sobre a questão. Embora Corrêa questione a metodologia utilizada por Cavalcanti, considera a publicação importante por oferecer documentos inéditos, portanto, um material pouco explorado, qual seja alguns depoimentos feitos ainda na década de 1920 de participantes e testemunhos dos acontecimentos. O discurso que se vende explicitamente como verdadeiro recebe, portanto, o aval de uma das instituições mais importantes do meio intelectual catarinense reforçado pelas palavras de um dos professores mais eméritos e reconhecidos da disciplina de História no cenário estadual.

O maior propósito de Cavalcanti é mostrar os equívocos de todos aqueles que, no lugar de considerar o “puro e simples fanatismo” na explicação para ter ocorrido a Guerra do Contestado, acabam “inventando” outros tantos elementos que ao seu ver não tiveram nenhum papel importante no desenrolar de todos aqueles acontecimentos. Sua tese claramente e repetidamente expressa por todo o texto é de que a “guerra” teria sido tão somente causada pelo “puro e simples fanatismo” de caboclos: “*lutavam porque eram fanáticos, e queriam salvar suas almas*”, “*Foi uma Guerra na qual foram forçados a tomar parte, sertanejos fanatizados por um ‘monge’ carismático, (...)*”.²⁰¹ O autor acaba sendo tão insistente que chega a se desculpar em seus “esclarecimentos preliminares” justificando que os argumentos são tão contundentes e decisivos, derivados de fatos comprovados, que necessitam ser expostos várias vezes, e ele assim o faz incansavelmente.

uma introdução ao debate”. In: *Revista Catarinense de História*, Florianópolis, n.º 2, pp. 5-15, 1994

²⁰¹ CAVALCANTI, Walter Tenório. *Op. cit.*, p. 20

Em seu discurso estão postas claramente suas opções políticas e utiliza seu livro para atacar o que a seu ver é uma visão ideológica equivocada. Cavalcanti acredita que outros trabalhos, por pretenderem exaltar os caboclos heróicos, acabam por lhes emprestar intenções de lutas de classes, ou por terras, ou por direitos. Ele chega a utilizar a narrativa de versões anteriores para “provar” que a guerra não foi feita pelos sertanejos, mas contra eles, que apenas teriam revidado à agressão das forças policiais. E estando esta premissa provada pelos fatos, segundo o autor cairiam por terra todas as teorias dos novos historiadores que afirmam que os sertanejos teriam promovido uma guerra pela terra. Segundo Cavalcanti apenas uma minoria sofria injustiças, a maioria seria composta de famílias assentadas, de profissões variadas, pequenos e grandes proprietários, posseiros com suas casas e roças. É uma tentativa de destituir os sertanejos de toda vontade de luta contra possíveis injustiças sofridas por parte da população local naquele período, destituí-los de uma certa autonomia presente em suas ações. Ele reforça isso citando alguns donos de terras que teriam abandonado tudo e aderido ao movimento por puro fanatismo, mostrando o desapego por coisas materiais entre os adeptos, além de lembrar que recusavam utilizar a moeda oficial da República. Argumenta também que as pessoas que entrevistou confirmam que na época o que mais sobrava era terra devoluta, isso ele mesmo pode testemunhar, pois mesmo em 1926 quando era funcionário da prefeitura de Curitiba o preço era módico e a expedição dos títulos também não era exorbitante. Segundo ele, o sertanejo poderia comprar dez alqueires com a quarta parte do milho que colheria num ano. *“Lutar por terras, naqueles tempos, seria brigar por água na Amazônia”*.²⁰²

Defende que eles tinham pouca instrução e continuaram a ter durante várias décadas após aqueles acontecimentos, que além disso, sofreram sim, privações, mas que com paciência se conformaram com sua sorte. Sendo comum ouvir: *“É Deus quem quis”*. Para ele os pobres são conformados com a vida que levam, nunca lutaram contra o *“sistema opressor”*, *“salvo, naturalmente, nos dias atuais, insuflados por demagogos e extremistas da esquerda”*. Sustenta que estes raciocínios que

²⁰² CAVALCANTI, Walter Tenório. *Op. cit.*, p. 72

concebem “luta de classe” são próprios de poucos comunistas que, “*ainda hoje, continuam com seu sonho – seu fanatismo – no Brasil e em poucos outros lugares*”.²⁰³ Como lutariam eles por terras se um dos motivos que impelem milhões de pessoas dos campos para a cidade, após venderam ou simplesmente abandonarem suas pequenas propriedades, é o fato de que eles não gostam do estafante, penoso trabalho, dependente da enxada!

Seu discurso é contraditório e ambíguo em muitos momentos, tanto que sustento que suas idéias não suportam uma análise um pouco mais cuidadosa. Ao mesmo tempo em que defende sua tese do fanatismo com frases do tipo “*Os fanáticos tiveram essa gloriosa loucura – uma loucura coletiva – exatamente porque eram fanáticos e acreditavam no auxílio sobrenatural (...)*”²⁰⁴ do monge José Maria e do Exército de São Sebastião; conjectura que os “milhares de caboclos” não eram loucos a ponto de se insurgirem contra todo o resto do país, eles não cometeriam tamanha estupidez. Tinham pouca instrução, mas eram inteligentes!

O discurso ambíguo de Cavalcanti não é o único a utilizar a expressão “fanáticos”, ela é muito utilizada também, nos romances sobre o Contestado, pois a ficção permite imaginar (e colocar) pensamentos, julgamentos e reações mentais das personagens históricas frente a determinadas situações. Portanto, boa parte das personagens que não são seguidoras do monge, expressa julgamentos e condenações nas quais as expressões estigmatizantes são utilizadas para criar os dramas, as emoções que caracterizam um bom romance. A utilização das obras literárias neste momento do trabalho não serve apenas como simples ilustração. A literatura “*dá a ver sensibilidades, perfis, valores. Ela representa o real, ela é fonte privilegiada para a leitura do imaginário. Porque se fala disto e não daquilo em um Texto?*”²⁰⁵ Portanto, ela conta para o historiador pensar o tempo da escrita, dando pistas sobre a escolha do tema e de seu enredo, ou sobre as expectativas de uma dada época em relação à realidade vivenciada.

²⁰³ CAVALCANTI, Walter Tenório. *Op. cit.*, p. 56

²⁰⁴ CAVALCANTI, Walter Tenório. *Op. cit.*, p. 90

²⁰⁵ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Op. cit.*, p. 82

Como a maior parte dos romances sobre o Contestado foi publicada na década de 1990 não é de se estranhar que, apesar da expressão “fanáticos” ser muito utilizada, alguns romancistas relativizem o fanatismo. Portanto, é comum que para algumas personagens os sertanejos sejam “temíveis fanáticos”, enquanto para outras eles são “os fiéis de José Maria”. Em o *Bruxo do Contestado* de Godofredo de Oliveira Neto, por exemplo, eles são “um grupo de fiéis armados contra os soldados pecadores e republicanos que não concordavam com o novo reino de justiça”, eram “o exército de adeptos” convocados pela “milícia do reino da justiça”.²⁰⁶ Além dessa visão geral, algumas personagens possuem uma visão particular dos sertanejos, para Gerd, eles eram “os que tinham a sorte de ver Deus”.²⁰⁷

Outra característica comum é a mistura das várias concepções produzidas nas décadas anteriores o que faz com que surjam idéias como essa em que o Contestado representa um “ideal messiânico louco”.²⁰⁸ Oliveira Neto, por exemplo, acaba associando messianismo com loucura e nada mais faz que torcer os significados para manter a conotação de fanatismo reduzido à loucura das visões mais tradicionais.

Até a destruição do reduto de Taquaruçu, em fevereiro de 1914, os sertanejos seguidores do monge José Maria eram chamados apenas de “fanáticos” pela imprensa e diferentes setores do governo. Após este evento, com o crescimento dos conflitos e a militarização dos sertanejos, as denominações de “banditismo” e “jaguncismo” passam a acompanhar o termo “fanatismo”.²⁰⁹ Isto também pode ser observado na maior parte dos livros sobre o assunto, se no início os sertanejos são denominados “caboclos” e “fanáticos”, a partir de certos pontos das narrativas eles passam a ser denominados também de “jagunços”, “bandidos”, “facínoras”.

Souza Barros ao estudar o messianismo e violência de massa no Brasil caracteriza o jagunço deste modo:

²⁰⁶ OLIVEIRA NETO, Godofredo. *O bruxo do Contestado*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996, pp.21-22

²⁰⁷ OLIVEIRA NETO, Godofredo. *Op. cit.*, p. 23. “Gerd” é a personagem principal do romance, que sonha, muitos anos após o fim da Guerra, em ser um seguidor de José Maria.

²⁰⁸ OLIVEIRA NETO, Godofredo. *Op. cit.*, p. 40

²⁰⁹ PINHEIRO MACHADO, Paulo. *Op. cit.*, p. 23

O jagunço era e continua sendo, em algumas áreas, um elemento ligado aos donos da terra, que servia e serve sob seu mando. Tinha e tem ainda hoje uma vida de armas, sem obrigação com os trabalhos comuns nas propriedades. Havia casos mistos de jagunços com suas roças, suas ocupações com gado, mas sempre predispostos a dar uma ‘mãozinha’ nas rixas patronais. O hábito do uso de armas e prática de crimes de morte não eram censuráveis. Admirava-se a valentia, a disposição para a luta, e tinha-se mesmo respeito ao executor de muitas mortes. Não se permitiam porém, os crimes contra a propriedade.²¹⁰

Portanto, se, ao escrever sobre a Guerra Sertaneja do Contestado, alguém escolhesse utilizar a expressão “jagunço” considerando esta concepção, estaria mencionando também todos os homens que, a mando dos coronéis, formaram piquetes civis para ajudar as tropas do Exército e ficaram conhecidos na época como “vaqueanos”. Mas na região do Contestado este nome assumiu nova conotação e passou a ser utilizado, principalmente, para designar os “caboclos” que foram morar nos redutos, devido sobretudo aos grupos que foram formados para a defesa das “cidades-santas” e passaram a assaltar as fazendas, propriedades e vilas em busca de mantimentos para os redutos que cresciam assustadoramente e não mais conseguiam se auto sustentar.

Atualmente, são comuns, na tradição oral da região, as lembranças sobre o assunto serem expressas com declarações do tipo: “no tempo dos redutos” ou “no tempo dos jagunços”. Mas, estas expressões não se referem aos homens contratados pelos “coronéis” para fazer a “segurança” das propriedades, e muito menos para os civis que auxiliaram as forças legais. Zélia Lemos, por exemplo, afirma que Maurício Vinhas de Queiroz não entendeu pontos da antiga organização social da Vila de Curitiba pelo fato de ter tratado os poucos defensores da Vila pelo termo “capangas”. Ela esclarece que “(...) ‘capanga’ era o ‘camarada-servil’ que vivia às custas do amo, como guarda-costas a serviço da violência”²¹¹ e, portanto, Vinhas de Queiroz não deveria utilizar este termo também para os voluntários que acorreram ao

²¹⁰ BARROS, Souza. *Messianismo e violência de massa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1986, p. 58

²¹¹ LEMOS, Zélia. *Op. cit.*, p. 124

chamado de alerta para defender a Vila dos ataques dos bandos de “jagunços”. Portanto, se o nome “jagunço” serve para denominar um certo tipo social que surge a partir dos acontecimentos do Contestado, aqueles que anteriormente eram assim chamados passam a receber somente seu outro nome equivalente, o de “capanga”. Esse exemplo demonstra de modo específico como é construída uma “diferenciação” de certos sujeitos sociais através de nomes já utilizados normalmente, mas que assumem novos significados.

Essa “transfiguração” de nomes traduz, em parte, os jogos de linguagem e poder que atravessam as relações cotidianas fazendo com que o indivíduo que antes era tão somente um pobre “fanático” passe a ser um “jagunço” temido e perigoso. Portanto, ao mesmo tempo em que o sujeito recebe toda a carga de significados da nova nomeação, os significados que o sujeito traz consigo através de suas práticas, num lance recíproco, passam para o nome. É assim que, nesse jogo inter cruzado de significados o “jagunço”, um elemento primeiramente produzido pela dinâmica social de algumas regiões brasileiras, acaba tendo sua origem explicada pelos caracteres biológicos, como é o “caboclo”. Mostrando como pode ser persistente o modo de naturalizar os objetos e tornar o que é muitas vezes uma particularidade em algo universal, tornando assim, mais fácil a sua assimilação pelos sistemas de pensamento.

Acredita um professor da Universidade do Contestado, por exemplo, que é de um verdadeiro “caldeirão social” que surge o jagunço:

Neste amalgamado de pessoas, da mais variada mestiçagem, vindos de diversos Estados, formaram-se grupos, etnias, costumes. Assim, com este fator histórico e cultural, elementos que já haviam sido aculturados em outros quadrantes, e por isso mesmo traziam novos matizes e novos valores, emprestaram uma fisionomia de violência messiânica, vivendo e disputando na sombra das matas, na fúria dos combates sangrentos, das tocaias e dos ajustes selvagens.” – “Surge aí o jagunço.”²¹²

Como foi discutido em capítulo anterior, a mestiçagem da população foi considerada por autores como Aujor Ávila da Luz a causa maior do fanatismo, ela

²¹² HOMEM, Carlos. “Prefácio”. In: FELIPPE, E. *Op. cit.*, p. 08

agora é por transferência, considerada a origem do “jaguncismo”. Portanto, o chamado “mestiço” continua a constituir um local privilegiado para fenômenos como o de “fanatismo” e “jaguncismo”, pois é certo, para alguns, que vem da “mistura” a inconstância, o gosto pela violência, pela vingança. Nada mais surpreendente que essas noções sejam utilizadas por alguns hoje para virar o jogo, para criar uma identificação positiva, através de uma memória reconstruída diariamente nas conversas sobre o passado de forma a valorizá-lo e assim tentar marcar uma posição social proeminente no presente.

*Vaidosos de seu papel de valentes e batendo-se lealmente pelos mandões que os chefiavam, militarmente arregimentados, instituíram a desordem no banditismo disciplinado, matando inocentes, saqueavam fazendas e vilarejos. Alugavam muitas vezes sua valentia. A história destorcendo os fatos, transformou alguns destes episódios em atos de heroísmo, fazendo com que hoje alguns mal-informados se orgulhem da sua origem jagunça.*²¹³

Não há por que considerar como “má-informação” o motivo pelo qual se tenta criar uma identificação positiva com um fato que hoje vem sendo revisitado e utilizado por políticos e movimentos sociais como exemplo de luta pela criação de melhores condições de vida. Além disso, sendo ou não exemplo a ser seguido, não há motivo para recriminar aqueles que sofrem na pele o preconceito por serem descendentes dos “pelados” pelo fato de utilizar sua própria condição para criar estratégias de valorização pessoal e mesmo de grupo virando o jogo. O constante refazer das identidades sociais que se dá justamente pela utilização dessas estratégias, a primeira vista, paradoxais, mostra como na maioria das vezes criar identidades a partir do que já está em discurso é muito mais viável do que formar todo um novo referencial de identificação. Ainda mais no caso em questão, quando parte da historiografia e da literatura ao escrever sobre o Contestado transforma seus protagonistas em vítimas e depois passa a exaltá-los como heróis.

²¹³ HOMEM, Carlos. “Prefácio”. In: FELIPPE, E. *Op. cit.*, p. 08

3.1.3. As vítimas e os heróis

Antes de serem transformados em Heróis, os sertanejos que combateram o Exército brasileiro no Contestado foram vistos sob o prisma da vitimização. Esta visão sobre os fatos não é recente e já pode ser percebida nos textos dos contemporâneos ao acontecimento. Por um lado, os cronistas da época assumiam um tom destemperado ao apresentar seus adversários como “dementes”, “bandidos”, por outro também utilizavam observações de teor paternalista, como quando criticam o governo por deixar as gentes do interior do país no mais completo abandono, sem cuidados de saúde e sem acesso à educação. Os sertanejos passavam, pois, de bandidos enlouquecidos a vítimas da realidade social em que viviam, meros joguetes nas mãos da politicagem local.

Essa versão que apresentava aqueles brasileiros como vítimas continuou presente na maior parte dos discursos produzidos sobre o Contestado até hoje, assumindo, é claro, diversas roupagens e conotações. Uma certa corrente sociológica viu neles as vítimas de uma *anomia* social, enquanto estudos influenciados por certa visão de esquerda os pintou como marginalizados pelo sistema capitalista opressor que se formava na região.

Os romances deixam bem claro essa visão que descaracteriza todo o movimento, pois não considera a autonomia e consciência política que porventura os sertanejos apresentaram. Eles são os “*injustiçados, humildes, a pobre gente do sertão, povo sofredor e esperançosos caboclos...*”, representações reforçadas por uma característica da narrativa literária, a qual permite que se produza imagens tétricas, tais como: “*E lá se foi, em procissão, aquele bando de cegos, e aleijados, doentes e morféuticos; gente sem terra, em busca de outras terras; gente sem esperanças, a fé renascendo; deserdados, em busca de esperança*”.²¹⁴

No entanto, essa visão faz com que, ao menos, se passe a renunciar a causas, origens e explicações naturalizantes e se busque no cotidiano das relações sociais as experiências que porventura possam explicar tais fenômenos: “*Então o caboclo,*

²¹⁴ SASSI, Guido Wilmar. *Op. cit.*, p. 25

*sentindo-se alijado, desamparado, perseguido, busca agarrar-se a religiões e mitos, ao misticismo, transformou-se no que se convencionou chamar 'fanático'.*²¹⁵

Outra visão que acompanhou de certa forma a de “vítimas” produziu discursos que tentaram heroificar os sertanejos. Essa visão também esteve presente nos textos dos contemporâneos. Rogério Rosa,²¹⁶ como foi visto, observou que esta característica dos militares pode muito bem esconder uma tentativa de tornar a vitória do Exército mais grandiosa e menos covarde, frente a visões paternalistas. No entanto, seria um erro tirar dos militares a consciência ou a compreensão de que a ousadia e coragem dos sertanejos realmente os tenha surpreendido. Acreditando que a experiência de Canudos os tivesse preparado para combater com maior facilidade mais um bando de “ignorantes fanatizados” por um desequilibrado qualquer, a resistência e inventiva daqueles que se denominavam “pelados” com certeza deve ter causado em certos momentos não só espanto como também admiração. Uma admiração que pode ter se transformado em respeito, o que deve ter aumentado a sensação de remorso que alguns deixaram transparecer em seus discursos após o término dos combates.

O ato de transformar os que antes eram considerados “bandidos” pelas versões oficiais em heróis é mais explícito nas obras mais recentes, principalmente após o crescimento da influência nos estudos históricos brasileiros da chamada História Nova. Essa tendência historiográfica tem como proposta oferecer a visão histórica dos que foram considerados “vencidos” quando transformados em sujeitos da história, procurando mostrar sua participação e os mecanismos de sua exclusão.²¹⁷ Mas, de modo algum essa nova perspectiva do “fazer histórico” visa simplesmente heroificar os chamados “excluídos” da história, mantendo ou mesmo criando novas hierarquias sociais. Transformar os considerados “bandidos” em vítimas depois em heróis pode ser visto como uma forma de resposta primária às novas tendências

²¹⁵ MIGUEL, Salim. Prefácio. In: SASSI, Guido Wilmar. *Op. cit.*, p. 09

²¹⁶ RODRIGUES, Rogério Rosa. *Op. cit.*, p. 33

²¹⁷ Sobre a chamada História Nova ou *La Nouvelle Histoire* ver, principalmente LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger e REVEL, Jacques. *A história nova*. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998; e também BURKE, Peter. *A escrita da história*. São Paulo: UNESP, 1992.

historiográficas, que procuram lançar novos olhares sobre o passado e que revelam as novas preocupações e perspectivas do presente.

A influência dessas novas tendências somada a dificuldade em estabelecer padrões e julgar atos de personagens do passado, acaba gerando visões ambíguas que oscilam entre a velha fórmula maniqueísta do bem e do mal, e uma visão mais relativizante que acaba permitindo uma série de indefinições sem comprometimentos por parte do autor: “*Ambos [João Maria e José Maria] estacionaram ali, indefinidamente nas fronteiras oscilantes da loucura, na zona mental onde se confundem facínoras e heróis, reformadores brilhantes e aleijões tacanhos, e se acotovelam gênios e degenerados*”.²¹⁸ O quanto este espaço de “fronteiras oscilantes” é cômodo, é útil, para que se julgue se um indivíduo pode ser considerado facínora ou herói sem precisar reconhecer o fato de que, às vezes, o espaço social ocupado pelo indivíduo também ajuda a decidir se ele é culpado ou não. Pode-se lembrar nos destinos de Adeodato, o último chefe dos “pelados” e Pedro Ruivo chefe de um grupo de “vaqueanos” que auxiliou as tropas do Exército. O primeiro teve sua figura “demonizada”, ficou conhecido como o “flagelo de Deus”, condenado a 30 anos de reclusão acabou morto em tentativa de fuga;²¹⁹ e o segundo que até chegou a ter processo aberto contra ele, acusado de roubo de gado e de praticar a degola de prisioneiros e estuprar mulheres, foi absolvido e foi ter uma vida de homem rico na vila da Lapa no Paraná.

Não se quer aqui comparar, diminuir, aumentar ou igualar os atos praticados por um e outro, ou mesmo tomar partido de um dos lados. Mas sim mostrar que algumas vezes os “heróis” da história são apenas aqueles que estavam do lado do poder instituído, das elites dirigentes que produzem discursos legítimos e de alto capital simbólico. E, em outros momentos, aqueles que foram um dia considerados indivíduos execráveis podem ser transformados em heróis, numa tentativa de reparar o que se passou a considerar injustiça histórica. É assim que nesse percurso de transformações percorrido pela história até Adeodato, o “flagelo de Deus”, acabou

²¹⁸ HOMEM, Carlos. “Prefácio”. In: *Op. cit.*, p. 08

²¹⁹ Esse incidente está até hoje mal esclarecido.

transformado em herói, mesmo que seja assumindo o destino do herói trágico, incompreendido e martirizado.²²⁰

3.1.4. A invenção do “Homem do Contestado”

Início da década de 1980, o Brasil vivia sob a égide do governo militar de João Figueiredo, a ditadura já não era mais sustentável frente a pressões tanto externas quanto internas da sociedade organizada. Os militares vinham, desde o início do governo do General Ernesto Geisel em 1974, colocando panos quentes para apaziguar os ânimos mais exaltados contra a repressão ditatorial através de ações e discursos prometendo realizar a reabertura política de forma “*lenta, gradual, segura*”. Enfim, sinalizaram concretamente nesta direção promovendo eleições diretas para os governos estaduais no ano 1982.

Surgem e são organizados, gradativamente, diversos movimentos populares que avançavam em suas reivindicações, tanto nas cidades como nos meios rurais, constituindo novas forças sociais (trabalhadores assalariados urbanos, professores, pequenos produtores agrícolas, trabalhadores rurais sem terra, mulheres, negros, etc.). Essa emergência de novos atores no cenário social e político desencadeava novas relações e obrigava o governo nacional e os estaduais a assumir novos discursos e compromissos com a sociedade.²²¹

A campanha de Esperidião Amim Helou Filho para o governo estadual pelo então recém criado PDS é exemplo contundente dessa nova realidade. Essa campanha, como visto anteriormente, teve por base a denominada *Carta dos Catarinenses*,²²² na qual Amim expressava sua tão proclama “*opção pelos pequenos*”, nela, Esperidião Amim tinha como proposta para a Cultura em seu governo do Estado (1983 – 1986), o compromisso de “*preservar a Identidade Catarinense*”. Em 1980, quando ainda era Secretário Estadual dos Transportes, Amim foi convidado para ser o

²²⁰ SCHÜLER, Donaldo. *Op. cit.*, p. 230

²²¹ AURAS, Marli. *Poder oligárquico catarinense: da guerra dos ‘fanáticos’ a ‘opção pelos pequenos’*. São Paulo. Tese de doutoramento em Educação. PUC/SP, 1991, p.46.

²²² CADERNOS DA CULTURA CATARINENSE. *Op. cit.*, (1984), p.02.

patrono de honra do desfile do Contestado na cidade de Irani.²²³ Seu discurso neste evento é indicativo de suas futuras propostas enquanto Governador:

Nós precisamos criar a marca de Santa Catarina. Quando a gente fala no gaúcho, sabe o que é o gaúcho. Quando se fala do carioca, também se sabe o que é o carioca. Quando a gente fala do catarinense, não se sabe bem como representar o catarinense. Para criar a identidade de Santa Catarina, para expressar numa única palavra o que é o catarinense, podemos buscar no Contestado uma alternativa. Nós podemos ganhar aqui esta palavra, esta palavra é o homem do Contestado, é o jagunço, é o fanático, enfim, é o homem que deu a sua vida para conseguir um pouco daquilo que nós já temos de justiça social; para conseguir que o Oeste Catarinense fosse chão de propriedade de milhares de famílias. (...) aqui neste local mora a identidade de Santa Catarina.²²⁴

Nesse contexto publicou-se, no trimestre jul./set. de 1984 a edição n. 00 dos “*Cadernos da Cultura Catarinense*” com o tema “*Aspectos do Contestado*”. Nesta edição o primeiro texto é do Governador Esperidião Amim intitulado “*O homem do Contestado*”. Nele o então governador do Estado embora reconheça o “*mosaico (...) cultural, étnico, econômico*” se pergunta: quem é catarinense do ponto de vista cultural? E é com esta preocupação que ele procura mostrar que o “*Homem do Contestado é o mais legítimo dos catarinenses*”, dizia-se convencido de que este era o “*homem típico catarinense*”, homem que existiu e foi destruído tanto física quanto culturalmente. “*Daí a necessidade urgente de resgatar-lhe a memória, o folclore e a contribuição social*”.²²⁵

O governo passa então a apoiar e incentivar a produção cultural de tudo que recuperasse e preservasse a memória do “*Homem do Contestado*”. Denotando o que Élio Cantalício Serpa já bem colocou ao analisar a Identidade Catarinense nos discursos do IHGBSC, as propostas de Amim “*cercam bem o desejo dos homens do*

²²³ Este desfile era integrante de um trabalho que vinha sendo desenvolvido pelo folclorista Vicente Telles na região do meio-oeste no sentido de divulgar o acontecimento histórico tão pouco conhecido.

²²⁴ AMIM, Esperidião. “Em Irani, um desfile recorda a Guerra do Contestado”. In: *O Estado*, Florianópolis, 16-09-80, p.17.

²²⁵ AMIM, Esperidião. “Em Irani, um desfile recorda a Guerra do Contestado”. In: *Op. cit.*, p. 03

poder em forjar uma identidade catarinense, num contexto marcado pela heterogeneidade étnica e cultural". Ou seja, *"valia-se do passado para conformar o presente, e a partir dele definia discursos e práticas que engendravam novos sujeitos, muitas vezes em conformidade com seus interesses políticos"*.²²⁶

Desta intenção surge, portanto, um novo sujeito, criado para tentar estabelecer uma identidade cultural para o Estado, uma imagem do que seria o típico catarinense. E para isso a Guerra Sertaneja do Contestado foi transformada em folclore, a luta daqueles homens e mulheres foi transformada em espetáculos para serem apreciados pelo público. Durante o governo de Amim, por exemplo, além do incentivo ao já existente Museu do Contestado em Caçador, foi restaurado o Cemitério de Irani, foi erguido um monumento ao "Homem do Contestado" em Curitiba, e colocadas placas comemorativas em praças de diversas cidades da região.

Como sujeito, esse tal "Homem do Contestado" passou a figurar em vários livros escritos a partir de então, assim, mais uma nomeação passa a ser utilizada, como que a representar em "essência" todas as outras, é um sujeito criado para carregar todas as marcas, um sujeito multifacetado. Para alguns autores os sertanejos podem ser ao mesmo tempo "caboclos", "fanáticos", "loucos", "jagunços", "bandidos", "guerrilheiros", "vítimas", "ingênuos", "ignorantes", "supersticiosos", "heróis", "destemidos" e podem ser denominados simplesmente "O Homem do Contestado". Quase como um "Homem de Neandertal" a representar a origem até então encontrada de uma espécie, o catarinense. E por falar em origem, ainda há quem no ano 2000 tente buscar uma origem mais distante no tempo para este "Homem do Contestado". Segundo Schüller Sobrinho²²⁷, dos estudos dos militares e dos cientistas sociais o Estado passa a conhecer o "Homem do Contestado" – "religioso e guerreiro". Mas, para ele, desse homem não se conhecem as "origens verdadeiras", pois os historiadores e cientistas sociais nunca se dedicaram a esta pesquisa e, se o fizeram, foram vagos e superficiais não entrando em tese. Assim, ele se propõe a preencher este vácuo e vai buscar a História desde a Idade Média, mais

²²⁶ SERPA, Élio Cantalício. "A identidade Catarinense nos discursos do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina". In: *Op. cit.*, p. 63 - 79

²²⁷ SCHÜLLER SOBRINHO, Otacílio. *Taipas: origem do Homem do Contestado*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000

especificamente desde o surgimento de Maomé e a expansão do islamismo pelo Oriente e pelo norte da África, para reconstruir a saga do Homem do Contestado. Sim, ele tenta mostrar como aquele árabe que através da expansão do islã vai migrando até alcançar o norte da África e daí para a Península Ibérica, transformando-se no “moçarabe”, acaba dando com os costados aqui em “terras brasílicas”. Não, é claro que isso não corresponde a uma mentira estapafúrdia, a miscigenação aconteceu sim neste caminho de aproximadamente mil anos, o problema é a escolha feita em ressaltar uma só das origens. E as pretensões de Schüller Sobrinho não são pequenas, o texto todo é construído de modo a demonstrar **uma verdade**, que para o autor é plausível e incontestável e só não concorda quem não quer: a **verdade** é que aquele “caboclo”, o tal do Homem do Contestado é mouro:

*O que se pretende não é recontar a história da Guerra do Contestado, mas mostrar que foram espanhóis, portugueses e, **principalmente**, mouros miscigenados os atores dessa guerra, (...).*

Sim, foram visigodos, europeus outros, mouros, mamelucos e cafuzos que provocaram a Guerra do Contestado.²²⁸

Parece ser tão fácil concluir que o árabe lá do início, este também muito bem escolhido, foi transformado após intensa miscigenação em caboclo:

*Nada mais restou para o
ÁRABE, agora CABOCLO
Ao HOMEM DA COR DO PINHÃO,
Ao HOMEM DO COTESTADO,
Senão ir à luta. E foi...²²⁹*

Este exemplo serve para mostrar como é fácil escolher uma das ascendências para constituir uma identidade comum de grupo, se ela convence ou não aos interessados é outra história. E, geralmente, quem inventa a identidade está muito mais interessado nela que os alvos desde processo. Alguns podem objetar que este

²²⁸ SCHÜLLER SOBRINHO, Otacílio. *Op. cit.*, p. 26

²²⁹ SCHÜLLER SOBRINHO, Otacílio. *Op. cit.*, p. 218

texto, não merece crédito, não merece menção. Não concordo, pois ele foi escrito e, assim como o livro de Walter Cavalcanti discutido anteriormente, está nas prateleiras das bibliotecas para que inúmeros desavisados possam utilizá-lo como fonte, referência de trabalhos escolares. E pode ser reproduzido como verdade pois este é o discurso do autor. Além disso, este livro também foi publicado com o aval de uma instituição oficial, o próprio Governo de Santa Catarina, sendo publicado pela Imprensa Oficial do Estado e prefaciado pelo então Governador Esperidião Amim. O que por si só já confere legitimidade e notoriedade suficientes ao livro do autor.²³⁰

Mas, se Schüler Sobrinho vai tão longe em busca das origens do “Homem do Contestado”, posso também percorrer este caminho e tentar determinar uma “origem” para o “Homem do Contestado”. No entanto, não precisei ir tão distante no tempo e no espaço para encontrá-la, pois, possivelmente, a primeira referência a este “homem” está num pequeno título de Nilson Thomé publicado em 1981. Nela o autor define o que é a seu ver o “caboclo”: uma “*geração de pessoas prensadas entre o índio e o branco*” que seria “*a ‘pedra-de-toque’ portadora das origens e evolução do homem do Contestado*”.²³¹ Aqui está, possivelmente a primeira utilização dessa nomeação após Amim ter discursado em Irani, mostrando que Thomé já começava a utilizar o “mote” do político catarinense, fazendo surgir um novo “sujeito retórico” na historiografia do Contestado²³².

Em 1984 Nilson Thomé publica outro livreto intitulado “Guerra Civil do Contestado”, nele seu discurso já está inteiramente posicionado no interior do programa cultural do Governo do Estado. Esse livreto é, nas palavras de seu autor, “*um tijolo na construção da recuperação do pensamento caboclo em busca da revalorização do homem que derramou seu suor e sangue para a incorporação do Oeste a Santa Catarina*”. Sua intenção é “*preservar a cultura e memória cabocla*” e

²³⁰ Schüler Sobrinho é entre outras coisas membro do Instituto Histórico e Geográfico Catarinense, e da Academia Catarinense Maçônica de letras, além de ter ocupado diversos cargos de direção nas mais diversas secretarias, fundações e instituições do Governo do Estado.

²³¹ THOMÉ, Nilson. *Civilizações Primitivas do Contestado*. Caçador: Imprensa Universal, 1981, p.07. (grifo meu)

²³² Não se pode esquecer que Thomé é correligionário de Esperidião Amim, e toma a causa do “homem do Contestado” para si. O mesmo é verdade para Schüler Sobrinho que vai buscar no árabe a origem do “homem do Contestado”.

“resgatar os grandes feitos desta maltratada sub-raça do sertão”²³³ para derrubar falsos conceitos e estereótipos que refletem a existência de textos inverídicos e tendenciosos que acabam minimizando a importância do conflito social.

3.1.5. Os trabalhadores e os sem-terra

Durante a década de 1980 um pequeno mas significativo número de teses e dissertações das ciências humanas publicadas nas Universidades brasileiras continuavam sendo pautadas por uma concepção que via a história como um processo contínuo, retilíneo, linear, causal, inteligível por um modo racional.²³⁴ É essa concepção de história que até hoje continua a figurar também em alguns livros didáticos utilizados nas escolas do país. Essa realidade pode, em parte, explicar o número de publicações nas décadas de 80 e 90 que, não obstante as novas perspectivas de análise que estavam surgindo, continuavam a utilizar essa visão historiográfica sobre os acontecimentos do Contestado.

No entanto, é justamente na década de 80, num processo que iniciou nos anos 70, que a historiografia nacional brasileira passou a ser dominada por uma postura marxista de entendimento da história. Era o materialismo histórico que desde os trabalhos de Caio Prado Jr. ou Nelson Werneck Sodré vinha se colocando como o modelo teórico mais adequado e completo para dar conta das realidades nacional e internacional. Em menor escala havia os que seguiam a tradição da escola dos Annales e apoiavam-se em uma vertente econômico-social, trabalhando com marcos temporais de longa e média duração.²³⁵

Sobre o Contestado foram produzidos alguns trabalhos sob influência da releitura do marxismo feita por intelectuais como Antônio Gramsci. Um exemplo é a dissertação de Marli Auras²³⁶ defendida em 1983 e posteriormente transformada em livro. O trabalho de Auras é baseado na teoria Gramsciniana da “ideologia” como visão de mundo normatizadora da ação do homem (como foi o caso da representação

²³³ THOMÉ, Nilson. *Guerra Civil em Caçador*. Caçador : FEARPE, 1984, p. 05

²³⁴ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Op. cit.*, p.11

²³⁵ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Op. cit.*, p.11

²³⁶ AURAS, Marli. *Op. cit.* (1995).

religiosa trabalhada pelos sertanejos) e do conceito de “hegemonia” como capacidade de direção e domínio, “*toda relação de ‘hegemonia’ é, necessariamente, uma relação pedagógica*”. Tem como fio condutor a organização dos sertanejos que Marli Auras considera ser a especificidade pedagógica da Guerra do Contestado, ou seja, “*o momento de criação da visão de mundo norteadora do movimento rebelde – a construção da irmandade – momento aglutinador de considerável número de sertanejos*”.²³⁷

O discurso de Auras, evidentemente, traz novos elementos para a compreensão do movimento dos sertanejos. Esse novo olhar somado a toda experiência dos sociólogos permite a ela contestar visões anteriores, no entanto, algumas idéias permanecem, como esta: “*Toda essa gente passou a compor, inicialmente, uma massa humana errante, desagregada (pela constituição dos fechados mecanismos responsáveis pela sua crescente marginalização), (...)*”.²³⁸ Desta forma é possível a Auras considerar os sertanejos ainda como incapazes de perceber os mecanismos econômicos, políticos e sociais que estavam transformando toda a realidade vivenciada por eles e explicar isso como sendo resultado do isolamento e da indigência material e teórica concretamente vigentes na região. Assim, mesmo negando as teorias de “fanatismo”, “aberração” ou “loucura coletiva” Auras mantém a idéia de que os sertanejos eram vítimas do isolamento que os distanciava de um esclarecimento, uma consciência social que só estaria ao alcance dos que viviam nos grandes centros urbanos, ficando à mercê dos mecanismos que avançavam pelo interior trazendo desagregação e tragédia.

Todavia, a visão de Auras permite uma mudança de perspectiva sobre o que aconteceu na região do Contestado, ao considerar que os sertanejos eram vítimas desagregadas e desorientadas apenas no início, pois que os sertanejos teriam trabalhado no sentido de construir sua própria visão de mundo – a ideologia segundo Gramsci – para lutar contra a ordem que os marginalizava, “a ordem dos vencedores”.²³⁹

²³⁷ AURAS, Marli. (1995). *Op. cit.*, contra-capla.

²³⁸ AURAS, Marli. (1995). *Op. cit.*, p. 45

²³⁹ AURAS, Marli. (1995). *Op. cit.*, p. 16

A autora pretende mostrar como a repressão externa do Exército destrói a irmandade esgotando o movimento justamente na sua capacidade de aglutinar e ir em frente, impossibilitando a continuidade das relações paternais e igualitárias entre os sertanejos – práticas consensuais que geravam coesão. É nesse momento, segundo Auras, que o pedagógico existente na relação entre os sertanejos no interior dos redutos é suplantado pela coerção.²⁴⁰ Ela tenta, enfim, reconstruir o que, a seu ver, é a história dos vencidos através de uma progressão no sentido de organização dos sertanejos. Ou seja, quis recompor a história de um movimento social que não descambou para o banditismo como quer a “literatura burguesa”.

Na área dos estudos históricos não há pesquisas que tratem diretamente dos sertanejos envolvidos na Guerra Sertaneja do Contestado como trabalhadores. No entanto, há a dissertação de Samir Ribeiro de Jesus que procura compreender a formação do caboclo do Planalto Serrano como trabalhador, resultado das mudanças das formas de produção da existência humana. Faz isso percorrendo, primeiro, um espaço temporal que vai do século XVIII à segunda metade do século XX, demonstrando a formação do “caboclo” peão e roceiro numa realidade social marcada por relações de dominação patrimonialista. Num segundo momento, abrange o período que vai da década de 1950 à década de 1970 quando o “caboclo” transforma-se em trabalhador assalariado nas serrarias, numa realidade social marcada por relações produtivas capitalistas no campo.

*(...), os caboclos (...), formaram a grande parte da população despossuída, isto é, sem os meios de produção (...). essa população foi, dessa forma, transformada em força de trabalho, em ‘fator de produção’, como instrumento gerador de riqueza para os detentores da hegemonia, num processo interessante.*²⁴¹

Segundo Ribeiro de Jesus, chama-se “caboclo serrano” ao tipo humano originariamente habitante da chamada Região Serrana de Santa Catarina. Ele não

²⁴⁰ AURAS, Marli. (1995). *Op. cit.*, p. 17

²⁴¹ JESUS, Samir Ribeiro de. *A formação do trabalhador catarinense: o caso do caboclo no Planalto Serrano*. Dissertação de mestrado, Pós-graduação em História. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1991, p. 14

discute o uso deste termo, tanto que o escolhe para designar seu objeto de estudo, no entanto, tece uma crítica ao modo como o “caboclo” foi definido por outros pesquisadores e escritores do Contestado, não apenas como um tipo humano, mas sobretudo, como um tipo social. Para o autor, os termos empregados para caracterizar os “caboclos” são muitas vezes a-históricos e fora do contexto social e acabam se transformando em manipulações conscientes por parte de políticos espertos e por acadêmicos caçadores de prestígio e *status* intelectual.

*Assim, esse trabalhador despossuído torna-se muito mais uma realidade mistificada, abstrata, do que uma construção, um produto das relações sociais, em seu conjunto. (...), e fez-se um tipo humano e social ‘analfabeto’, ‘iletrado’, ‘marginal’, ‘fatalista’, ‘lerdo como boi carreiro e aceitador passivo das coisas que vinham’, sejam elas boas ou más, não necessariamente por vontade própria, mas por um processo social e historicamente determinado.*²⁴²

Esse homem trabalhador não encontra, na maioria das vezes, a tão sonhada estabilidade de emprego ou ocupação. Acaba engrossando as favelas das cidades da região, vivendo de bicos e trabalhos temporários, aceitam qualquer ocupação e quando não a encontram acabam se tornando autônomos catadores de lixo. Alguns se cansam da realidade enfrentada nas periferias e resolvem se filiar aos movimentos sociais²⁴³ que hoje buscam espaço na sociedade e cada vez mais procuram mostrar sua força na reivindicação de direitos básicos e reparação de injustiças.

Essa imagem dos sertanejos do Contestado como posseiros espoliados nas suas terras que imprimiram uma luta contra os mecanismos de opressão já havia sido criada por Matos Costa, oficial do Exército que tentou estabelecer contato com os sertanejos para compreender os motivos pelos quais aquelas pessoas se uniram renunciando aos bens materiais e incomodavam tanta gente. Observador atento, Matos Costa logo percebeu a realidade complexa que se descortinava diante de seus

²⁴² JESUS, Samir Ribeiro de. *Op. cit.*, p. 10

²⁴³ Atualmente existem movimentos como o Movimento dos Sem Terra, Movimento dos Sem Teto e Movimento dos Atingidos por Barragens, entre outros. Para uma análise da eclosão destes movimentos no Oeste de Santa Catarina ver POLI, Odilon. *Leituras em movimentos sociais*. Chapecó: Grifos, 1999

olhos. De sua percepção uma frase acabou ficando para a história sendo constantemente reproduzidas nos textos e utilizada como epígrafe de diversos trabalhos:

*A revolta do Contestado é apenas uma insurreição de sertanejos espoliados nas suas terras, nos seus direitos e na sua segurança. A questão do Contestado se desfaz com um pouco de instrução e o suficiente de justiça, como um duplo produto que é da violência que revolta e da ignorância que não sabe outro meio de defende o seu direito.*²⁴⁴

Essa imagem acabou sendo utilizada na campanha da Amim ao Governo do Estado em 1982, a luta dos pequenos simbolizando a força dos catarinenses na busca por justiça e pela defesa do território catarinense. Além disso, uma das preocupações de Amim e de um grupo de intelectuais ligado à classe dirigente era sem dúvida a emergência dos movimentos de luta pela terra desde o final dos anos 70. O abandono do Estado era, para intelectuais como Peluso Júnior, a principal causa do agravamento de conflitos no extremo oeste. Era preciso se aproximar destes sujeitos que principiavam a se unir em torno de uma luta por objetivos comuns, e a herança do Contestado foi facilmente imbricada a esse processo. Mas, ironicamente, ela também foi utilizada pelo MST – Movimento dos Sem Terra – para criar uma identidade que agregasse a todos aqueles que quisessem integrar o grupo e os motivasse a participar das atividades de luta.

O paradoxo maior desta utilização da herança do Contestado consiste em que os camponeses sem terra do Oeste Catarinense²⁴⁵ eram na sua maioria descendentes de “colonos”, ou seja, de imigrantes alemães e italianos. Como então criar a identificação de descendentes de europeus com a herança da luta realizada por “caboclos”, entre outros motivos, contra a crescente valorização da figura do imigrante como o trabalhador portador de progresso e prosperidade, aquele considerado mais digno que eles de possuir a terra, os ervais, as serrarias, ou seja, a

²⁴⁴ Matos Costa citado por QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Op. cit.*, p. 161.

²⁴⁵ O oeste catarinense aparece na história de estruturação do MST como um espaço importante de gestão da organização dos camponeses sem terra. Foi no Extremo Oeste do Estado em 1980, no

propriedade? A realização desta proeza coube aos setores progressistas da Igreja Católica que em fins dos anos 70 passam a criticar o Governo militar e voltam suas atenções para os pobres.

Embora a imagem do “colono” esteja relacionada à vocação pelo trabalho, progresso, civilização, durante o processo de colonização alguns “colonos” não “progridem” como deveriam e passam a ser denominados “maus colonos”, sofrendo gradativamente um processo de exclusão. Mas, em que momento eles reverterem essa situação e passam a lutar por terras? Segundo Schwade é justamente na organização coletiva do grupo que aparece como fundamental a ação da Igreja Progressista.²⁴⁶ O que faz com que um “camponês” passe a “militante na luta pela terra”? Primeiro a existência de uma religiosidade preexistente que aparece como traço delimitador da “comunidade”; em segundo lugar, a própria Igreja apresentou nesta época uma transformação doutrinária de modo ao religioso servir como um elemento aglutinador na luta. *E a Igreja voltada para os pobres, adotando os preceitos da Teologia da Libertação é que permitirá a associação da luta pela terra ao exercício da religiosidade.*²⁴⁷

As concepções da Teologia da Libertação²⁴⁸ quanto ao uso e direito à terra, onde se aponta que “*Deus destinou a terra e tudo o que nela contém para todos os homens e povos*”, são veiculadas especialmente através das pastorais da Comissão Pastoral da Terra (CPT).²⁴⁹ A CPT, segundo Flores et al., se nutre de um saber milenar no uso de imagens, rituais, oralidades, o teatro, o canto, a reza, para os

município de Campo Erê que ocorreu a primeira invasão de terras feita autonomamente por um grupo de camponeses sem-terra da região. O MST só viria a ser criado em 1985.

²⁴⁶ SCHWADE, Elisete. A luta pela terra: sentidos da participação. In: *Cadernos do CEOM* – Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina. Chapecó: Argos; n.09, 1999, p47

²⁴⁷ SCHWADE, Elisete. In: *Op. cit.*, p. 52

²⁴⁸ Ala do cristianismo que tem por princípio conscientizar as populações desfavorecidas de sua realidade, através de uma ação político-pedagógica. Apregoa a libertação e salvação dos homens aqui na terra, questionando e denunciando os problema da realidade social. Sobre a Teologia da Libertação ler entre outros: DELLA CAVA, Ralph. Política do Vaticano 1978 – 1990 – Visão Geral. *Revista Eclesiástica Brasileira*. V. 50, fasc. 200, dez/1990, p. 986-992; SOUZA, Marcelo de Barros. Espiritualidade da Terra. *Revista Eclesiástica Brasileira*. V.48, fasc.190, jun/1988, p.353/367

²⁴⁹ “A CPT se define como entidade de serviços, animando outras entidades a “assumir a caminhada dos trabalhadores rurais, prestando-lhes assessoria pastoral, teológica, metodológica, jurídica, política, sindical e sociológica”. FLORES, Maria Bernadete R., SERPA, Élio C., CAMPIGOTO, José Adilson & SOUZA, Marcos A. de. Imagem e pedagogia, da cruz de cedro renasce uma cidade. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, V.16, nº31e32, 1996, p. 210

ensinamentos de suas mensagens. Visando alcançar e doutrinar, por isso mesmo, até populações pouco letradas.

*Uma das estratégias pedagógicas-organizativas, conscientizadoras e celebrativas da CPT/SC, são as Romarias da Terra que acontecem a cada ano, reunindo em torno da luta pela terra, milhares de seguidores. São pequenos agricultores, trabalhadores sem-terra, agentes pastorais, gente de todas as idades, homens e mulheres, católicos, em sua maioria, gente pobre ou solidária à pobreza, que atendem ao convite espalhado pelos padres e pastores nas suas comunidades.*²⁵⁰

É importante ressaltar o fato de que a primeira Romaria da Terra, em 1986, se realizou em Taquaruçu, pequena localidade onde aconteceu o primeiro ajuntamento em Torno do Monge José Maria. Cerca de 20.000 pessoas, segundo a imprensa,²⁵¹ se reuniram para celebrar a caminhada de luta e de fé do homem do campo e da cidade, celebrar a luta dos “caboclos” do Contestado. A representação, em forma de *via-sacra*, era composta por quatro estações cada uma representando episódios da luta do Contestado e das lutas atuais pela terra. A utilização da memória do Contestado, evocando imagens do cristianismo com representações da luta pela terra no campo, serviu para “*informar e formar a consciência política dos trabalhadores, reunindo todos, com base na idéia de identidade em torno de uma referência histórica, tida como coletiva, dada pelas condições de vida na terra*”.²⁵²

Mas, como visto na introdução desta monografia essa referência histórica comum é apenas uma pretensão, o trabalho de Arlene Renk mostrou a oposição étnica entre os “de origem” e os “brasileiros”. Essa contradição aparece nos discursos da Romaria da Terra através da diferença de representação de “colonos” e “caboclos”, aqueles são tidos como homens reais e presentes, estes como uma categoria mítica. Os “caboclos” representariam simbolicamente a luta dos colonos dos anos 80 pelo direito a terra, assim, como memória e exemplo de luta poderiam os colonos, na sua grande maioria “de origem”, se identificar com os “brasileiros” que um dia lutaram

²⁵⁰ FLORES, Maria Bernadete R., et al. Imagem e pedagogia, da cruz de cedro renasce uma cidade. In: *Op. cit.*, p.208

²⁵¹ Jornal *O Estado*, Florianópolis, 16.06.86, p.1

²⁵² FLORES, et. al. (1996). *Op. cit.*, p. 213

até a morte por justiça social. Através do discurso religioso foi possível a identificação de uma parcela de colonos inseridos num determinado contexto de desprestígio e exclusão com seus “outros”. Fato que as Oligarquias também tentaram realizar com toda a população do Estado e que não alcançou os objetivos pretendidos.

3.2. Os “vencidos” e “excluídos” são postos a lembrar e falar: as novas tendências historiográficas.

No início dos anos 90, em meio às visões marxista e da corrente dos Annales ocorre uma verdadeira virada no âmbito dos estudos historiográficos no Brasil. Foi nessa época que a chamada crise dos paradigmas explicativos da realidade, a qual vinha sacudindo as ciências humanas desde a década de 70 no panorama internacional, leva boa parte dos historiadores brasileiros a questionar as formas de fazer a história até então usadas no país. Novas tendências de abordar o passado vêm dar novo fôlego à pesquisa histórica através da chamada Nova História Cultural como o faz Lynn Hunt.²⁵³ “Nova” por se diferenciar de uma História da Cultura que se caracteriza por estudar as grandes correntes de idéias e seus nomes mais expressivos; “Nova” por propor uma outra forma de trabalhar a cultura que passa a ser entendida, pensada como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo²⁵⁴. A chamada Nova História Cultural abrange tendências tão distintas que é difícil definí-la em poucas palavras, no entanto, isso demonstra como os historiadores estão atentos hoje em dia para a complexidade das experiências humanas e dos fenômenos sociais e o quanto modelos explicativos globais e generalizantes não dão conta de todas as suas múltiplas perspectivas, das suas múltiplas vozes, a Heteroglossia de Peter Burke.²⁵⁵

No Brasil é a partir da década de 80 que começam a aparecer trabalhos acadêmicos pautados na chamada Nova História Cultural, numa perspectiva que se preocupa mais com uma análise do que com a simples narrativa de acontecimentos,

²⁵³ HUNT, Lynn.(org.). *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

²⁵⁴ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Op. cit.*, p. 15

²⁵⁵ BURKE, Peter. *A Escrita da História*. São Paulo: UNESP, 1992. P. 7-37, neste texto Peter Burke apresenta um esquema para diferenciar a *Nova História* da *História Tradicional*.

privilegiando a experiência de pessoas comuns, com o uso de fontes as mais variadas que anteriormente nem sempre eram levadas em consideração. Surgem então trabalhos que procuram mostrar os grupos sociais que quase não aparecem na versão tradicional dos documentos oficiais, relegados a papéis sem importância no grande espetáculo do progresso do Capital. Trabalhos que mostram a participação destes grupos na sociedade e como funcionaram e ainda funcionam os mecanismos da sua exclusão.

A Nova História Cultural não figura sozinha no contexto atual de modificações epistemológicas, podemos citar também os chamados marxistas não-ortodoxos que postularam uma crítica tanto a ortodoxia da corrente dos Annales quanto a postura mecanicista de análise do marxismo. Dentre os marxistas não-ortodoxos se destacam os trabalhos de Edward P. Thompson, Georges Rudé e Raymond Williams, cuja postura amplia a análise classista, evidenciando a maior preocupação daquela que pode ser denominada História Social com os chamados subalternos, “*mas com uma série de inovações, que apontavam exatamente para o resgate dos significados que os homens conferiam a si próprios e ao mundo*”.²⁵⁶ Não se pode esquecer também que a própria Nova História Cultural é grande devedora desta corrente histórica.

Os novos trabalhos que surgem na década de 1990, principalmente no interior da academia, sobre o Contestado começam a ser influenciados por estas novas perspectivas historiográficas. De um modo geral, estes trabalhos se diferenciam pelo cuidado com que seus autores utilizam as expressões que freqüentemente apareciam nos trabalhos anteriores. Até a nomeação “caboclo” quando utilizada é justificada e

²⁵⁶ Entre outras inovações importantes na teoria, metodologia e temática da história, E. P. Thompson com o seu clássico *A formação da classe trabalhadora na Inglaterra*. (3 vol. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987), alargou o conceito de classe, defendendo que esta categoria deveria ser apreciada no seu fazer-se, e este implicava observar modos de vida e valores, implicava entrar nos caminhos da construção de uma cultura de classe. A contribuição de George Rudé é importante não só por seu recorte classista, mas principalmente por seus estudos sobre a multidão e seu comportamento, ver RUDÉ, George. *A multidão na história: Estudo dos movimentos populares na França e na Inglaterra, 1730-1848*. Trad. Waltensir Dutra, Rio de Janeiro: Campus, 1991. Enquanto Raymond Williams pôs em foco a construção da cultura na Inglaterra, sendo a cultura considerada como fator de mudança social. Ver WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 1992, _____. *O campo e a cidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

considerada no interior de determinados contextos. Roberto Iunskovski,²⁵⁷ por exemplo, esclarece o uso da expressão “caboclo” para identificá-los como “*pessoas oriundas das áreas rurais do planalto serrano catarinense, descendentes de antigos peões e índios*”.

Não estamos desconsiderando que o termo caboclo é carregado de conotação pejorativa, utilizado para designar indivíduos e grupos sociais tidos como atrasados, ignorantes ou matutos do interior.

(...)

Diante das limitações dos termos optamos por utilizar a expressão caboclos, pois entendemos que ela pode ser reafirmada entre essas populações e em toda a sociedade catarinense, numa referência explícita aos caboclos que integraram os redutos do Contestado e que, além de muitos terem sido assassinados, todos tiveram sua memória e identidade completamente comprometidas.²⁵⁸

Além disso, na sua maioria, estes autores, ao procurar dar voz aos sertanejos utilizam os depoimentos que coletaram durante as pesquisas de campo para compor suas narrativas através da transcrição de trechos das entrevistas. Assim, os depoentes figuram não só como fontes mas também como co-autores destes trabalhos, denotando todo o comprometimento dessas novas perspectivas de análise com uma história feita por todos. As memórias e histórias contadas pelos depoentes acabam constituindo o principal ponto de partida para novas interpretações e compreensões sobre o fenômeno social que agitou a região contestada entre os anos de 1912 e 1916.

O livro de Delmir Valentini,²⁵⁹ por exemplo, é uma investigação histórica feita com descendentes de sertanejos que estiveram nos redutos e também com alguns

²⁵⁷ IUNSKOVSKI, Roberto. *Migrantes caboclos em Florianópolis: trajetória de uma experiência religiosa*. Florianópolis. Dissertação de mestrado em História. Universidade Federal de Santa Catarina, 2002. Iunskovski teve por objetivo investigar a história religiosa de caboclos que migraram da região serrana de Santa Catarina para Florianópolis, procurando verificar as ligações da experiência religiosa dos migrantes com a prática religiosa presente no Contestado. Chegou a conclusão que “(...) os caboclos migrantes, praticamente ignoram os acontecimentos relativos à guerra e a mobilização social do Contestado, ou reproduzem a posição oficial, que definia os redutários como fanáticos e desordeiros” (p. 147).

²⁵⁸ IUNSKOVSKI, Roberto. *Op. cit.*, pp. 04-05

²⁵⁹ VALENTINI, Delmir José. *Da Cidade Santa à Corte Celeste: memórias de sertanejos e a Guerra do Contestado*. Caçador: UnC, 1998

remanescentes que vivenciaram o interior dos “quadros-santos”. O que o move é o desejo de saber o que essas pessoas lembram e dizem sobre o episódio em que foram considerados vencidos, objetivando assim dar voz²⁶⁰ aos sertanejos e ofertar a eles uma oportunidade de reviver na memória a Guerra do Contestado.

*Entender o que dizem (...), ajuda-nos a entender a forma como o tema foi tratado pela imprensa diária, pela historiografia, pelo cinema, enfim, pela literatura em geral. A assimilação feita, especialmente, pelos remanescentes e descendentes, revela o modo preconceituoso como o tema foi tratado.*²⁶¹

No entanto, em certo momento, Valentini se aproxima da visão de Oswaldo Cabral ao considerar os fatores que delinearão todo um processo histórico peculiar, aos quais, por fim, foi adicionado o elemento aglutinador – o fator religioso – por muitos considerado como a única causa da revolta. Assim, é possível afirmar que ele acaba misturando visões antigas com novos olhares ao considerar a “rebelião” uma tentativa de fazer valer direitos que não eram respeitados. Além disso, o trabalho do historiador com a memória produzida sobre os fatos ocorridos na região contestada revela o quão dinâmica é a relação história-memória, impressa no intenso e constante processo de reelaboração dos significados do que ocorreu no passado em relação às novas experiências vivenciadas no presente.

Assim, a partir dos depoimentos atuais é possível perceber uma certa culpa pelo derramamento de sangue que envolveu a população naquela época. E nessa culpa, de certa forma, está impressa o quanto de assimilação tiveram as atribuições de termos como “pelados”, “jagunços”, “fanáticos”, entre outros, que lhes são feitas na atualidade. Para Valentini estes adjetivos de certa maneira “*evoluíram, pois os primeiros escritos sobre a campanha do Contestado denominavam os sertanejos como ‘incautos’, ‘desordeiros’, ‘impatrióticos’, ‘facínoras’, etc*”.²⁶²

²⁶⁰ O trabalho de Valentini insere-se no que se chama hoje, de Nova História Cultural, observando-se fortes influências das definições de Lynn Hunt.

²⁶¹ VALENTINI, Delmir José. *Op. cit.*, p. 15

²⁶² VALENTINI, Delmir José. *Op. cit.*, p. 184

Além disso e em meio a sentimentos de culpa, também havia muito receio em externar sua relação de descendência com os “jagunços”, o que levou muitos sertanejos a manter silêncio sobre o que sabiam. Por outro lado, o trabalho de Valentini mostra como

*Hoje, os descendentes já não se envergonham de dizer que o avô foi jagunço. Não se trata de fazer o ‘resgate’ do sertanejo enquanto herói, tecendo-lhe uma apologia pelos seus feitos. Trata-se, simplesmente, de entendê-lo dentro de determinado contexto histórico destacando o sentido que tal compreensão tem para a historiografia.*²⁶³

Além deste campo de pesquisa que se abre com a análise da relação entre história e memória, outros trabalhos são produzidos dentro das novas perspectivas da História Cultural utilizando um de seus conceitos mais caros, o de Imaginário. Existem pelo menos dois trabalhos que procuraram lançar novos olhares sobre o tema do Contestado tentando, pela análise do imaginário popular, produzir novas interpretações através de aspectos que foram desconsiderados pelos estudos anteriores.

O primeiro deles é de autoria de Ivone Gallo. A autora defende que é preciso buscar respostas na tradição judaico-cristã a respeito da idéia de messias e como esta idéia da vinda do escolhido vinculada com a idéia de revolução se constitui no imaginário popular. Para ela “o conjunto das observações, opiniões, análises, conceitos e preconceitos em torno da cultura popular, na época do Contestado, ajuda-nos a compreender melhor uma das nuances daquele conflito”.²⁶⁴ Além disso, através do livro bíblico do Apocalipse, poderia ser resgatada parte importante do imaginário popular em torno de um mundo diferente e verificar como os rebeldes aplicaram, na sua realidade, os ensinamentos do livro. Para isso ela procurou se ater às significações implícitas das palavras, sendo a expressão do pensamento por metáforas e gestos simbólicos uma característica importante do discurso dessas pessoas.

²⁶³ VALENTINI, Delmir José. *Op. cit.*, p. 185

²⁶⁴ GALLO, Ivone. *Op. cit.*, p. 22

Outro trabalho que explora o imaginário dos sertanejos é o de Márcia Espig, para ela o imaginário presente no movimento do Contestado é desafiador para os estudiosos e não é mais suficiente classificá-lo como mera curiosidade ou aberração e o avanço se faz necessário. Isso aconteceu, por exemplo, com a presença do livro *História de Carlos Magno e dos Doze Pares de França* que embora tenha sido anotada por grande parte dos escritores que se detiveram sobre o Contestado, o estranhamento frente a esta aparição motivou comentários que a desconsideravam enquanto importante manifestação cultural do grupo de rebeldes. *Cumpramos, agora, tentar entender melhor o como e o porquê da aceitação da obra em questão no imaginário local. Por algum motivo, a História de Carlos Magno criou significações para aquela população, e veio ao encontro de sua visão de mundo, ajudando a compor suas opiniões e também sua realidade.*²⁶⁵

Márcia Espig, ao tratar dos significados da leitura daquele livro no imaginário dos “pelados”, tenta trazer novos elementos para suplantar certas versões da historiografia do Contestado e conclui que *“Grande parte das explicações acerca deste aspecto segue de perto uma tendência comum a boa parte dos trabalhos que estudam movimentos messiânicos em geral: a propensão a tratar de maneira superficial e preconceituosa a subjetividade dos atores sociais, reduzidos tão somente a “fanáticos”.*²⁶⁶

A subjetividade surge aqui como elemento importante nas preocupações do historiador, pois levar em consideração o indivíduo também significa estar atento para os modos como os grupos humanos aprendem a sentir e a pensar, ou seja, a traduzir o mundo em razões e sentimentos.²⁶⁷ Sem esse aspecto qualquer tentativa de valorizar as ações de todos como agentes sociais da história se torna incompleta. Foi, em muitos casos, a falta desta perspectiva aliada a um etnocentrismo preconceituoso manifestado por grande parte dos autores, que gerou a dificuldade em respeitar uma visão de mundo tão distinta de sua própria e teve como conseqüências a

²⁶⁵ ESPIG, Márcia Janete. *A presença da Gesta Carolíngia no movimento do Contestado*. Porto Alegre. Dissertação de Mestrado em História, UFRGS, 1998, p. 09

²⁶⁶ ESPIG, Márcia Janete. *Op. cit.*, p. 22

²⁶⁷ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Op. cit.*, p. 57

caracterização dos rebeldes como “fanáticos”, “ignorantes”, “criminosos” ou mesmo “loucos”.

No interior da chamada nova História Social produzida pelos historiadores marxistas não-ortodoxos podemos situar o trabalho do Professor Paulo Pinheiro Machado que tem como objetivo fazer um levantamento e análise das origens sociais e da formação e atuação política das lideranças sertanejas na Guerra do Contestado, principalmente da fase final do conflito (Julho/1914 à Janeiro/1916). A escolha deste período tem sua explicação por ser possível claramente identificar aí a emergência de “lideranças de briga” no comando geral das “Cidades Santas” e, da mesma maneira, uma progressiva diminuição do poder político das “virgens” e demais lideranças exclusivamente religiosas.

Para este autor paralelamente ao discurso religioso da “Guerra Santa” dos “pelados” contra os “peludos”, na defesa da “Monarquia Celeste” e da “Santa Religião”, os sertanejos acabaram demonstrando, tanto por discursos como por atos, que desenvolveram uma nítida consciência das condições sociais e políticas de sua marginalização. Ou seja, se tratava de uma guerra entre ricos e pobres, que lutavam contra o governo que defendia os interesses dos endinheirados, dos “Coronéis” e dos estrangeiros. *“Estas duas faces do movimento do Contestado (a religiosa e a crítico-social) não foram excludentes, nem mesmo devemos separá-las para efeito didático”*.²⁶⁸ Como seu objetivo é aprofundar um levantamento e uma avaliação do pensamento político das lideranças sertanejas considera que o conceito de messianismo, tal como é empregado por Maria Isaura Pereira de Queiroz, é pouco útil para o estudo deste movimento social. Em contra partida o autor parte para o estudo de movimentos sociais urbanos e rurais em sociedades pré-industriais, através das importantes contribuições de George Rudé, Eric Hobsbawm e Edward Thompson.

Este trabalho é importante para a historiografia do Contestado por reconhecer que os “pelados” desenvolveram uma linguagem própria, entendendo esta como um conjunto de símbolos e representações que possuíam um significado muito peculiar. Além do mais, segundo Machado *“A linguagem sertaneja não se limitava ao*

²⁶⁸ MACHADO, Paulo Pinheiro. *Op. Cit.*, p. 26

*vocabulário rebelde de 'Guerra Santa', mas estava presente nos símbolos externos (bandeiras, corte de cabelo rente, fitas nos chapéus), nas práticas de combate (com a valorização do entrevero), nas formas e nos meios de vida dos "Quadros Santos".*²⁶⁹ Esta discussão empreendida pelo autor permite que ele discorde da avaliação de Vinhas de Queiroz, que defende que o movimento do Contestado foi uma "revolta alienada".²⁷⁰ Pois se aceitarmos que o movimento dos sertanejos identificou, desde o início, a marginalização crescente dos "caboclos" e da gente "de cor", ao passo que cresciam os privilégios e estímulos à europeização da região, não há como ver uma "recusa" do mundo, uma recusa que leva ao alheamento e isolamento em relação ao restante da sociedade. Para Machado esse tipo de confusão se dá devido ao fato de levar em conta na análise as características milenares e messiânicas como principais, enquanto elas deverão ser consideradas apenas como alguns dos aspectos a serem avaliados no movimento do Contestado. Afinal,

*As lideranças rebeldes construíram um discurso híbrido, que envolvia as expectativas milenares e religiosas fundidas ao descontentamento político e a rebelião social. Um conjunto de fatores econômicos, sociais e culturais, concorreram para o desencadeamento deste tipo de revolta e para a formulação de um corpo próprio do projeto rebelde.*²⁷¹

Existem também trabalhos recentes produzidos pela antropologia que tem como objeto não a Guerra Sertaneja do Contestado como acontecimento histórico, mas sim os grupos humanos profundamente marcados ou pela própria experiência nas "cidades-santas" ou por serem identificados com aqueles que formaram os "redutos" e/ou viveram neles.

²⁶⁹ O próprio autor esclarece que emprega a definição de linguagem do movimento para avaliar a especificidade e difusão do grupo rebelde, principalmente sua capacidade de agregar outros grupos sociais de uma extensa região. Não sendo seu objetivo propor uma discussão acerca da "linguagem política" do movimento rebelde, nos mesmos termos que Lynn Hunt fez sobre a Revolução Francesa. Lynn Hunt, "The rhetoric of revolution" In *Politics, culture and class in the French Revolution*. Berkeley : University of California Press, 1984

²⁷⁰ QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Op. Cit.*, p. 290.

²⁷¹ MACHADO, Paulo Pinheiro. *Op. Cit.*, p. 335

Pedro Martins,²⁷² por exemplo, faz um resgate etnográfico da comunidade que hoje se diz “cafuzo” e ocupa uma área no interior da Reserva Indígena José Boiteux – Santa Catarina. Um grupo de “caboclos” vindo da perseguição imposta aos “vencidos” da Guerra do Contestado embrenha-se no sertão e vivem isolados até a década de 1940, quando novamente atingidos pelo processo de colonização do Vale do Itajaí são removidos para a Reserva.

(...) são nascidos de uma crise, da instauração de uma nova ordem, são fruto de uma violência praticada conscientemente.

*Os cafuzos eram os pobres entre os pobres. Uma comunidade desassistida mas sonhadora, que insistia em sobreviver, (...) como grupo.*²⁷³

O trabalho de Martins é diferente dos demais pelo fato de que, ao descrever a formação da população do Planalto Serrano e descrever a constituição da população nas primeiras décadas do século XX, é ressaltada a presença de indígenas e negros. Segundo ele, muita gente, negros principalmente, teria se embrenhado na floresta durante o processo de ocupação da região

*(...) vivendo com independência em relação às fazendas e aos patrões. Esse contingente tornou-se sujeito de um modo de vida próprio, representativo da cultura cabocla. Tinha como propósito viver em liberdade e o fazia nas condições mais precárias de existência.*²⁷⁴

Além disso, ao considerar que o grupo de “cafuzos” era descendente em sua maioria de Jesuíno Dias de Oliveira, definido como “negro puro” e de Antônia Lotéria de Oliveira, índia “pega no mato a cachorro”, reafirma que foi muito comum o apresamento de indígenas nesta região também durante o século XVIII e início do XIX, considerando, pois, não só os guarani mas também os Xokleng e os Kaingang nesse processo. A constituição étnica desse grupo, curiosamente, pode servir para

²⁷² MARTINS, Pedro. *Anjos de cara suja*. Petrópolis: Vozes, 1995

²⁷³ MARTINS, Pedro. *Op. cit.*, pp. 11-12

²⁷⁴ MARTINS, Pedro. *Op. cit.*, p. 22

futuras discussões em torno da problemática da construção de identidades ou identificações. Pois, além da positividade em assumir e tentar valorizar uma ascendência que costumeiramente é encoberta ou mesmo esquecida, traz à tona a questão de que grande parte dos sertanejos da região também podem vir a reivindicar uma origem “cafuzo” e o pouco da terra que lhes cabe dentro da Reserva Indígena. É o jogo das identidades que não cessa. A cada novo dia, de acordo com a necessidade e os interesses, ele pode mudar e transformar o que era uma forma de sobreviver de um pequeno grupo de pessoas – e poderia vir a representar um caminho aberto para a aceitação das diferenças – em um problema social para uns ou em uma maneira de conseguir privilégios para outros.

Além desse trabalho de Pedro Martins especificamente sobre a constituição identitária de um grupo de pessoas sobreviventes da Guerra Sertaneja do Contestado, há o trabalho, já citado, do antropólogo Pe. Geraldo Locks que não trata diretamente da questão mas que faz uma reflexão em torno da identidade social dos agricultores brasileiros da pequena comunidade de São José do Cerrito, através da expressão étnica. É importante para a presente discussão por mostrar que, ao mesmo tempo em que esses indivíduos se reconhecem como mestiços, há uma veemente recusa da categoria “caboclo” e toda sua carga de significados, sendo preferida a categoria “nativo” no lugar daquela.

Há entre aqueles agricultores uma prática de redefinir novas identidades para si próprios utilizando os mesmos discursos que os excluem ou tentam submetê-los a um lugar social qualquer. São comuns, entre eles, os discursos de autovalorização através do trabalho, identificando-se como pessoas que fazem de tudo e não recusam serviço. Um claro exemplo de como as identidades dos chamados “caboclos” são constituídas a partir do contato interétnico com os colonizadores, já que estes construíram a sua própria através do trabalho em contraposição ao “modo de vida caboclo”, no qual viam preguiça, sujeira, desleixo, desorganização.²⁷⁵

²⁷⁵ LOCKS, Geraldo. Op. cit., p. 53

Ao mesmo tempo em que é fácil para os agricultores brasileiros de São José do Cerrito definir o que é o “caboclo” através do trabalho, é difícil pensar em qual seria sua origem étnica.

*Minha origem? [pensativa e séria] como? É brasileira. O pessoal diz caboclo. Brasileiro é povo simples. Vive do pesado. Quando a gente vai pra Lages, o pessoal diz: é aquela caboclada! São lá do sítio. É ignorante, usa roupa que não é da moda. É pessoa que não compreende. É da roça!*²⁷⁶

Locks mostra como a simples pergunta sobre a origem étnica gera uma situação de constrangimento, envolta em sentimentos de desconfiança e insegurança. Afinal nunca tiveram razões para se definirem etnicamente e a maior parte se descreve com o termo “brasileiro”. No seu imaginário chamar alguém de “caboclo” pode até ser uma ofensa. Por outro lado, Locks observa o que para ele é uma insistência por parte dos pesquisados: a freqüente referência à ascendência indígena. Expressões como “minha avó foi pega a cachorro” ou “foi pego a cachorro no mato” são freqüentemente utilizadas para designar a origem indígena de familiares. Para Locks há neste uso uma patente ambigüidade na autodescrição étnica formulada pelos informantes. De um lado demarca o espaço geográfico e social ao demonstrar um sentimento ufanista de apego a terra, de pertencimento ao lugar. De outro, a expressão denotaria um certo desprezo ou desdenho pela origem étnica, pois claramente ela insinuaria ser de fora da civilização, situação de expatriamento, de exclusão social. Para Locks o fato ou a insistência em descrever a própria descendência como sendo a mistura de índio-bugre com português, ou simplesmente como “raça abugrada”, “brasileiro”, ou “eu sou brasileira, é índio com branco”, se deve à presença no imaginário social e coletivo dessa população, do espírito de resistência e do comportamento hostil e guerreiro do indígena nativo. Segundo o autor, isso seria um atrativo e serviria como identificação com os grupos de Xokleng e Kaingang aguerridos que por um bom tempo incomodaram os “colonos”.

²⁷⁶ LOCKS, Geraldo. Op. cit., p. 65. Entrevista com Jardelina Maria da Cruz, 58 anos

Estas considerações de Locks resultam do fato de que ele aceita uma versão tradicional da historiografia catarinense segundo a qual não teriam Xokleng e Kaingang se cruzado com o branco colonizador, e de que os negros entraram na composição étnica do povo catarinense em escala muito pequena.²⁷⁷ Já foi visto no segundo capítulo desta pesquisa como há uma insistência em desconsiderar a presença de indígenas na composição do povo catarinense. Quanto aos negros, essa perspectiva praticamente menospreza a sua presença na formação da população serrana. Essa idéia que já vinha sendo reproduzida pelos discursos intelectuais catarinenses desde o início do século XX, principalmente no interior do Instituto Histórico e Geográfico Catarinense, continua aparecendo em diversos textos após os anos 80. felizmente, ela começa a ser questionada.²⁷⁸

Foi a aceitação dessa perspectiva que não permitiu a Locks perceber para onde apontavam os depoimentos de seus entrevistados. Onde ele viu um discurso ambíguo que expressava ao mesmo tempo sentimentos ufanistas de pertencimento ao lugar e desdenho por sua origem étnica, eu vejo relatos produzidos pela memória familiar dessas pessoas. Este tipo de memória, “minha avó foi pega a cachorro no mato”, está muito presente em relatos que se espalham por todo o interior brasileiro e, segundo Cristina Scheibe Wolff, essas memórias se encontram numa fronteira entre mito e história, são representações sociais de que na origem de muitas famílias estariam mulheres índias²⁷⁹. Essas memórias podem ser vistas como realidade cultural, desconsiderá-las como sendo apenas mito, é continuar desconsiderando indígenas e negros como sujeitos históricos, capazes de terem sido lembrados em memórias familiares. E pior, é continuar fechando os caminhos para a investigação das trajetórias desses sujeitos incorporados à sociedade “branca”, desvendar quais teriam

²⁷⁷ LOCKS, Geraldo. *Op. cit.*, p. 52

²⁷⁸ Mas esta posição já está sendo revista por pesquisas recentes como a de Paulo Pinheiro Machado que constata um número significativo de pardos e pretos livres no levantamento feito pela Câmara Municipal de Lages (que então compreendia todo o planalto serrano catarinense) no ano de 1833. MACHADO, Paulo Pinheiro. *Op. cit.*, p. 65

²⁷⁹ WOLFF, Cristina Scheibe. “Índias” e “Branços” no sul do Brasil – reflexões sobre a memória e a construção de identidades. In: *Op. cit.*, p. 38

sido suas estratégias de sobrevivência e como se reapropriaram do espaço organizado pelas técnicas da produção sociocultural.²⁸⁰

Após recuperar estas memórias das presença indígena entre nós, não simplesmente como perigos, entraves, ou como grupos mantidos em áreas reservadas, mas como ascendentes de muitos de nós – afinal, diz a história familiar que meus filhos teriam uma tetravó índia pura, pega a laço, primeira esposa de um tetravô fazendeiro de Biguaçu – como interpretar todas as manobras que procuram fazer de Santa Catarina um lugar “europeu”, povoado apenas de açorianos, alemães, italianos, portugueses?²⁸¹

Contudo, apesar de alguns equívocos, dos quais ninguém está livre, estes trabalhos da antropologia auxiliam na percepção de como os indivíduos se auto definem enquanto grupo, como criam uma identificação em torno de suas experiências passadas e presentes. Reforçando, assim, a idéia que está norteando todo este trabalho e que pretende levantar a discussão sobre as maneiras através das quais os sujeitos ocupam sim certas posições sociais que são determinadas por discursos e práticas cotidianas. Mas essa ocupação é transitória, pois essas posições são constantemente recolocadas nos jogos das relações sociais e resignificadas. Mostrando que apesar do “assujeitamento” existe também “agenciamento”.²⁸² E os sujeitos mostram sim sua autonomia através das resistências, das revoltas, dos confrontos, e também através dos jogos discursivos, da resignificação dos símbolos e das nomeações. Desconsiderar esses aspectos significa deixar passar oportunidades de desconstrução dessas imagens tão arraigadas, que impedem a sociedade de trilhar os caminhos da melhor convivência com a diferença. Caminhos tão presentes nos discursos atuais de tolerância, fraternidade e coisas do gênero, mas tão ausente das práticas e relações cotidianas.

Nas fronteiras entre mito e história já é possível encontrar discursos que gritam aos quatros ventos que as raças puras são construções culturais tanto quanto

²⁸⁰ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994, p 41

²⁸¹ WOLFF, Cristina Scheibe. “Índias” e “Branços” no sul do Brasil – reflexões sobre a memória e a construção de identidades. In: *Op. cit.*, p. 48

²⁸² HALL, Stuart. “Quem precisa de identidade?”. In: *Op. cit.*, p. 104

criar identidades “mestiças” e atribuir a elas todos os problemas que a sociedade não vê como resolver. É o jogo das identidades que permanece em aberto, alguém lançou os dados e está esperando o próximo lance.

Quem somos nós?

Semo puros brasileiro
Português com africano,
Nosso sangue tem mistura
De alemão com itaiano
Mais de bugre e polonês
Banderante e paulistano

Nosso tino de guerrero
É gaúcho e casteiano
A esperteza e a finura
Vem da praia, o barrigano,
O pionero, lá do norte
Paraná – curitibano

Cardeamo nossa raça
A chamada de serrano,
Que um dia se espaiará
No continente americano,
Quem durá, há de contá
Bem daqui um pocos ano!²⁸³

²⁸³ FELIPPE, Euclides. *Op. cit.*, p. 13

Considerações Finais

Os discursos forjados sobre o Contestado vão se sobrepondo, reivindicando verdades num jogo de poder que permeia a sociedade na sua relação com os indivíduos. É no meio dessa efervescência discursiva e das disputas disciplinares que surgem imagens e sujeitos, os quais servem como base para teses do verdadeiro e fixam exemplos ou não de condutas, mobilizando ações e práticas sociais.

Seja como “caboclos”, “fanáticos”, “jagunços”, “facínoras” os brasileiros que protagonizaram a Guerra do Contestado, acabaram sendo constituídos, num primeiro momento, para servir como modelos que não deviam ser seguidos pelos indivíduos de uma sociedade civilizada que primava pelo progresso. Surgem como os sujeitos de discursos normalizadores do exército, e posteriormente das teses de criminologia que utilizam disciplinas como a psicologia e a criminologia para enquadrá-los em seus códigos de normas e condutas sociais.

Num outro momento, a partir da influência das teorias sociológicas eles são vistos como aqueles que não se ajustam ao sistema, não correspondem ao que se espera deles se tornando “marginais” sociais. Soma-se a essa visão a tese da *anomia social* que permite a alguns autores ver o messianismo brasileiro não como resultado da opressão, mas ao contrário, de uma excessiva liberdade, é a ausência de normas explicando a revolta. Os indivíduos ficam encobertos nesta análise, o que está em jogo são as formas de ordenação da sociedade e uma suposta desorganização que seria “endêmica” no sertão brasileiro. Para outros a revolta é alienada e os sujeitos estão “fugindo” à realidade que não querem enfrentar. No entanto, outras interpretações sociológicas modificam o olhar e passam a perceber os sertanejos como “rebeldes”, sujeitos com autonomia o suficiente para serem agentes de uma vontade articulada, sob aspectos particulares, e ir de encontro ao que estava lhes sendo posto pelas relações cotidianas.

Num terceiro momento, acaba surgindo um sujeito multifacetado que assume todas as máscaras as quais superpostas impedem, paradoxalmente, se chegue a uma suposta “essência” incansavelmente perseguida. Os sertanejos são “caboclos”, “matutos”, “fanáticos”, “loucos”, “jagunços”, “bandidos”, “endemoniados”, mas são também “bravos”, “destemidos”, “inteligentes guerrilheiros”, “audaciosos”, “humildes”, “vítimas”, “heróis” e, claro, “errantes do novo século”.

Este sujeito sempre nomeado de modo a ser descartado como indeterminado é resultado, segundo Claudine Haroche, de um mesmo fato político que se encontra sempre sob formas diferentes: o do desconhecimento deliberado da marginalidade, da alteridade, do heterogêneo. Atitude que encobre sempre um mesmo fato: ultrapassar as contradições para responder ao imperativo do sujeito ao poder, qualquer que seja este.²⁸⁴ Não se quer com isso negar a existência do sujeito, ao contrário, se quer afirmar a necessidade de se estar atento para as inúmeras formas pelas quais se tenta desconsiderar a subjetividade em nome de uma pretensa cientificidade e conseqüentemente afogar o sujeito na “massa”. Práticas que conferem a ele um caráter passivo, despolitizado, reforçando um sentimento de irresponsabilidade e não oferecendo outra alternativa que não o controle da sociedade pelo Estado, através de sistemas educacionais, políticos e sobretudo, jurídicos.

A freqüência com que os confrontos pela terra no país ainda hoje são interpretados com um misto de intolerância e surpresa e o modo como os que lutam ainda são alvo de discriminação, são prova da desconsideração e descomprometimento de boa parte da sociedade brasileira dos problemas sociais, econômicos e políticos no campo. É mais fácil, e para alguns mais cômodo, acreditar que as inúmeras famílias de pequenos agricultores que “vendem” suas terras e engrossam as periferias das cidades, o fazem por pura incompetência em administrar as propriedades ou por pura falta de gosto pelo trabalho com a enxada! Fechar os olhos frente ao complexo e sutil sistema de exploração fundiária que mistura – só para citar os casos mais noticiados – trabalho escravo e expropriação forçada fez a sociedade brasileira desconhecer as centenas de mortes por questão agrária nas últimas duas décadas no país.

Por fim, este trabalho permitiu ver que todo o percurso percorrido pela historiografia do Contestado não é, de forma alguma, linear e evolutivo. Nenhuma das interpretações é melhor ou pior que as outras, seria até mesmo injusto tecer comparações, cada uma é representativa de uma época, de um sistema de pensamento. Cada autor “leu” a Guerra Sertaneja do Contestado com os instrumentos e conceitos que tinha ao alcance, no interior de determinados lugares sociais, sem esquecer que eles próprios são ao mesmo tempo produtos e produtores da sociedade em que vivem. A miscelânea de interpretações e olhares sobre o Contestado durante as duas últimas décadas e que puderam ser percebidos pela minha leitura mostra que nem as épocas são homogêneas e que, quando as possibilidades de pesquisa e publicação se abrem a um número diversificado de pessoas, fica claro o quão complexas são as relações cotidianas e quantos são os discursos em luta. Principalmente dá a ver como o novo e o antigo são requisitados para conquistar, legitimar e defender lugares sociais, identificações, interesses. Reconhecer que existem permanências e até mesmo retrocessos é tão importante quanto dar espaço ao novo. Hierarquizar as interpretações, olhares e leituras é permanecer no jogo paralizante que sempre acaba condenando alguém ao limbo, à margem. Portanto, foi feito um esforço, na medida do possível, de considerar todas as versões sobre a Guerra Sertaneja do Contestado pois todas contribuem, de certa maneira, para a compreensão do fato histórico.

Reafirmo que este é um trabalho de crítica historiográfica e deve, antes de ter um fim, oferecer novos caminhos de investigação, nos quais ele mesmo será, posteriormente alvo de análise.

²⁸⁴ HAROCHE, op.cit., p.215

Fontes

1. Fontes documentais:

1.1. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina:

Na Pasta do General José Vieira da Rosa:

- Depoimento datilografado, s.d., assinado pelo Gen. Vieira da Rosa, sobre a Campanha do Contestado.

2. Jornais e periódicos:

AMIM, Esperidião. “Em Irani, um desfile recorda a Guerra do Contestado”. In: *O Estado*, Florianópolis, 16-09-80;

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. “Os Fanáticos”. In: *A Gazeta*, Florianópolis, 20/abr./1952;

CADERNOS DA CULTURA CATARINENSE. *Aspectos do Contestado*. Florianópolis. Ano I, n.00, jul./set., 1984;

LUZ, Aujor Ávila da. “Erros de uma crítica (ainda os Fanáticos)”. In: *O Estado*, Florianópolis, 06/mai./1952;

MONTEIRO, Duglas T. “Sertão e Civilização: Compassos e descompassos” In: *Anais do Colóquio de Estudos Regionais*, comemorativo do 1º centenário de Romário Martins. Curitiba, UFPR, Boletim do Departamento de História, nº 21, 1974;

NEUHAUS, Frei Rogério. “Os fanáticos”. In: *Vozes de Petrópolis*, ano IX, vol. 1, jan./jun., 1915;

NEUHAUS, Rogério. “Os fanáticos do sertão. Deploráveis frutos da educação areligiosa”. In: *Vozes de Petrópolis*. Petrópolis, vol.1, Ano IX, 1915;

SPANNAGEL, Frei Candido. “Os jagunços do Sul”. In: *Vozes de Petrópolis*. Petrópolis, vol.1, Ano IX, 1915.

3. Audiovisuais:

Vídeo: “Vida Laboriada”, produzido pela equipe do LAPIS – Laboratório de Pesquisa da Imagem e do Som da Universidade Federal de Santa Catarina.

4. Teses e dissertações:

AURAS, Marli *Poder oligárquico catarinense: da guerra dos ‘fanáticos’ a ‘opção pelos pequenos’*. São Paulo. Tese de doutoramento em Educação. PUC/SP, 1991;

BRESSAN, Carla Rosane. *A Construção da Identidade do Homem do Contestado enquanto grupo social*. Florianópolis. Dissertação de mestrado em Educação. Universidade Federal de Santa Catarina, 1992;

IUNSKOVSKI, Roberto. *Migrantes caboclos em Florianópolis: trajetória de uma experiência religiosa*. Florianópolis. Dissertação de mestrado em História. Universidade Federal de Santa Catarina, 2002;

JESUS, Samir Ribeiro de. *A formação do trabalhador catarinense: o caso do caboclo no Planalto Serrano*. Florianópolis. Dissertação de mestrado em História. Universidade Federal de Santa Catarina, 1991;

LOCKS, Geraldo. *Identidade dos agricultores familiares brasileiros de São José do Cerrito – SC*. Florianópolis. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Universidade Federal de Santa Catarina, 1998;

MAESTRI, Beatriz Catarina. *O CIMI e o povo Xokleng: uma análise da atuação missionária na Terra Indígena Ibirama*. Florianópolis. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Universidade Federal de Santa Catarina, 2001;

MIRANDA, Heloísa Pereira Hubbe de. *Travessias pelo sertão contestado: entre ficção e história, no deserto e na floresta*. Florianópolis. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, 1997;

OLIVEIRA, Susan, *Aparecida de*. *Contestado: visões e projeções da modernidade*. Florianópolis. Dissertação de Mestrado em Teoria Literária. Universidade Federal de Santa Catarina, 2001;

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *La Guerre Sainte au Brésil: Le mouvement messianique du Contestado*. Tese de Doutorado apresentada à Ecole Pratique des Hautes Etudes, Universidade de Paris, França, 1955, publicada no Boletim nº 187, FFCL, Universidade de S. Paulo, 1957;

RODRIGUES, Rogério Rosa. *Os sertões catarinenses: embates e conflitos envolvendo a atuação militar na Guerra do Contestado*. Florianópolis. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal de Santa Catarina, 2001;

ESPIG, Márcia Janete. *A presença da Gesta Carolíngia no movimento do Contestado*. Porto Alegre. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998.

5. Fontes literárias:

FORTES, Telmo. *Glória até o fim: Espionagem militar na Guerra do Contestado*. Florianópolis: Insular, 1998;

LEONARDOS, Stella. *Romanceiro do contestado*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1996;

OLIVEIRA, Fernando Osvaldo de. *O jagunço. Um episódio da Guerra do Contestado*. Florianópolis: Governo do Estado de Santa Catarina, 1978;

OLIVEIRA NETO, Godofredo. *O bruxo do Contestado*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996;

PRADI, Cirila de Menezes. *Chica-Pelega do Taquaruçu*. Florianópolis: IOESC, 2000;

- PFUTZENREUTER, Rudney Otto. *O canto do inhambu*. Florianópolis: Gráfica SENAI/SC, 1991;
- SASSI, Guido Wilmar. *Geração do deserto*. Romance. 2.ed. Florianópolis: FCC; Porto Alegre: Movimento, 1982;
- SCHÜLER, Donald. *Império Caboclo*. Florianópolis: Ed. UFSC, FCC; Porto Alegre: Ed. Movimento, 1994;
- VASCONCELLOS, Auro Sanford de. *O dragão vermelho do Contestado*. Florianópolis: Insular, 1999;
- _____. *Chica Pelega – a guerreira de Taquaruçu*. Florianópolis: Insular, 2000.

6. Fontes historiográficas:

- ANTUNES, Ezequiel. *O Contestado entre Paraná e Santa Catarina*. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 1918;
- ASSUMPÇÃO, José Herculano Teixeira d'. *A Campanha do Contestado*. Belo Horizonte : Imprensa Oficial do Estado, 2 vols., 1917;
- AURAS, Marli. *Guerra do contestado: a organização da irmandade cabocla*. 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1995;
- BASTOS, Angela. *O Contestado: sangue no verde do sertão*. Florianópolis: Terceiro Milênio, 1997;
- CABRAL, Oswaldo R. *A Campanha do Contestado*. Florianópolis: Lunardelli, 1979;
- CARVALHO, Fernando Setembrino de. *Relatório apresentado ao Gen. José Caetano de Faria, Ministro da Guerra, pelo comandante das forças em operações de guerra no Contestado*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1915;
- CAVALCANTI, Walter Tenorio. *Guerra do contestado: verdade histórica*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1995;
- CONTESTADO. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura e Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 1987;
- CONTESTADO: *um resgate*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 2000;

- DERENGOSKI, Paulo Ramos. *O desmoroamento do mundo jagunço*. Florianópolis: FCC, 1986;
- DIACON, Todd A. *Millenarian vision, capitalist reality: Brazil's Contestado rebellion, 1912-1916*. Durham: Duke University Press, 1991;
- FACHEL, José Fraga. *Monge João Maria: recusa dos excluídos*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS; Florianópolis; Ed. da UFSC, 1996;
- FELIPPE, Euclides J. *O ultimo jagunço: folclore na historia do Contestado*. Curitiba: Ed. da Universidade do Contestado, 1995;
- GALLO, Ivone Cecília D'Ávila. *Guerra do Contestado: O sonho do milênio igualitário*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1999;
- LEMOS, Zélia de Andrade. *Curitibanos na historia do Contestado*. 2. ed. rev. e aum. Curitiba: Imprensa Frei Rogério, 1983;
- LUZ, Aujor Ávila da. *Os fanáticos, crimes e aberrações da religiosidade dos nossos caboclos*. 2ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999;
- MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912 – 1916)*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2004;
- MARTINS, Pedro. *Anjos de cara suja*. Petrópolis: Vozes, 1995;
- MIRA, Crispim. *Terra Catharinense*. Florianópolis: Typ. da Livraria Moderna, 1920;
- MONTEIRO, Duglas Teixeira. *Os errantes do novo século: um estudo sobre o surto milenarista do contestado*. São Paulo: Duas Cidades, 1974;
- OLIVEIRA, Beneval de. *Planalto de frio e lama: os fanáticos do Contestado – o meio, o homem, a guerra*. Florianópolis: FCC, 1985;
- PEIXOTO, Demerval (Clivelário Marcial). *Campanha do Contestado*. Curitiba: Fund. Cultural. Coleção Farol do Saber, 3 vols., 1995;
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O Messianismo no Brasil e no mundo*. São Paulo : Alfa-Ômega, 1977;.
- QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Messianismo e conflito social: a guerra sertaneja do Contestado, 1912-1916*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1981;
- SCHÜLLER SOBRINHO, Otacílio. *Taipas: origem do Homem do Contestado*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000;

- SERPA, Élio Cantalício. *A guerra do Contestado (1912 – 1916)*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999;
- SOARES, José Octaviano Pinto. *Guerra em sertões brasileiros*. Rio de Janeiro: Papelaria Velho, 1931;
- STULZER, (Frei) Aurélio. *A guerra dos fanáticos (1912-1916): A contribuição dos Franciscanos*. Petrópolis: Vozes. 1982;
- THOMÉ, Nilson. *Civilizações Primitivas do Contestado*. Caçador: Imprensa Universal, 1981;
- _____. *Guerra Civil em Caçador*. Caçador: FEARPE, 1984;
- _____. *Sangue, suor e lágrimas no chão contestado: o homem do contestado, as causas do conflito, a guerra do contestado*. Caçador: UnC, 1992;
- _____. *Os iluminados : personagens e manifestações místicas e messiânicas no contestado*. Florianópolis : Insular, 1999;
- VALENTINI, Delmir José. *Da Cidade Santa à Corte Celeste: memórias de sertanejos e a Guerra do Contestado*. Caçador: UnC, 1998.

Bibliografia geral

1. Artigos em páginas da Web:

- CORRÊA, Mônica Cristina. Entrevista com o historiador Serge Gruzinski. In: <http://www.estadao.com.br/ext/frances/gruzinskip.htm>, acessado em 05/09/2002;
- GARFIELD, Seth. As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-Nação na era Vargas. *Rev. bras. Hist.*. 2000, vol.20, no.39, p.13-36. Consultado em: <http://www.scielo.com.br>;
- GIUMBELLI, Emerson. Religião e (Des)Ordem Social: Contestado, Juazeiro e Canudos nos Estudos Sociológicos sobre Movimentos Religiosos. *Dados*. 1997, vol.40, no.2. Consultado em: <http://www.scielo.com.br>;
- MOTTA, Roberto. Paradigmas de interpretação das relações raciais no Brasil. *Estud. afro-asiát.*. dez. 2000, no.38, p.113-133. Consultado em: <http://www.scielo.com.br>
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. Dos Males da Medida. *Psicologia USP*. 1997, vol.8, no.1, p.33-45. Consultado em: <http://www.scielo.com.br>
- ZILLY, Berthold. Uma crítica precoce à "globalização" e uma epopéia da literatura universal: *Os Sertões*, cem anos depois. Consultado em: <http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv246.htm>

2. Teses, artigos e capítulos de livros:

- BACZKO, Bronislaw. "Imaginário Social". In: *Enciclopédia 5 – Anthropos-Homem*. Einaudi – Lisboa: Impr. Nac. – Casa da Moeda, 1985;
- BASTIDE, Roger. "Messianisme et développement économique et social", In: *Cahiers Internationaux de Sociologie*, Paris, 31, 1961, pp. 3-14;

- CALLAR, Claudia Regina. “Os Institutos Históricos: do Patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.21, nº40, 2001, p. 59-83;
- CARVALHO, José Murilo de. “As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador”. In: FAUSTO, Boris (org). *História da Civilização Brasileira: o Brasil Republicano*. T.3, v.2, 4ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990;
- CHARTIER, Roger & Bourdieu, Pierre. “A LEITURA: Uma prática cultural. Debate entre Pierre Bourdieu e Roger Chartier”. In: CHARTIER, Roger (org). *Práticas da leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001, p. 231-253;
- DELLA CAVA, Ralph. “Política do Vaticano 1978 – 1990 – Visão”. *Revista Eclesiástica Brasileira*. V. 50, fasc. 200, dez/1990, p. 986-992;
- FLORES, Maria Bernardete Ramos e SERPA, Élio Cantalício. “A hermenêutica do vazio: fronteira, região e brasilidade na viagem do Governador ao Oeste de Santa Catarina”. In: Projeto História, São Paulo, (18), mai./1999;
- _____, SERPA, Élio C., CAMPIGOTO, José Adilson & SOUZA, Marcos A. de. “Imagem e pedagogia, da cruz de cedro renasce uma cidade”. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, V.16, nº31e32, 1996;
- GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. “*Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional*”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.1, 1988;
- HALL, Stuart & WOODWARD, Kathryn. “Quem precisa de identidade?”. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000;
- SOUZA, Marcelo de Barros. “Espiritualidade da Terra”. *Revista Eclesiástica Brasileira*. V.48, fasc.190, jun/1988, p.353-367;
- LIMA, Carlos A. M. *Um pai amoroso os espera: sobre mestiçagem e hibridismo nas Américas Ibéricas*. Mimeo, 2003;
- LIMA, Nísia Trindade. *Um Sertão Chamado Brasil: Intelectuais, Sertanejos e Imaginação Social*. Tese de Doutorado em Sociologia. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1997;

- MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. “Como se deve escrever a História do Brasil”. In: *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, 6(24): Jan. 1845, pp. 381-403.;
- OLIVEIRA, Ricardo de. “Euclides da Cunha, Os Sertões e a invenção de um Brasil profundo”. In: *Revista brasileira de História*. São Paulo, V.22, n.44, 2002, pp. 511-537;
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. “Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.15, n.º29, 1995;
- POMPA, Cristina. “A construção do fim do mundo. Para uma releitura dos movimentos sócio-religiosos do Brasil ‘rústico’”. *Revista de Antropologia*. 1998, vol.41, n.1, pp.177-211;
- SCHWADE, Elisete. “A luta pela terra: sentidos da participação”. In: *Cadernos do CEOM – Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina*. Chapecó: Argos; n.09, 1999;
- SERPA, Élio Cantalício. “A identidade Catarinense nos discursos do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina”. In: *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, v.14, n.20, 1996, pp. 63-79;
- SOUZA, Marcelo de Barros. “Espiritualidade da Terra”. *Revista Eclesiástica Brasileira*. V.48, fasc.190, jun/1988, pp.353-367;
- WOLFF, Cristina Scheibe. “Historiografia catarinense: uma introdução ao debate”. In: *Revista Catarinense de História*, Florianópolis, n.º 2, 1994, pp. 5-15;
- _____. *Relações perigosas: gênero e etnia na construção de um Brasil mestiço*. Trabalho apresentado no Encontro Nacional da ANPUH em João Pessoa, 2003. [mimeo];
- _____. “Índias” e “Branços” no sul do Brasil – reflexões sobre a memória e a construção de identidades. In: LEITE, Renato Lopes (org.). *Cultura e poder: Portugal – Brasil no século XX*. Curitiba: Juruá, 2003, pp.37-52;

3. Livros

- BASBAUM, Leoncio. *História sincera da República: de 1930 a 1960*. V.2. 6. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1991;
- BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1998;
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: EDUSP, 1996;
- BURKE, Peter. *A escrita da história*. São Paulo: UNESP, 1992;
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982;
- _____. *A invenção do cotidiano. Artes de fazer*. Trad. Ephraim F. Alves. Petrópolis: Vozes, 1994;
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: Cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996;
- CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, Rio de Janeiro: Bertrand, s/d;
- CUNHA, Euclides da. *Os Sertões: campanha de Canudos*. 35ª.ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1991;
- DIEHL, Astor Antônio. *A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930*. Passo Fundo: Ediupf, 1998;
- DOSSIÊ CANUDOS. *Revista da USP*. São Paulo. n. 20, dez./jan./fev. 93-94;
- FAUSTO, Boris (org). *História da Civilização Brasileira: o Brasil Republicano*. T.3, v.2, 4ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990;
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 5.ed. São Paulo: Loyola, 1999;
- _____. *Arqueologia do Saber*. 5.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997;
- _____. *Microfísica do poder*. 11. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993;
- _____. *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2001;
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala*, 18.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977;
- GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. São Paulo: Cia das Letras, 2002;

- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 6ªed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001;
- HAROCHE, Claudine. *Fazer Dizer, Querer Dizer*. São Paulo: Hucitec, 1992;
- HOBSBAWM, Eric J. *Bandidos*. 2ª ed., Trad. Donaldson M. Garschagen, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976;
- _____. *Rebeldes primitivos: Estudos de formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX*. 2ª ed., Trad. Waltensir Dutra, Rio de Janeiro: Zahar, 1978;
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*, 26.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995;
- HUNT, Lynn.(org.). *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- LANTERNARI, Vittorio. *Movimenti religiosi di libertá i salvezza dei popoli oppressi*. Milano: Feltrinelli, 1960 (1977, 2ª ed. ampliada);
- LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger e REVEL, Jacques. *A história nova*. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998;
- MAGGIE, Yvonne e REZENDE, Cláudia B. (org.). *Raça como Retórica: a construção da diferença*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001;
- MEIRINHO, Jali. *República e Oligarquias: Subsídios para a História Catarinense (1889-1930)*. Florianópolis: Insular, 1997;
- NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Estrangeiro em sua própria terra. Representações do brasileiro 1870/1920*. São Paulo: Annablume, 1998;
- ODÁLIA, Nilo. *As formas do mesmo: ensaio sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen a Oliveira Vianna*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1997;
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990;
- ORLANDI, Eni P. *Terra à vista. Discurso do confronto: velho e novo mundo*. São Paulo: Cortez; Campinas: UNICAMP, 1990;
- _____. *As formas do silêncio no movimento dos sentidos*. 4.ed. Campinas: UNICAMP, 1997;
- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986;

- OS SERTÕES CEM ANOS DEPOIS. *Revista da USP*. São Paulo. n. 54, jun./jul./ago. 2002;
- POLI, Odilon. *Leituras em movimentos sociais*. Chapecó: Grifos, 1999;
- PRADO JUNIOR, Caio. *A formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1942;
- PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. São Paulo: Duprat-Mayença, 1928;
- REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 4ªed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001;
- RENK, Arlene, *A luta da erva: um único ofício étnico no oeste catarinense*. Chapecó : Grifos, 1997;
- RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995;
- RUDÉ, George. *A multidão na história: Estudo dos movimentos populares na França e na Inglaterra, 1730-1848*. Trad. Waltensir Dutra, Rio de Janeiro: Campus, 1991;
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993;
- _____ & QUEIROZ, Renato da Silva (org.). *Raça e diversidade*. São Paulo: Edusp, 1996;
- SELL, Carlos Eduardo. *Sociologia clássica: Dürkheim, Weber, Marx*. 2.ed. Itajaí: Ed. UNIVALI, 2002;
- SERPA, Élio Cantalício. *Igreja e poder em Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. UFSC, 1997;
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. 2ed. São Paulo: Brasiliense, 1985;
- THOMPSON, Edward P. *A formação da classe trabalhadora na Inglaterra*. 3 vol. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987;
- TODOROV, Tzvetan. *Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993;
- VALLE DE AQUINO, Terri. *Kaxinawá: de seringueiro “caboclo” a peão “acreano”*. Dissertação de Mestrado em Antropologia da universidade de Brasília. Brasília, [s/d];

VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical. História cultural e polêmicas literárias no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991;

VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. Belo Horizonte/Niterói: Itatiaia/Ed. UFF, Vol. 2, “O campeador rio-grandense.”, 1987;

WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 1992;

_____. *O campo e a cidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.